

Nuno Miguel Morgado Marcos

Legislação Florestal

de janeiro de 2017 a março de 2019

Orientadora: Professora Doutora Beatriz Fidalgo

Coimbra, 2019

Nuno Miguel Morgado Marcos

Legislação Florestal

de janeiro de 2017 a março de 2019

Relatório de estágio apresentado à Escola Superior Agrária de
Coimbra para cumprimento dos requisitos necessários à
obtenção do grau de mestre em Recursos Florestais

Orientadora: Professora Doutora Beatriz Fidalgo;

Coimbra, 2019

Índice

Agradecimentos	vi
Resumo	vii
<i>Abstract</i>	ix
Índice de Abreviaturas	xi
Introdução e objetivos	1
Breve nota sobre o tipo de instrumentos legislativos	4
3. Enquadramento Legal	5
3.1. Constituição da República Portuguesa	5
3.2. Lei de Bases da Política Florestal	5
3.3. Estratégia Nacional para as Florestas	6
3.4. Lei de Bases Gerais da Caça	8
4. Metodologia	9
5. Legislação Florestal	10
5.1. Sanidade Florestal	10
5.1.1. <i>Aquisição de serviços</i>	11
5.1.2 <i>Medidas de prevenção</i>	11
5.1.3 <i>Medidas de apoio</i>	12
5.2. Material florestal de reprodução	15
5.2.1 <i>Produção e comercialização</i>	15
5.3. Aconselhamento florestal	16
5.4. Inventário Florestal Nacional	17
5.5. Cadastro simplificado	18
5.5.1. <i>Sistema de informação cadastral</i>	18
5.6. Baldios	20
5.7. Produtos não lenhosos	22
5.7.1. <i>Biomassa Florestal</i>	22
5.7.2. <i>Pinhas de Pinheiro-manso</i>	24
5.8. Regime Jurídico de Arborizações e Rearborizações	26
5.8.1. <i>Regulamentação de base</i>	27
5.8.2. <i>Normas técnicas</i>	28
5.8.3. <i>Habilitações exigidas para proceder a um RJAAR</i>	29
5.9. Ordenamento florestal	30
5.9.1. <i>Revisão Programas Regionais Ordenamento Florestal</i>	30
5.9.2. <i>Aquisição de serviços</i>	32

5.9.3. Aprovação e publicação dos Programas Regionais de Ordenamento Florestal.....	32
5.9.3. Adaptação das normas dos Planos Diretores Municipais	33
5.10. Recursos cinegéticos	35
5.10.1. Regulamentação de base	36
5.10.2. Zonas de caça	36
5.10.3. Campos de treino de caça	36
5.10.4. Guardas florestais	37
5.10.5. Matilhas de caça maior	38
5.10.6. Realização de caçadas.....	38
5.10.7. Selagem de espécies cinegéticas.....	38
5.10.8. Medidas de apoio	39
5.11. Organização administrativa das florestas	41
5.11.1. Lei orgânica da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Ruais	41
5.11.2. Núcleos de coordenação regional e sub-regional da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais I. P	42
5.11.3 Transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais.....	43
5.11.4. Lei orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P (ICNF, I.P.), ..	44
5.12. Fundo Florestal Permanente.....	46
5.12.1. Alteração ao Regulamento do Fundo Florestal Permanente	46
5.12.2. Medidas de Apoio.....	47
5.13. Gestão Florestal	49
5.13.1. Regime jurídico de reconhecimento das entidades de gestão florestal.....	49
5.13.2 Regime de criação das Zonas de Intervenção florestal	51
5.13.3 Pinhal interior	51
5.13.4 Plano de Recuperação do Pinhal do Rei	52
5.14. Incêndios.....	54
5.14.1. Análise dos incêndios	54
5.14.1.1. Comissão Técnica Independente	54
5.14.1.2. Observatório técnico independente	55
5.14.2. Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios	56
5.14.2.1. Plano de trabalho no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios.....	56
5.14.2.2. Alteração ao Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra incêndios	56
5.14.2.3. Alterações estruturais na prevenção e combate a incêndios florestais	59
5.14.2.4. Visão, objetivos Medidas de concretização do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais	62
5.14.3. Gestão de combustíveis.....	63

5.14.3.1. <i>Fogo controlado</i>	63
5.14.3.2. <i>Apoio às zonas prioritárias</i>	64
5.14.3.3. <i>Aquisição de serviços</i>	64
5.14.3.4. <i>Limpeza das bermas e faixas de gestão de combustível da rodoviária e da ferrovia</i>	65
5.14.3.5. <i>Regime contraordenacional</i>	66
5.14.3.6. <i>Projeto Cabras Sapadores</i>	66
5.14.3.7. <i>Aquisição de maquinaria</i>	67
5.14.4. <i>Equipas de Sapadores</i>	67
5.14.4.1. <i>Regime jurídico aplicável ao Sapadores Florestais</i>	67
5.14.4.2. <i>Constituição de equipas de Sapadores florestais</i>	69
5.14.4.3. <i>Aquisição de veículos para as equipas de sapadores</i>	69
5.14.5. <i>Medidas extraordinárias</i>	70
5.14.5.1. <i>Fundo de apoio à revitalização das áreas afetadas pelos incêndios</i>	70
5.14.5.2. <i>Medidas de carácter extraordinário</i>	71
5.14.5.3. <i>Medidas de apoio às populações, empresas e autarquias</i>	71
5.14.5.4. <i>Medidas de apoio às vítimas dos incêndios florestais</i>	72
5.14.5.5. <i>Apoio do Fundo Ambiental</i>	72
5.14.5.6. <i>Linha de crédito para parque de madeira queimada de resinosas</i>	73
5.14.5.7. <i>Medidas excecionais de contratação pública</i>	74
6. Considerações Finais	75
Bibliografia	80
Anexos	89

Índice de Figuras

Figura 1 -Legislação referente à sanidade florestal de janeiro de 2017 a março de 2019.....	10
Figura 2 -Legislação referente ao aconselhamento florestal de janeiro de 2017 a março de 2019	16
Figura 3 -Legislação referente ao Cadastro simplificado de janeiro de 2017 a março de 2019	18
Figura 4 -Legislação referente aos Produtos não lenhosos de janeiro de 2017 a março de 2019	22
Figura 5 -Legislação referente ao Regime jurídico das arborizações e rearborizações de janeiro de 2017 a março de 2019	26
Figura 6 -Legislação referente ao Ordenamento florestal de janeiro de 2017 a março de 2019	30
Figura 7 -Legislação referente aos Recursos cinegéticos de janeiro de 2017 a março de 2019	35
Figura 8 -Legislação referente à Organização administrativa das florestas de janeiro de 2017 a março de 2019.....	41
Figura 9 -Legislação referente ao Fundo Florestal Permanente de janeiro de 2017 a março de 2019	46
Figura 10 -Legislação referente à Gestão Florestal de janeiro de 2017 a março de 2019.....	49

“Olhe profundamente a natureza, e então você vai entender tudo melhor.”
Albert Einstein.

Agradecimentos

Após terminar mais uma etapa de um longo caminho para o sucesso profissional, o qual nunca será possível sem trabalho de equipa, não poderia deixar de expressar a minha gratidão a todos os que contribuíram para que fosse possível. Foi um prazer trabalhar com todos os seguintes nomeados.

Em primeiro lugar gostaria de agradecer à Professora Doutora Beatriz Fidalgo, orientadora interna pela transmissão de conhecimentos, por todo o profissionalismo e acompanhamento disponibilizado, o qual foi precioso para a conclusão desta etapa curricular e profissional. Além do mais, para além de orientadora interna, devo um agradecimento como professora por todo o rigor, apoio e ambição transmitida.

Não poderia deixar de agradecer à Engenheira Rosário Alves, minha tutora e diretora executiva da associação FORESTIS, a qual tive o prazer de trabalhar ao longo de 9 meses, permitindo-me alargar horizontes, expandir conhecimentos e acima de tudo entender que tudo é possível desde que se acredite.

Deixo um agradecimento especial à Engenheira Patrícia Enes, por toda a paciência nos esclarecimentos concedidos a nível técnico e pela amizade construída e que desejo que se mantenha ao longo da vida.

A todos os membros da associação FORESTIS que não mencionei especificamente, um muito obrigado pela disponibilidade de recursos e pelo total apoio prestado.

Um agradecimento especial á minha família por todo o apoio prestado ao longo da minha vida.

A concretização deste trabalho não teria sido possível sem um dos meus pilares que é minha namorada, por mais uma vez me apoiar incondicionalmente e me transmitir a confiança necessária para concluir esta etapa.

Por último, mas não menos importante gostaria de agradecer aos meus amigos por todo o apoio e amizade.

Resumo

No que concerne à legislação, a floresta vem expressamente mencionada na Constituição da República, sendo que a primeira lei florestal surgiu em 1996 com a publicação da lei de base da política florestal, mas apenas em 2009 foi publicado o código florestal, o qual foi revogado em 2012, não existindo na atualidade um código florestal.

Sob outro ponto de vista, a reforma florestal foi iniciada em 2016. No entanto, face às circunstâncias dos severos incêndios de 2017 e 2018 surgiu uma diversidade de legislação florestal com objetivos estruturantes, tais como o ordenamento e gestão florestal e a proteção e defesa da floresta contra incêndios. Contudo a legislação florestal encontra-se dispersa o que dificulta a sua consulta. No sentido de dar resposta a este problema, foi elaborado no presente trabalho uma recolha da legislação florestal com maior relevância durante o período de 1 de janeiro de 2017 até março de 2019, encontrando-se organizado por capítulos.

O primeiro capítulo é dedicado à sanidade florestal, a qual apresenta uma elevada importância no bom estado sanitário das florestas. De seguida, o segundo capítulo é referente ao Material Florestal de Reprodução (MRF), descrevendo os conceitos fulcrais ao nível das normas de produção e comercialização de materiais florestais de reprodução. Segue-se o terceiro capítulo dedicado ao Aconselhamento Agrícola e Florestal (SAAF), nos quais foram efetuadas alterações ao nível de apoios relacionados com a despesa do mesmo e similarmente à forma de candidatura dos SAAF.

O quarto capítulo é dedicado ao Inventário Florestal Nacional, que é uma peça fundamental para uma melhoria de conceitos, definições e metodologias relacionados com a avaliação dos recursos florestais. O quinto capítulo é relativo ao cadastro simplificado, o qual é essencial para o conhecimento da estrutura fundiária e para a titularidade dos prédios rústicos e mistos, assumindo-se como um fator primordial para a gestão e ordenamento do território. O sexto capítulo é dedicado aos baldios, matéria que necessitava de um adequado regime jurídico para o desenvolvimento florestal.

O sétimo capítulo refere-se aos produtos não lenhosos e ao seu aproveitamento. O oitavo capítulo cuida da questão essencial do Regime Jurídico Aplicável às Ações de Arborização e Rearborização. O nono capítulo, menciona as alterações no ordenamento florestal, ao nível do regime jurídico dos PROF e das suas implicações noutros documentos estratégicos.

O décimo capítulo expõe as alterações ao regime jurídico e a legislação no âmbito dos recursos cinegéticos, nomeadamente dos guardas florestais contratados pelas entidades gestoras ou concessionárias de zonas de caças. Seguidamente, o décimo primeiro capítulo concerne à organização administrativa florestal, sendo esta considerada indispensável para agir em prol da floresta. No décimo segundo capítulo, são referenciadas as alterações ao regulamento do Fundo Florestal Permanente. Seguidamente o décimo terceiro capítulo é relativo à gestão florestal.

Por último, o capítulo décimo quarto dedicado aos incêndios florestais relata um vasto leque de diplomas referentes à prevenção contra incêndios, à gestão de combustível, constituição das equipas de sapadores e medidas excecionais realizadas.

É de salientar que este relatório está longe de abranger todos os diplomas relacionados com a floresta.

Abstract

As regards legislation, the forest is expressly mentioned in the Constitution of the Republic, and the first forest law was in 1996 with the publication of the basic law of forest policy, but only in 2009 was the forest code published, which was revoked in 2012, there is currently no forest code.

From another point of view, forest reform started in 2016. However, given the circumstances of the severe fires of 2017 and 2018, a diversity of forest legislation has emerged with structuring objectives such as forest management and forest protection and defense fires. However, forest law is scattered, which makes it difficult to consult. In order to address this problem, a collection of the most relevant forest legislation was prepared in the present work during the period from 1 January 2017 to March 2019 and is organized by chapters.

The first chapter is devoted to forest health, which is of great importance in the good health of forests. Then, the second chapter refers to Forest Reproduction Material (MRF), describing the core concepts in the rules of production and marketing of forest reproductive material. This is followed by the third chapter on Agricultural and Forestry Advice (SAAF), in which changes were made to expenditure-related support and similar to the SAAF application form.

The fourth chapter is dedicated to the National Forest Inventory, which is a fundamental piece for an improvement of concepts, definitions and methodologies related to the evaluation of forest resources. The fifth chapter is about the simplified register, which is essential for the knowledge of the land structure and for the ownership of rustic and mixed buildings, assuming itself as a primordial factor for the management and planning of the territory. The sixth chapter is devoted to wasteland, which required an appropriate legal framework for forest development.

The seventh chapter refers to non-wood products and their utilization. Chapter eighth deals with the essential issue of the Legal Regime Applicable to Afforestation and Reforestation Actions. The ninth chapter mentions the changes in forest management, the legal framework of the PROF and their implications in other strategic documents.

The tenth chapter sets out the changes to the legal regime and the legislation in the field of cinegetic resources, namely the forest rangers hired by the hunting zone management or concessionaires. Next, the eleventh chapter deals with the forest management organization,

which is considered indispensable for acting in favor of the forest. In the twelfth chapter, it refers to the amendments to the regulations of the Permanent Forest Fund. Then the thirteenth chapter on forest management.

Finally, chapter fourteen on forest fires reports a wide range of degrees on fire prevention, fuel management, setting up of sapper teams and exceptional measures taken.

It should be noted that this report is far from covering all forest related diplomas.

Índice de Abreviaturas

- AGIF** - Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais
- AFN** - Autoridade Florestal Nacional
- ANPC** - Autoridade Nacional de Proteção Civil
- APFC** - Associação de Produtores Florestais de Coruche
- BUPI** - balcão único do prédio
- CNMB** - Catálogo Nacional de Materiais de Base
- CNRLI** - Centro Nacional de Reprodução do Lince-Ibérico
- CTI** - Comissão Técnica Independente
- DCIR** - Defesa contra Incêndios Rurais
- DFCI** - Defesa da Floresta contra Incêndios
- DRE** - Diário da República Eletrónico
- EGF** - Entidades de gestão florestal
- EMGFA** - Estado Maior General das Forças Armadas
- ENF** - Estratégia Nacional para as Florestas
- FEADER** - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
- FFP** - Fundo Florestal Permanente
- GNR** - Guarda Nacional Republicana
- GTF** - Gabinetes Técnicos Florestais
- ICNF** - Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P.
- IFN** - Inventário Florestal Nacional
- INIAV** - Instituto Nacional de Alimentação e Veterinária
- IP, S. A.** - Infraestruturas de Portugal, S. A.
- ISA** - Instituto Superior de Agronomia

LBPF - Lei de bases da política florestal

LI - Locais de intervenção

MRF - Materiais florestais de reprodução

NMP - Nemátodo da Madeira do Pinheiro

OPF - Organizações de produtores florestais

PGF - Planos de gestão florestal

PDM - Planos diretores municipais

PDR 2020 - Programa de Desenvolvimento Rural do Continente

PMDFCI - Planos municipais de defesa da floresta contra incêndios

PNAEE - Plano Nacional de Ação para a Eficiência Energética

PNAER - Plano Nacional de Ação para as Energia Renováveis

PNDFCI - Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios

PNFC - Programa Nacional de Fogo Controlado

PNPB - Plano Nacional para Promoção de Biorrefinarias

POSEUR - Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos

POSF - Programa operacional de sanidade florestal

PROF - Planos regionais de ordenamento florestal

PRPI - Programa de Revitalização do Pinhal Interior

RDFCI - Redes de defesa da floresta contra incêndios

REE - Relatório de Estabilização de Emergência

RJAAR - Regime jurídico aplicável às ações de arborização e rearborização

RPFGC - Rede de Faixas de Gestão de combustível

SAAF - sistemas de aconselhamento agrícola e florestal

SGIFR - Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais

SIRESP - Sistema Integrado das Redes de Emergência e Segurança de Portugal

SNQ - Sistema Nacional de Qualificações

UGF - Unidades de gestão florestal

ZCA - zonas de caça associativa

ZCM - zonas de caça municipais

ZCN - zonas de caça nacional

ZCT - zonas de caça turística

ZIF - Zonas de Intervenção Florestal

ZT - zona tampão

Introdução e objetivos

Em termos de Legislação, a floresta Nacional vem consagrada na Constituição da República Portuguesa (lei fundamental da organização política, jurídica e económica de um País), desde a quarta revisão constitucional. A referência à floresta verifica-se no número 2 do artigo 93º “Objetivos da política agrícola”, destacando que o Estado promoverá uma política de desenvolvimento florestal de acordo com os condicionalismos ecológicos e sociais do País (1).

Após 20 anos, em 1996, surgiu a lei de base da política florestal constituindo um marco para o ordenamento jurídico das florestas em Portugal, uma vez que foram definidas as bases orientadoras para uma gestão sustentável das florestas nacionais (2).

Contudo, de 1996 até agora, a floresta portuguesa sofreu alterações profundas nas dinâmicas dos ecossistemas florestais e da sua exploração, devido às alterações sociais, económicas e ambientais verificadas. Desta forma, foi necessário continuar a criar ou alterar a legislação florestal de modo a garantir a perpetuidade das florestas e assegurando a satisfação das necessidades da comunidade num quadro de ordenamento do território (1).

Uma das características e simultaneamente um dos problemas, da política florestal em Portugal, reside na quantidade e dispersão da legislação existente, a qual torna a sua consulta e aplicação muito difícil se não mesmo problemática (1).

Em 2009, foi publicado um Código florestal através do Decreto-lei nº 254/2009. Porém este código teve desde o seu início uma vida atribulada nunca chegando a introduzir a simplificação e sistematização desejada para a legislação florestal, sendo depois revogado em pela Lei nº12/2012 (1) .

Para colmatar este problema, surgiu em 2018 uma coletânea de Legislação florestal na qual consta um índice ideográfico, cronológico e uma listagem com as siglas mais frequentes no âmbito da legislação da União Europeia e de Portugal Continental desde o período de 24 de dezembro de 1901 a 16 de fevereiro de 2018. Esta encontrasse agrupada segundo os temas mais relevantes, nomeadamente lei de bases da política florestal, organização administrativa florestal, associativismo e interprofissionalismo florestal, planeamento e gestão florestal, cadastro, finanças florestais, arborização e proteção do arvoredado, aproveitamentos e exploração florestal, incêndios florestais e fitossanidade (1).

Esta obra, apoiada pela FORESTIS, assume o compromisso de continuar a atualizar a legislação florestal.

Esta atualização torna-se neste momento necessária dada a ocorrência dos severos incêndios rurais, em 2016, 2017 e de 2018, os quais originaram novamente a produção de uma grande quantidade de legislação florestal e uma nova tentativa de promover a sua integração em torno de objetivos estruturantes, como o do ordenamento e gestão florestal e a proteção e defesa da floresta contra incêndios (1).

É neste contexto que surge este estágio profissional realizado na Associação Florestal de Portugal - FORESTIS, a qual, pretendendo criar uma nova versão da coletânea, definiu como objetivo deste trabalho de estágio, a recolha da legislação florestal mais relevante durante o período de 1 de janeiro de 2017 até março de 2019.

No âmbito da sanidade florestal, de forma a cumprir com o estabelecido no Plano Ação Nacional do Controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro, foi necessário adquirir serviços que pretendiam o abate e restantes processos das árvores com sintomas identificadas nas zonas tampão, de igual forma foi essencial restringir o corte de madeira verde nas regiões afetadas pelos incêndios, onde o risco de se estabelecer o NMP é elevado. Sob outro ponto de vista Portugal encontra-se afetado por outras pragas, nesta perspetiva, e tendo em conta o cumprimento do Plano de Ação para a Vigilância e Controlo da Vespa Velutina foram apoiados os Gabinete Técnicos Florestais (GTF) Municipais pelo FFP para a destruição dos ninhos da respetiva espécie. Além do mais o PDR 2020 apresenta medidas para a prevenção da floresta contra agentes bióticos, logo, no período estudado foram realizadas diversas alterações referentes às tipologias de intervenção e despesas elegíveis.

Por outro lado, relativamente ao capítulo de Material Florestal de Reprodução (MRF) foram descritos diversos conceitos fulcrais, nomeadamente ao nível das normas de produção e comercialização de materiais florestais de reprodução.

Em relação à legislação do Aconselhamento Agrícola e Florestal (SAAF) foram efetuadas alterações ao nível de apoios relacionados com a despesa do mesmo e similarmente alterações à forma de candidatura dos SAAF.

A obtenção de imagens aéreas são de extrema importância para a produção do Inventário Florestal Nacional (IFN) (capítulo 4.4), assim sendo o FFP concedeu um apoio para a aquisição das mesmas. Do mesmo modo, fruto da necessidade de identificar os limites dos

prédios rústicos ou mistos foi criado o cadastro simplificado e a plataforma BUPi, o qual se encontra descrito no capítulo 4.5.

Sob outro ponto de vista, destacam-se as alterações profundas ao nível dos baldios no que diz respeito ao apossamento e à possibilidade de criar agrupamentos de baldios por meio da revogação da lei anterior, a qual estabelecia o regime aplicável aos baldios e aos restantes meios de produção comunitários.

De forma a melhorar o aproveitamento da biomassa, entre os quais dos produtos não lenhosos surgiu um regime especial para centrais de valorização assim como um Plano Nacional para Promoção de Biorrefinarias. Adicionalmente foram realizadas alterações no que concerne à apanha de pinhas.

No contexto do Regime Jurídico Aplicável às Ações de Arborização e Rearborização foram aplicadas alterações no que diz respeito às contraordenações, inclusive a redução de arborizações ilegais. Por outro lado, de realçar ainda que devido aos grandes incêndios não foram autorizadas as plantações com espécies do género *Eucalyptus sp* protegendo uma grande parte da biodiversidade.

Salienta-se de igual forma, as alterações no ordenamento florestal no caso da revisão dos 21 Programa Regional de Ordenamento Florestal que após a mesma foram reduzidos a 7 nos quais ocorreram modificações específicas ao nível do regime jurídico. Por outro lado, existiu a necessidade de adaptar as normas dos Planos Diretores Municipais (PDM) incompatíveis com os PROF.

No que se refere aos recursos cinegéticos, neste capítulo, destacam-se as alterações ao regime jurídico e à regulamentação das Zonas de Caça Municipal (ZCM), fruto das quais foi necessário estabelecer condições de instalação de campos de treino de caça. Ainda neste capítulo, são nomeadas alterações às formas de caça largadas, batidas e montarias. Outra legislação de primordial interesse refere-se aos guardas florestais contratados pelas entidades gestoras ou concessionárias de zonas de caças.

No capítulo seguinte (Organização administrativa das florestas) ocorreram alterações de elevada importância ao nível do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P (ICNF, I.P.), com a aprovação da nova lei orgânica responsável pela análise de diversas políticas, desde o ordenamento florestal à prevenção e gestão do fogo. Além do mais, no caso da AGIF esta teve a sua lei orgânica, a constituição dos seus núcleos e coordenação regional

e sub-regional aprovados durante o período estudado. De destacar-se ainda, a descentralização da administração direta e indireta do Estado.

No capítulo do Fundo Florestal Permanente surgem alterações ao regulamento do mesmo de forma a possibilitar o suporte à gestão florestal, e eleger as despesas tais como a assistência técnica. Ainda no âmbito de Gestão Florestal (capítulo 4.13), ocorreram alterações ao nível do regime jurídico quer das Entidades de Gestão Florestal (EGF) quer das Unidades de Gestão Florestal (UGF). De salientar também que foram criadas novas Zonas de Intervenção Florestal (ZIF). Ainda em relação à gestão florestal, foi criado um programa de revitalização do Pinhal Interior e um Plano de Recuperação do Pinhal do Rei.

Por último, mas, no entanto, de igual importância aos anteriormente descritos, o capítulo dos Incêndios Florestais apresenta diversas alterações, destacando-se das mesmas o Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra incêndios, a gestão de combustível e a constituição das equipas de sapadores.

Breve nota sobre o tipo de instrumentos legislativos

As leis e os decretos-lei são atos legislativos com o mesmo valor e são aprovados pelos órgãos legislativos, de acordo com os poderes conferidos pela Constituição da República Portuguesa. É atribuído o nome de Lei aos atos aprovados pela Assembleia da República e decretos-lei aos aprovados pelo Governo. Regra geral, as normas legais podem ser aprovadas quer pela Assembleia da República quer pelo Governo, contudo para determinadas matérias a Constituição reserva o poder legislativo para um dos órgãos (3).

Em termos de hierarquia, as leis e os decretos-lei dispõem do mesmo valor na ordem jurídica portuguesa. Em caso de conflito, aplica-se, entre eles, o que for mais recente ou o que contiver uma regra que, por ser mais específica, se adequa melhor ao caso concreto. Em seguida surgem as resoluções do conselho de ministros, as portarias e os despachos com um valor inferior quer às leis quer aos decretos-lei (3).

As resoluções do conselho de ministros, são uma norma jurídica destinada a assuntos do interesse interno do conselho de ministros. Por sua vez, as portarias são atos do poder administrativo, nas quais a aprovação depende da atribuição de poder para o efeito ao(s) ministro(s) em causa. Habitualmente, a sua aprovação está associada a uma lei ou decreto-lei, a qual, por sua vez, necessita de um maior desenvolvimento para poder ser aplicado aos

cidadãos, dado que as portarias têm valor inferior às leis e aos decretos-lei, não os podendo contrariar (3).

Por último, os despachos são todo o tipo de decisão proferida por uma autoridade judicial, política ou administrativa que soluciona uma determinada questão num processo legislativo, judicial ou administrativo (4).

3. Enquadramento Legal

3.1. Constituição da República Portuguesa

A Constituição da República Portuguesa de 1976 é a lei fundamental da organização política, jurídica e económica de um País, a qual é constituída por um conjunto de regras e princípios que conferem estabilidade e unidade a uma determinada comunidade nacional (4).

A floresta, está presente na Constituição da República Portuguesa no número 2 do artigo 93º “*Objetivos da política agrícola*”, destacando que cabe ao Estado promover uma política de desenvolvimento florestal indo de acordo com os condicionalismos ecológicos e sociais do País (1).

Adicionalmente surgiu o artigo 9º da Constituição “*Tarefas fundamentais do Estado*”, que na alínea e refere que são tarefas fundamentais do Estado proteger e valorizar as florestas como um elemento fulcral da qualidade de vida dos cidadãos, do correto ordenamento do território e da defesa do ambiente (1).

3.2. Lei de Bases da Política Florestal

A Lei nº 33/96 de 17 de agosto denominada Lei de bases da política florestal (LBPF) constituiu um verdadeiro marco para o processo de modernização do quadro legal do sector florestal. Este documento define as bases da política florestal nacional (2) por meio dos seguintes objetivos:

- Possibilitar o desenvolvimento sustentável dos espaços florestais e das atividades da fileira florestal;
- Promover e garantir o acesso à utilização social da floresta;
- Proporcionar uma melhoria do rendimento global dos utilizadores dos sistemas florestais;

- Otimizar o potencial produtivo dos bens e serviços da floresta bem como dos sistemas naturais;
- Providenciar a gestão do património florestal nacional, através do ordenamento das explorações e da dinamização do associativismo;
- Assegurar o papel da floresta enquanto regularizador dos recursos hídricos, conservação dos solos e qualidade do ar;
- Proteger as formações florestais de especial importância ecológica;
- Incentivar a promoção da investigação científica e tecnológica no domínio da floresta.

3.3. Estratégia Nacional para as Florestas

O sector florestal tem uma elevada importância ao nível económico e social por meio da criação de empregos em zonas rurais assim como em termos ambientais garantido a regulação do sistema hídrico, a preservação dos solos e a proteção microclimática. Todavia, este sector tem sido fortemente afetado pelas pragas florestais e com a recorrência dos incêndios (5).

Posto isso, o reconhecimento deste sector com uma das prioridades para o desenvolvimento do País conduziu à necessidade de criação de uma estratégia nacional para as florestas (5). A estratégia Nacional para as Florestas (ENF) foi aprovada, em 2006, pela Resolução do Conselho de Ministros nº 114/2006 a 15 de setembro, sendo um documento de referência quanto às orientações e planos de ação pública e privada no desenvolvimento do sector florestal (6).

A Resolução do Conselho de Ministros nº 6-B/2015 de 4 de fevereiro veio atualizar a ENF, revogando a resolução do conselho de ministros anterior. Esta atualização assumiu, como nova visão, a sustentabilidade da gestão florestal, com vista a identificar as ações necessárias para equilibrar a gestão dos recursos florestais no contexto económico, social e ambiental (6). De igual forma foi integrada a informação com maior relevância ao nível Nacional e internacional, tendo como objetivo consolidar esta nova visão (6).

Ao nível nacional, foram retratadas as alterações da situação económico-financeira do País, a diferença na organização dos agentes do sector florestal e os dados obtidos no quinto e sexto Inventário Florestal Nacional. Adicionalmente, foi considerada a informação do Programa de Desenvolvimento Rural 2007-2013 do Programa de Desenvolvimento Rural 2020 e dos estudos elaborados para o Programa Operacional de Sanidade Florestal, onde são abordadas questões fitossanitárias de todos os tipos de florestas (6).

Ao nível internacional, foram integrados os critérios estabelecidos e assumidos por Portugal no âmbito da Estratégia da União Europeia para a Biodiversidade 2020 e da Estratégia Europeia para um crescimento inteligente, sustentável, em particular no que respeita à “Economia Verde” (6).

3.4. Lei de Bases Gerais da Caça

A Lei nº 173/99 de 21 de setembro intitulada Lei de bases gerais da caça, veio estabelecer as bases da gestão sustentável dos recursos cinegéticos, incluindo a sua conservação e fomento assim como os princípios reguladores da atividade cinegética e da administração da caça (7).

Os recursos cinegéticos são um património natural renovável, logo, a sua exploração através do exercício da caça constitui um facto de riqueza nacional, assim como o desenvolvimento quer regional quer local, fazendo uso dominante de terrenos marginais para a floresta e agricultura (7). Esta exploração de recursos é de interesse nacional, devendo ser ordenada em todo o território de acordo com os princípios da sustentabilidade e da conservação da diversidade biológica e genética, respeitando as normas nacionais e internacionais. (7)

O ato da caça é permitido desde que salvaguardados os condicionalismos relativos à proteção e conservação das espécies cinegéticas. Do mesmo modo o direito à não caça é reconhecido, podendo ser solicitado pelos proprietários ou usufrutuários e arrendatários desde que, não sejam titulares de carta de caçador e não exerçam os direitos de propriedade para fins venatórios (7).

Em relação às espécies legalmente capturadas são propriedade do caçador, exceto quando existe uma regulamentação diferente (7).

4. Metodologia

O trabalho começou com uma consulta aos documentos do âmbito florestal presentes no Diário da República Eletrónico (DRE), tendo sido selecionados os de maior relevância como as Leis, Decretos-lei, Resolução do Conselho de Ministros, Portarias e Despachos.

Com base na recolha efetuada foi criada uma base de dados em Excel com os seguintes campos: tipologia, número do diploma, data em que foi publicado, o ano em que foi publicado, pequeno resumo de cada diploma. De acordo com o resumo procedeu-se então à classificação dos diplomas por temas e categorias, tendo sido identificados os grupos e categorias apresentados Anexo I.

5. Legislação Florestal

5.1. Sanidade Florestal

Um dos desafios enfrentados pelo sector florestal nacional encontra-se diretamente relacionado com os problemas sanitários que ao longo do tempo se têm identificado, os quais frequentemente estão associados a perturbações nos ecossistemas florestais resultantes de fatores bióticos ou abióticos e/ou do tipo de gestão florestal praticado.

As minimizações de riscos associados a estes problemas têm como objetivo melhorar e contribuir para uma floresta mais resistente à ação dos agentes nocivos (8). Assim sendo Portugal possui, desde 2014, um programa operacional de sanidade florestal (POSF) aplicável só à região Continental, aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 28/2014, a 7 de abril. Este programa disponibiliza, de uma forma sintética, o conhecimento mais relevante sobre a proteção florestal e os mecanismos e procedimentos adequados para a prevenção e controlo em Portugal. (8)

Face à deteção nos últimos anos de 4 organismos nocivos, sendo 2 objeto de restrições legais estabelecidas pela União Europeia, foram implementados de acordo com os limites legais e com as linhas de atuação do programa operacional de sanidade florestal, 4 planos/programas de prospeção, controlo e erradicação (8).

Para uma melhor articulação das estratégias de atuação para a sanidade florestal foram publicados vários diplomas, entre janeiro de 2017 e março de 2019, conforme se pode verificar na Figura 1.

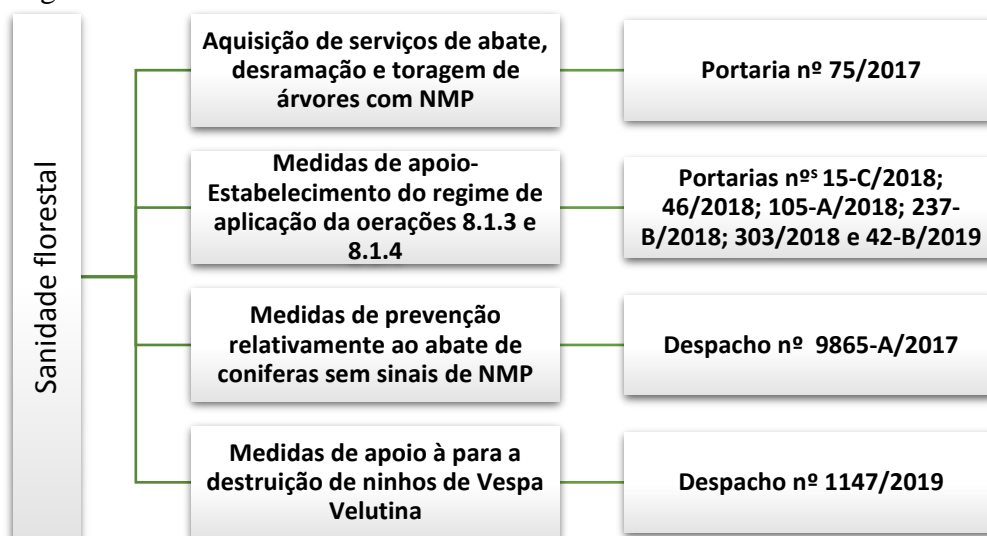


Figura 1-Legislação referente à sanidade florestal de janeiro de 2017 a março de 2019

5.1.1. Aquisição de serviços

Em cumprimento do Plano de Ação Nacional do Controlo do Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP) a Portaria nº75/2017 de 30 de março autorizou, o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P (ICNF, I.P.), a celebrar contratos para aquisição de serviços de abate, desramação, toragem de árvores identificadas com o Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP) e previamente georreferenciadas na zona tampão (ZT) do território Continental e o destroçamento dos sobrantes resultantes destas ações com um prazo de execução de 3 anos (36 meses), até ao montante de 3.000.000,00 (três milhões de euros) acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, implicando a assunção de encargos plurianuais e execução plurianual da despesa repartida por quatro anos económicos, em concreto 2017, 2018, 2019 e 2020 (9).

Os encargos resultantes dos contratos celebrados não poderão, em cada ano económico, exceder as seguintes importâncias acrescidas de IVA à taxa legal em vigor (9):

- a) “ 2017 - 750.000,00 (euro) ”;
- b) “ 2018 - 1.000.000,00 (euro) ”;
- c) “ 2019 - 1.000.000,00 (euro) ”;
- d) “ 2020 - 250.000,00 (euro) ”.

5.1.2 Medidas de prevenção

O Nemátodo da Madeira do Pinheiro (NMP), tal como referido anteriormente, é dos principais fatores de risco para a floresta portuguesa mais precisamente para a floresta de Pinho, portanto, foram estabelecidas medidas de proteção fitossanitárias para o controlo do NMP, que evitem a sua dispersão pelo território nacional (8). Para tal, é necessário efetuar o abate imediato das coníferas hospedeiras com sintomas declínio que incluem as árvores ardidas nos incêndios de dimensão sem precedentes ocorridos nos meses de junho e outubro, restringindo o corte de madeira verde de coníferas hospedeiras nos locais onde é conhecida a presença de NMP ou onde seja reconhecido o risco do seu estabelecimento e dispersão nas regiões atingidas pelos incêndios (10).

De modo a assegurar o restringimento do corte de madeira verde de coníferas hospedeiras nos locais onde é conhecida a presença de NMP foi publicado o Despacho nº 9865-A/2017, a 13 de novembro, no qual foi definido que o Presidente do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P (ICNF, I.P.), deverá “estabelecer a título excecional medidas alternativas ou complementares, no sentido de não permitir o abate de coníferas hospedeiras sem sintomas

de declínio na zona tampão (ZT) e nos Locais de intervenção (LI) reconhecidos nos termos deste diploma localizados nos distritos de Aveiro, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Guarda, Leiria, Lisboa, Porto, Santarém, Viana do Castelo, Vila Real e Viseu.” (10).

No Despacho nº 9935-A/2017 de 16 de novembro que procedeu à publicação do despacho anteriormente referido, é também salientado que o mesmo vigorará por um prazo de 180 dias (11), porém, a medida estabelecida neste diploma não implica que ocorra o abate por obrigatoriedade do cumprimento de outras disposições legais, nomeadamente no âmbito da defesa da floresta contra incêndios (11).

5.1.3 Medidas de apoio

A Portaria nº 134/2015 de 18 de maio, “Estabelece o regime de aplicação da operação 8.1.3, «Prevenção da floresta contra agentes bióticos e abióticos» e da operação 8.1.4, «Restabelecimento da floresta afetada por agentes bióticos e abióticos ou por acontecimentos catastróficos», ambas inseridas na ação 8.1, «Silvicultura Sustentável» da Medida 8, «Proteção e Reabilitação dos Povoamentos Florestais» do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020” (12).

Os apoios referidos nesta portaria têm como objetivo reforçar e aumentar a resiliência à defesa da floresta contra os danos causados pelos agentes bióticos e abióticos, restabelecendo o potencial produtivo dos povoamentos florestais e reforçando as infraestruturas de proteção danificadas pelos agentes (12). Todavia, a floresta portuguesa encontra-se em constantes mudanças assim como os elementos que a afetam, dado a este facto e à crescente preocupação com os problemas causados pelos agentes bióticos e abióticos o diploma foi alterado ao longo de aproximadamente dois anos pelas Portarias nº 15-C/2018; 46/2018; 105-A/2018; 237-B/2018; 303/2018 e 42-B/2019, correspondendo respetivamente à terceira, quarta, quinta, sexta, sétima e oitava alteração de seguida descritas:

A Portaria nº 15-C/2018 de 12 de janeiro procedeu à terceira alteração da Portaria nº 134/2015 efetuando diversas modificações, relativamente aos fatores bióticos e abióticos destacando-se as referentes às tipologias de intervenção ao nível das explorações e ao nível territorial (artigo 8º e 9º) as quais podem ser alvo de apoio. Estas passam ainda pelo controlo dos vários agentes bióticos nocivos que afetam vários povoamentos florestais tais como montados, castiçal, Eucaliptais e Pinhais (Pinheiro-bravo e de Pinheiro manso) (13).

Por outro lado, no que se refere aos critérios de elegibilidade das operações ao nível da exploração e ao nível territorial (artigo 11º e 12º) destaca-se a área mínima de 0,5 há dos espaços florestais assim como a sincronia com os requisitos específicos do POSF. Posto isto,

foram procedidas a alterações na forma dos apoios, os quais passaram a assumir a modalidade presente nas tabelas normalizadas de custos unitários, aprovado pela Portaria nº 394/2015 de 3 de novembro (artigo 16) (13).

A Portaria nº 46/2018 de 12 de fevereiro refere-se à quarta alteração da Portaria 134/2015, tendo sido alterado o artigo 39º denominado redução e exclusões, este artigo esclareceu que omissões ou falsas informações determinam a exclusão ou anulação da decisão relativamente à candidatura apresentada e define a data de apresentação do último pedido de pagamento caso algum critério de seleção não seja cumprido, sendo reduzido no valor do pagamento efetuado (14).

A quinta alteração ocorreu por meio da Portaria nº105-A/2018 de 18 de abril, que efetuou diversas modificações, tais como, no artigo 5º referente à acumulação de apoios define a atribuição dos mesmos desde que o investimento elegível não ultrapasse os 2 milhões de euros por ZIF, baldios, entidades coletivas de gestão florestal, por mata nacional e por perímetro florestal geridos pelo INCF. Do mesmo modo, ocorreram modificações nos critérios de elegibilidade das operações ao nível da exploração e ao nível territorial (artigos 11º e 12º) que definiram a obrigatoriedade da apresentação de um PGF aprovado (15).

A Portaria nº 237-B/2018 de 28 de agosto procedeu à sexta alteração da Portaria 134/2015, na qual se verificou a modificação do artigo 35º referente à apresentação dos pedidos de pagamento e do Anexo III referente às despesas elegíveis e não elegíveis (16). Ainda no ano de 2018, ocorreu a sétima alteração à portaria acima referida com a publicação da Portaria nº 303/218 de 26 de novembro, sendo alterado o artigo (15º e 26º) relativo às obrigações dos beneficiários, esclarecendo que os estes têm de comprovar o início da execução física das operações dentro do prazo estipulado para o efeito, sendo que a não apresentação da execução física será motivo de exclusão de acordo com a alteração que se verificou no artigo 39 referente à redução e exclusão (17).

Por último a Portaria nº 42-B/2019 de 30 de janeiro, procede à oitava alteração da portaria acima referida, tendo sido modificados diversos artigos, dos quais se destacam o artigo 17º referente ao nível de apoio, o artigo 22º que estabelece os critérios de elegibilidade das operações ao nível da exploração, sendo que necessário que o INCF reconheça que no mínimo 20% da capacidade produtiva da área de intervenção foi destruída por pragas ou por aplicação de medidas para erradicar a praga das plantas, foram também alterados os Anexos I, II, III e IV. (18).

Por outro lado, foi acionado o Fundo Florestal Permanente (FFP) para a destruição de ninhos de vespa velutina. O aumento da sua presença no território nacional tem afetado diversos

sectores, em particular o da apicultura, mas também o da agricultura e floresta, uma vez que promove a diminuição da quantidade de insetos polinizadores e por conseguinte a diminuição da função ecológica (polinização) tendo efeitos na sustentabilidade dos respetivos ecossistemas, por si só já ameaçados por fatores bióticos e abióticos (19).

O Plano de Ação para a Vigilância e Controlo da Vespa Velutina em Portugal, onde se encontra previsto o combate a esta espécie invasora através da destruição dos respetivos ninhos/colónias, é maioritariamente realizado pelos Gabinetes Técnicos Florestais (GTF) dos municípios. Contudo para que a destruição urgente destes ninhos ocorra é necessária uma solução financeira de apoio (19). O Despacho nº 1147/2019 de 1 de fevereiro, veio “determinar a afetação de dotação orçamental de 1 000 000 de euros para apoiar a campanha nacional de destruição dos ninhos de Vespa velutina da responsabilidade dos municípios, durante o ano de 2019” (19).

Como já foi referido, a solução financeira surge no âmbito dos apoios financeiros atribuídos pelo Fundo Florestal Permanente (FFP), através de uma ajuda forfetária aos municípios que comprovem a destruição dos ninhos (19). O apoio é concedido aos municípios em regime forfetário, sob a forma de subsídio não reembolsável, num valor de 25 euros caso seja um ninho primário e de 100 euros caso seja um ninho definitivo ou secundário com um valor máximo por candidatura de 10.000 euros (19).

Em suma, no período de janeiro de 2017 a março de 2019, foram publicados vários diplomas como a Portaria nº75/2017 que definiu o valor dos encargos com os serviços prestados para fazer face à problemática do nematode, ainda referente ao nemátodo salienta-se o Despacho relativo à proibição do abate de coníferas hospedeiras sem sintomas de NMP nas zonas tampão ou nos Locais de intervenção (Li) afetadas pelos incêndios de 2017. De igual forma, é fulcral salientar da restante legislação as Portarias que efetuaram modificações nas operações 8.1.3 e 8.1.4 do PDR2020, as quais procederam a alterações às tipologias de apoio, das despesas elegíveis e ainda nas obrigações que os beneficiários tinham para que não ficassem com as suas candidaturas excluídas.

Por último foi publicado um Despacho, dado o crescente impacto no território nacional da Vespa velutina, para a criação de uma medida de apoio - o Fundo Florestal Permanente (FFP) para a atribuição aos GTF dos municípios de um apoio em regime forfetário de 25 ou 100 euros, consoante o ninho destruído e mediante candidatura.

5.2. Material florestal de reprodução

Os materiais florestais de reprodução (MRF) que correspondem aos materiais de base das espécies florestais (principalmente sementes e partes das plantas) e aos seus híbridos artificiais, assumem uma elevada importância para fins florestais na totalidade ou parte da União Europeia (20).

Estes materiais vêm listados no Catálogo Nacional de Materiais de Base (CNMB), o qual é constituído por uma lista nacional de material de base inscrita no Registo Nacional de Materiais de Base onde é possível proceder à colheita de MFR das espécies e híbridos artificiais (20).

5.2.1 Produção e comercialização

O Decreto-lei n.º 205/2003 de 12 de setembro estabeleceu as normas gerais aplicáveis à produção e comercialização de materiais florestais de reprodução (MRF) utilizados para fins florestais, transpondo para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 1999/105/CE, do Conselho de 22 de dezembro alusiva à comercialização de MRF (20) .

Ao fim de quase duas décadas de aplicação tornou-se necessário efetuar alterações, tanto ao nível dos fornecedores de MFR como de clarificar conceitos, sem esquecer os avanços na área da investigação que contribuem para um maior aumento da qualidade dos MRF (21). O Decreto-lei n.º 13/2019 de 21 de janeiro procedeu à primeira alteração, através da alteração dos artigos 3.º, 4.º, 5.º, 7.º ao 15.º, 17.º, 18.º, 20.º ao 39.º, 41.º ao 45.º, 49.º, 52.º ao 54.º (21).

Em síntese, este Decreto-lei publicado em 2019 promoveu alterações profundas ao nível das normas de produção e comercialização de materiais florestais de reprodução por meio da clarificação de conceitos e da incorporação de avanços na experimentação e ao nível científico. Uma das alterações mais importantes foi a criação de uma plataforma eletrónica específica para agilizar os processos de licenciamento de fornecedores de materiais florestais de reprodução, a submissão de materiais de base ao Catálogo Nacional de Materiais de Base e ainda a emissão dos certificados principais e de qualidade externa.

5.3. Aconselhamento florestal

Os sistemas de aconselhamento agrícola e florestal (SAAF) foram criados em 2016 pela Portaria n.º 151/2016 de 25 de maio nos termos e para os efeitos dispostos no título III do Regulamento (UE) n.º 1306/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 17 de dezembro, ou seja para promover a utilização dos mesmos, quer por pessoas singulares quer por pessoas coletivas, desde que exerçam atividade agrícola ou detenham espaços florestais (22).

Os Serviços de Aconselhamento Agrícola e Florestal (SAAF), estão previsto nas operações n.ºs “2.2.1, «Apoio ao fornecimento de serviços de aconselhamento agrícola e florestal», 2.2.2, «Apoio à criação de serviços de aconselhamento» e 2.2.3, «Apoio à formação de conselheiros», inseridas na ação n.º 2.2, «Aconselhamento», da medida n.º 2, «Conhecimento», do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR2020”(23), tendo o regime de aplicação dos SAAF sido definido pela Portaria n.º 324-A/2016 a 19 de dezembro (24).

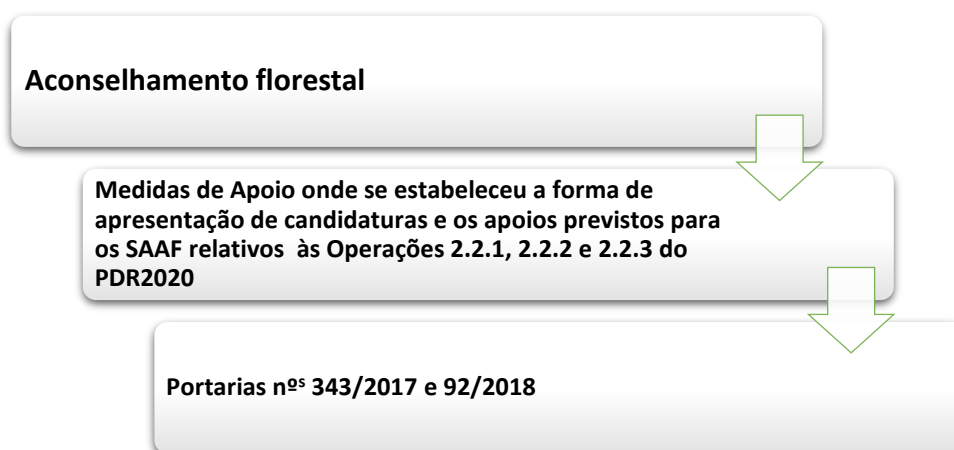


Figura 2-Legislação referente ao aconselhamento florestal de janeiro de 2017 a março de 2019

Durante o período estudado, verificou-se a reprogramação do PDR 2020 (Figura 2) o que levou a alterações na Portaria n.º 324-A/2016. A primeira alteração surge na Portaria n.º 343/2017 de 10 de novembro, através da modificação do artigo 10, referente à percentagem elegível de despesa por beneficiário que passou de 75% a 100% (25). A segunda alteração ocorreu por meio da Portaria n.º 92/2018 de 2 de abril, onde foram modificados diversos artigos, destacando-se o artigo 12º referente ao anúncio dos períodos de apresentação das candidaturas as quais que devem indicar os objetivos e prioridades visadas, as tipologias a apoiar, a dotação orçamental a atribuir e ainda o número máximo de candidaturas admitidas por beneficiário.

A apresentação das referidas candidaturas é realizada pela submissão de um formulário no portal do Portugal 2020 conforme descrito no artigo 15º. A análise e decisão das candidaturas cabe posteriormente à autoridade de gestão que analisa e emite um parecer no prazo de 45 dias úteis (artigo 21º). O beneficiário tem um prazo de 6 meses para iniciar a formação e a prestação de serviços de aconselhamento (24).

Concluimos assim, que no período em que decorreu a recolha e tratamento da legislação foram produzidos duas Portarias, referentes ao aconselhamento florestal. Sendo que, a primeira define o nível de apoio em 100% das despesas elegíveis até um montante máximo de 1.500 euros por serviço de aconselhamento individual e a segunda de medida de apoio que produz alterações significativas das candidaturas aos SAAF, no que diz respeito a análise e decisão destas e aos prazos que os beneficiários tem para iniciar a execução física das candidaturas.

5.4. Inventário Florestal Nacional

O Inventário Florestal Nacional (IFN), iniciado em 1963, é um processo de produção de estatísticas e de cartografia-base sobre a abundância, estado e condições dos recursos florestais nacionais, o qual se encontra atualmente na sexta edição (26).

Conforme referido anteriormente, o primeiro Inventário Florestal Nacional foi iniciado em 1963, no entanto teve como referência os dados do ano de 1965. Este sofreu 3 revisões, sendo a primeira correspondente ao segundo IFN (ano de referência - 1974), passados 11 anos, em 1985, surge o terceiro INF referente à segunda revisão e por último, a terceira revisão ocorreu no ano de 1995 dando origem ao quarto IFN. *À posteriori*, o quinto INF teve como referência o ano de 2005 e o sexto e último INF até à presente data surgiu em 2019, sendo constituído pelos dados de referência ao ano de 2015 (26).

Este trabalho baseia-se na classificação de um conjunto de pontos (denominados fotopontos) por processos de análise visual de imagens aéreas (fotointerpretação) e quando necessário apoio no terreno (26).

O IFN tem contribuído consideravelmente para uma melhoria de conceitos, definições e metodologias relacionados com a avaliação dos recursos florestais. Servindo como referencial para diversos processos, sejam eles de produção de informação ou de planeamento e gestão dos recursos (26). Desta forma para apoiar os trabalhos do IFN, que fortemente contribuem para uma melhor gestão, foi publicado o Despacho nº 10248/2018 de 06 de novembro onde foi estipulado que o FFP conceda um apoio no valor de 559.903,38 euros para a cobertura aérea de 2018, a qual permite obter as imagens aéreas necessárias ao IFN (27).

5.5. Cadastro simplificado

O território nacional é constituído por um conjunto de propriedades cujos titulares, localizações e limites exatos são desconhecidos. Desta forma, o cadastro torna-se fundamental para o conhecimento da estrutura fundiária e a titularidade dos prédios rústicos e mistos, assumindo-se como um fator primordial para a gestão e ordenamento do território (28).

A realização do cadastro predial é um processo moroso e complexo, pelo que tem conhecido grandes dificuldades de implementação ao longo das últimas décadas. De forma a acelerar este processo, cria-se o sistema de cadastro simplificado, em vários diplomas de forma agilizar os mecanismos que possibilitassem a sua realização (Figura 3).

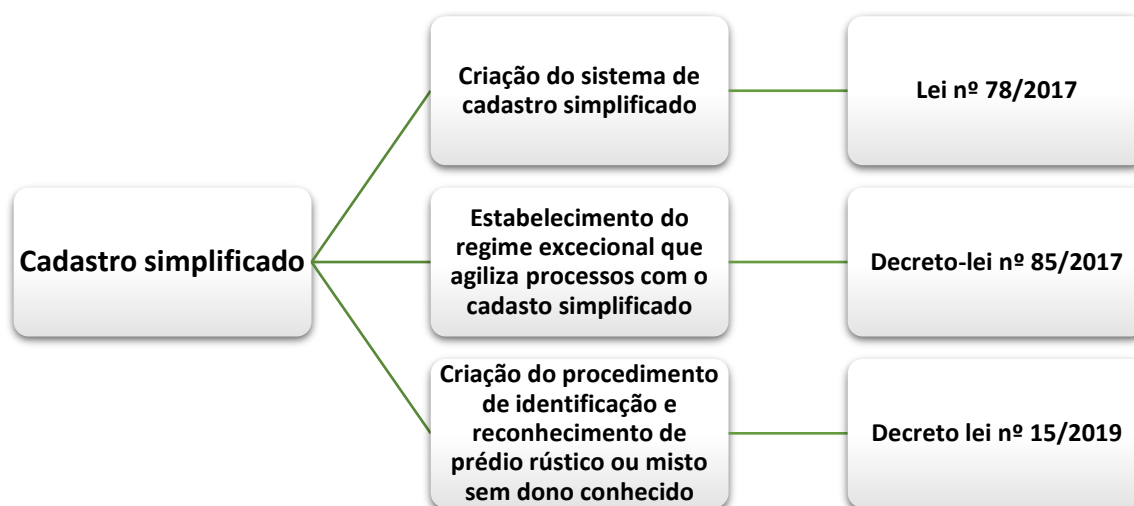


Figura 3-Legislação referente ao Cadastro simplificado de janeiro de 2017 a março de 2019

5.5.1. Sistema de informação cadastral

Logo após os incêndios de junho 2017 que ocorreram nos municípios de Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela e Sertã (29)., o Decreto-lei nº 85/2017 de 27 de julho, estabeleceu um “regime excecional que agiliza os processos aquisitivos, administrativos e financeiros de alguns organismos e instituições, públicas, para o desenvolvimento do sistema de informação cadastral simplificado” (29).

Em 17 de agosto foi publicada a Lei nº 78/2017, que possibilitou a criação de um sistema de informação cadastral simplificado e um balcão único do prédio (BUPi) sendo este um balcão físico e virtual, da responsabilidade do Instituto dos Registos e do Notariado (IRN), o qual apresenta capacidade de incorporar informação registral, matricial e georreferenciada relacionada com os prédios, estando ligado pela Plataforma de Interoperabilidade da

Administração Pública a todas as bases de dados que contenham informações prediais. Ambos foram colocados em prática através de um projeto-piloto em 10 municípios (Alfândega da Fé, Caminha, Castanheira de Pera, Figueiró dos Vinhos, Góis, Pampilhosa da Serra, Pedrógão Grande, Penela, Proença-a-Nova e Sertão) (30).

Este projeto permitiu, permitiu ajudar os cidadãos na identificação das localizações e limites das suas propriedades através de uma representação gráfica georreferenciada de forma simples e gratuita (30). De acordo com este diploma, a representação gráfica georreferenciada constitui a configuração geométrica dos prédios constantes da base cartográfica acessível através do BUPi, sendo efetuada através de delimitação do prédio, mediante representação cartográfica das extremas do prédio, unidas através de uma linha poligonal fechada, obtida por processos diretos de medição, nomeadamente com recurso a sistemas de posicionamento global, ou de forma indireta, designadamente, através de recurso à fotointerpretação sobre os ortofotomapas disponíveis (30). Esta Lei vem assim revogar a Lei nº 152/2015 de 14 de setembro, a qual estabelecia o processo de reconhecimento da situação de prédio rústico e misto sem dono conhecido que não esteja a ser utilizado para fins agrícolas, florestais ou silvopastoris e seu registo para posterior entrada na Bolsa de Terras (30).

Em 2019, foi publicado o Decreto-lei nº15/2019 de 21 de janeiro o qual cria o procedimento de identificação e reconhecimento de prédios rústicos ou mistos sem donos conhecidos os quais passam a ser genericamente designados por prédios sem dono, determinando que a sua identificação passe a ser efetuada aquando da realização das operações de execução do sistema de informação cadastral simplificada ou do cadastro predial, conjugando a localização dos prédios sem dono conhecido em cada freguesia com a respetiva identificação georreferenciada. O registo provisório destes prédios será a favor do Estado por um período de 15 anos, findo os quais passa em definitivo para o Estado (31). Contudo a entidade gestora destes prédios poderá cede-los a terceiros através de contratos celebrados, que não podem exceder o prazo de 15 anos (31).

Os distintos diplomas nomeados anteriormente procuraram, face à urgência de resolver com maior celeridade, o problema do cadastro, ou seja, de conhecer a quem pertencem os prédios rústicos ou misto, constituindo uma das alterações legislativas mais importantes durante o período estudado. É de salientar que 51,31% da área, o que corresponde a 117,482ha dos 10 municípios, presente no projeto piloto acima referido já é conhecida, dado que já foram registadas 104,848 matrizes no BUPi e destas 16,000 estão georreferenciadas. No decorrer deste ano o projeto foi inclusive alargado a todo o território nacional (32).

5.6. Baldios

São considerados baldios os terrenos com as suas partes e equipamentos integrantes que sejam possuídos e geridos por comunidades locais, encontrando-se nesta condição os seguintes terrenos (33):

- i. “Terrenos considerados baldios e como tais possuídos e geridos por comunidade local, mesmo que ocasionalmente não estejam a ser objeto, no todo ou em parte, de aproveitamento pelos compartes, ou careçam de órgãos de gestão regularmente constituídos”;
- ii. “Terrenos considerados baldios e como tais possuídos e geridos por comunidade local, os quais, tendo anteriormente sido usados e fruídos como baldios, foram submetidos ao regime florestal ou de reserva não aproveitada, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 27207, de 16 de novembro de 1936, e da Lei n.º 2069, de 24 de abril de 1954, e ainda não devolvidos ao abrigo do Decreto-Lei n.º 39/76, de 19 de janeiro”;
- iii. “Terrenos baldios objeto de apossamento por particulares, ainda que transmitidos posteriormente, aos quais sejam ainda aplicáveis as disposições do Decreto-Lei n.º 40/76, de 19 de janeiro”;
- iv. “Terrenos passíveis de uso e fruição por comunidade local que tenham sido licitamente adquiridos por uma tal comunidade e afetados ao logradouro comum da mesma”.

Para um melhor entendimento do que são os baldios e como são geridos foi publicada a Lei 75/2017 de 17 de agosto, que estabeleceu o regime aplicável aos baldios e aos demais meios de produção comunitários. Esta lei é constituída por 4 capítulos, sendo que o capítulo I referente às Disposições gerais, o II aos Baldios, o capítulo III é relativo a outros Imóveis Comunitários, por fim, o capítulo IV refere-se às Disposições finais e transitórias. Adicionalmente o capítulo II é constituído por 4 secções: a secção I Baldios em geral, a II que diz respeito aos Órgãos dos baldios a qual se divide em subsecção I - Órgãos em geral, subsecção II - Assembleia de compartes, subsecção III - Conselho diretivo, subsecção IV - Comissão de fiscalização e subsecção V – Eleição, a secção III relativa aos Instrumentos de administração dos baldios e a IV referente a Extinção, alienação ou expropriação (33).

A referida lei revogou a Lei nº 68/93 de 4 de setembro e a Lei nº 72/2014 de 2 de setembro, destacando-se as modificações do artigo 6º respeitante ao apossamento indevido de áreas de baldios, dado que de acordo com o nº 3 os terrenos baldios não podem ser objeto, no seu todo ou em parte, de apropriação por terceiros por qualquer forma ou título, incluindo por usucapião. Além do mais, ocorreram alterações no nº 2 do artigo 7º, relativamente aos

compartes, definindo que o universo destes é integrado por cidadãos com residência na área onde se encontram os imóveis, “no respeito pelos usos e costumes reconhecidos pelas comunidades locais, podendo ser atribuída pela assembleia de partes essa qualidade a cidadão não residente” (33).

De igual forma, o artigo 8º relativo à inscrição matricial dos baldios sofreu modificações, sendo referido que cada baldio deverá ser inscrito na matriz predial e cadastral em nome da comunidade local que esteja na posse e gestão do mesmo. Por último, o artigo 17º relativo aos órgãos e duração dos mandatos, definiu no nº 2 que os membros da mesa da assembleia de partes, do conselho diretivo e da comissão de fiscalização, deverão ser eleitos pelo período mínimo de um ano e o máximo de quatro anos, renováveis, e mantendo-se em exercício de funções até à sua substituição (33).

De realçar ainda o nº 1 e 2 do artigo 33º referente ao agrupamento de baldios, que definiu que as comunidades locais, “legalmente representadas, podem constituir e integrar associações e cooperativas entre si e com outras entidades do setor cooperativo e social de propriedade de meios de produção” (33).

5.7. Produtos não lenhosos

As florestas não fornecem só produtos lenhosos como a madeira, são também obtidos produtos não lenhosos como a cortiça, resina, frutos silvestres, plantas aromáticas e medicinais, produtos melíferos e apícolas, a caça e biomassa florestal que têm uma elevada importância económica e social (5).

Com base nos fatores anteriormente referidos e em conjunto com as alterações climáticas, cada vez mais preponderantes neste tipo de produtos, houve a necessidade de formular diplomas no período de janeiro de 2017 e março de 2019, tal como é possível de analisar na Figura 4.

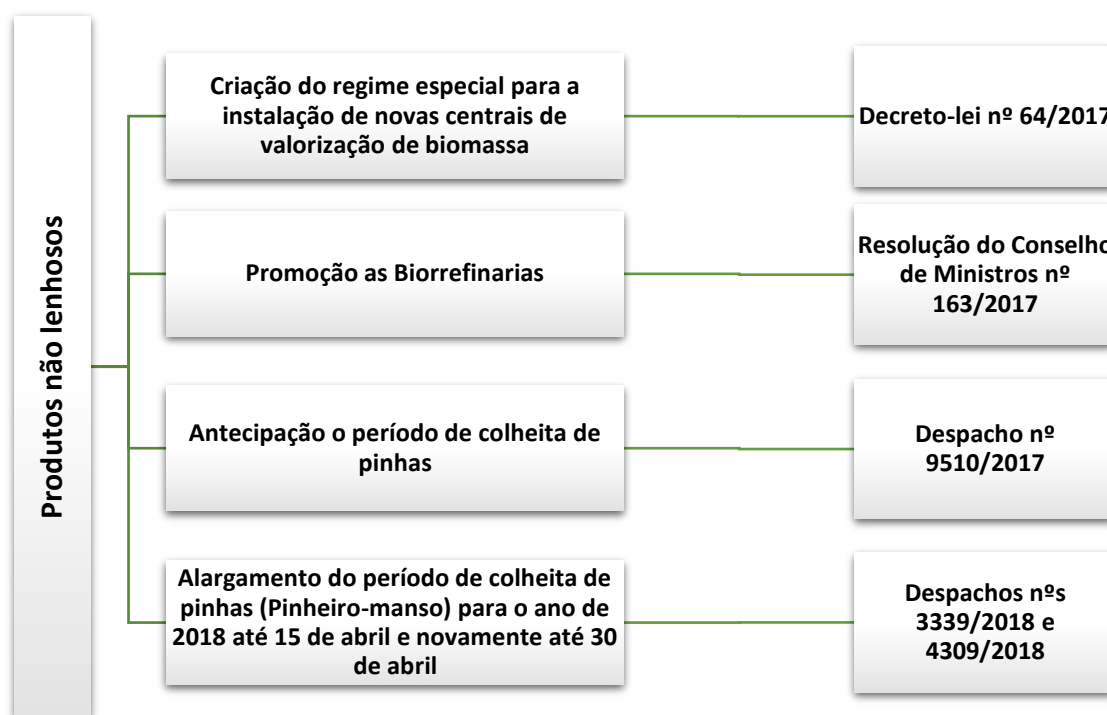


Figura 4-Legislação referente aos Produtos não lenhosos de janeiro de 2017 a março de 2019

5.7.1. Biomassa Florestal

A biomassa florestal pode ser subdividida em biomassa florestal primária, constituída pelos materiais vegetais fruto das diversas operações silvícolas existentes; e em biomassa florestal secundária, composta por matéria orgânica residual. De igual forma, dada a variedade de espécies com baixos teores em cinzas e poderes caloríficos adequados, é possível a utilização das florestas como fonte energética com elevada sustentabilidade assim como a sua extensa distribuição ao longo do território nacional (equivalente a 62%), o que a torna uma das fontes mais económicas. É ainda de salientar que atualmente a silvicultura aplicada não coloca em

risco a sustentabilidade florestal mas sim, contribui para a diminuição do risco de incêndios florestais (28).

Consequentemente em 2017 foi publicado o Decreto-Lei nº 64/2017 de 12 de junho, onde foi determinado um regime especial para a instalação e exploração por município; por comunidades intermunicipais ou por associações de municípios novas centrais de valorização de biomassa. De igual forma, foram definidas as medidas de apoio e incentivo destinadas a assegurar a sua concretização tendo como objetivos fundamentais a defesa da floresta, o ordenamento e preservação florestal e o combate aos incêndios (34).

Para complementar a politica de valorização da biomassa, ainda no decorrer desse mesmo ano e indo ao encontro do Decreto-Lei anteriormente referido, foi publicada a Resolução do Conselho de Ministros nº 163/2017 de 31 de outubro que aprova o Plano Nacional para Promoção de Biorrefinarias (PNPB) com o âmbito de apresentar uma estratégia com o horizonte em 2030 para promover todas as tipologias de biorrefinarias avançadas, em território nacional, a partir de biomassas residuais ou com pouco valor económico, como por exemplo, as biomassas residuais agrícolas e florestais. Tem como objetivo principal contribuir para a redução das emissões de gases com efeito de estufa, com vista a combater as alterações climáticas, a redução das emissões dos gases com efeito de estufa promovendo a descarbonização e diminuição do risco de incêndio (35).

Este plano tem ainda o objetivo de promover a coesão territorial e a valorização do território, contribuindo para reduzir o fosso de implantação de indústrias de base tecnológica entre o litoral e o interior e dinamizando o emprego qualificado e não-qualificado (35).

5.7.2. Pinhas de Pinheiro-manso

O Pinheiro-manso (*Pinus pinea* L), espécie florestal mediterrânica, tem sofrido um aumento significativo de área ocupada aumentando 12% entre o INF 5 e o IFN 6, situando-se nos 20,5 mil ha (26) sobretudo para a produção de fruto (36).

O interesse crescente por esta fileira está associado em grande parte ao comércio externo da pinha e do pinhão, levando à promoção de importantes dinâmicas económicas à escala regional. Além do referido, todo o circuito económico associado ao Pinheiro-manso contribui significativamente para o desenvolvimento socioeconómico das regiões que apostaram no fomento desta espécie (36). Para que se mantenha o interesse por esta fileira é necessário colmatar lacunas de informação e acautelar os riscos sanitários emergentes que tem vindo a atingir esta espécie em Portugal (36).

O Decreto-lei nº 77/2015 de 12 de maio (36) estabelece um regime jurídico da colheita, transporte, armazenamento, transformação importação e exportação de pinhas de Pinheiro-manso. Consta neste mesmo diploma no nº 2 do artigo 4º que, o período de colheita de pinha vai de 1 de dezembro a 31 de março, mas poderá ser alterado nos anos em que a colheita for dificultada por condições climáticas excecionais ou no caso de alterações significativas do ciclo normal de maturação das pinhas (36).

De acordo com o nº 3 do mesmo artigo é igualmente permitido alterar o período de colheita estabelecido a título excecional e com consentimento expresso do proprietário para fins de investigação e experimentação científica por entidades reconhecidas para o efeito, pelo despacho do membro do Governo responsável pela área das florestas (36).

Durante o período estudado, a Associação de Produtores Florestais de Coruche (APFC) requereu a antecipação do período de colheita para o dia 1 de novembro de 2017 nas áreas de produção onde se localizavam parcelas de investigação do Instituto Nacional de Alimentação e Veterinária (INIAV) e do Instituto Superior de Agronomia (ISA) (37). Logo, o Despacho nº 9510/2017 de 27 de outubro determinou que no ano de 2017 o período de colheita de pinhas fosse antecipado para 1 de novembro nas áreas indicadas em despacho, conforme previsto no nº 3 do artigo 4 (37).

No ano de 2018, verificaram -se condições climatéricas excecionais e, tal como referido no nº2 do artigo 4º, houve a necessidade, através da publicação do Despacho nº 3339/2018 de 4 de abril, de prolongar até dia 5 de abril a colheita de pinhas (38), porém dado o prolongamento

das condições nos primeiros 15 dias de abril foi necessário prolongar a colheita de pinhas pelo Despacho nº 4309/2018 de 16 de abril até dia 30 de abril (39).

Resumidamente, em relação aos produtos não lenhosos, o Decreto-lei publicado definiu um regime especial para a instalação e exploração de novas centrais de valorização de biomassa quer seja por município; por comunidades intermunicipais ou por associações de municípios igualmente aprovado através de Resolução do Concelho de Ministros o Plano Nacional para Promoção de Biorrefinarias. Ambos visam a utilização da biomassa florestal para que a carga de combustível associada aos incêndios diminua. Relativamente à colheita de pinhas de pinheiro manso houve em 2017, a necessidade de antecipar a sua colheita para não afetar as investigações efetuadas em particular nas propriedades do concelho de Coruche. Já em 2018 o prazo de colheita de pinhas estipulado, teve de ser alargado por duas vezes até 30 de abril devido as condições climatéricas.

5.8. Regime Jurídico de Arborizações e Rearborizações

As ações de arborização e rearborização encontram-se desde a aprovação do Regime florestal, em 1901, sujeitas a regulamentação. Estas, promovem a valorização produtiva dos espaços silvestres e a recuperação de ecossistemas degradados assim como a evolução da composição dos povoamentos pré-existent, adaptando-os aos objetivos de gestão florestal dos proprietários e gestores florestais (40).

O planeamento e execução de tais ações devem deter a prossecução dos objetivos de conservação dos recursos naturais e de racionalização do ordenamento do território, presentes nos Planos Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) e nos Planos de Gestão Florestal (PGF) (40).

Com a evolução das políticas públicas houve a necessidade de publicar diplomas legais para a introdução de novas regras aplicáveis às ações de arborização (40). Nesta circunstância surge o Decreto-Lei n.º 96/2013 de 19 de julho, que estabeleceu o regime jurídico aplicável às ações de arborização e rearborização (RJAAR) com recurso a espécies florestais, no território continental (40).

Para evitar as arborizações ou rearborizações ilegais no território e assegurar que todas as operações para as referidas arborizações ou rearborizações são realizadas de forma correta, foram publicados diversos diplomas, entre janeiro de 2017 e março de 2019 (ver Figura 5).

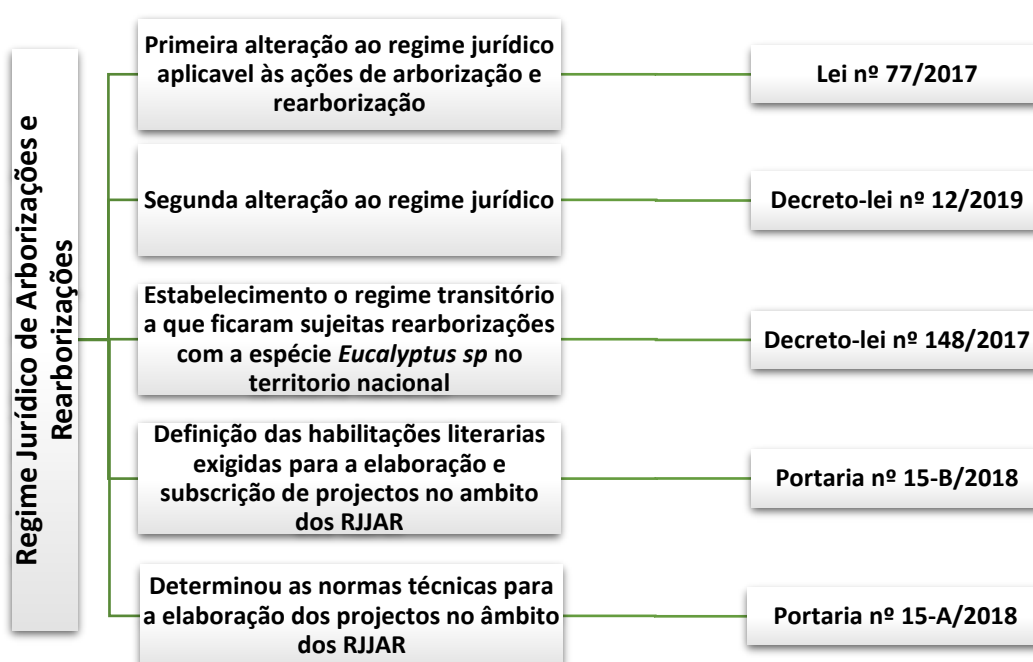


Figura 5-Legislação referente ao Regime jurídico das arborizações e rearborizações de janeiro de 2017 a março de 2019

5.8.1. Regulamentação de base

O Decreto lei 96/2013 de 19 de julho que estabeleceu o regime jurídico aplicável às ações de arborização e rearboração, a Lei nº 77/2017 de 17 de agosto, procedeu a primeira alteração (41).

Estas alterações verificaram-se em diferentes artigos de salientar o artigo 2º no qual é definido que se excetua das ações de arborização e rearboração as ações exclusivamente agrícolas e desde que não envolvam espécies do género *Eucalyptus sp*; O artigo 6º refere que estão isentas de comunicação prévia as ações de arborização e rearboração integradas em projetos florestais no âmbito de programas de apoio financeiro quer por fundos públicos quer por fundos da União Europeia, excluindo-se destas as ações realizadas em áreas integradas total ou parcialmente na Rede Nacional de Áreas Protegidas ou Rede Natura 2000. Relativamente à comunicação prévia, o artigo 7º define que para a solicitação da mesma é necessário o projeto de arborização ou rearboração, sendo que na sua submissão eletrónica é emitido um comprovativo que deverá ser afixado no local onde se efetuam as ações (41).

Contudo esta lei só entrou em vigor 180 dias após a sua publicação, no entanto durante o referido período deflagraram os incêndios sem precedentes de junho e outubro, afetando inúmeras espécies autóctones. Posto isto, foram adotadas medidas com o objetivo de garantir a biodiversidade e o equilíbrio entre as diferentes espécies nas ações de rearboração a efetuar (41), tais como evitar a rearboração com as espécies do género *Eucalyptus sp* em áreas anteriormente ocupadas por outras espécies, neste contexto foi publicado o Decreto-lei nº 148/2017 de 5 de dezembro (42).

A segunda alteração ao Decreto-Lei nº 96/2013 ocorre pelo Decreto-lei nº 12/2019 de 21 de janeiro, sendo novamente alterado o artigo 2º desta vez excetuando do disposto neste decreto-lei as áreas que isoladas ou agregadas arborizadas ou rearbórizadas não formem povoamento florestal. Por outro lado, ocorreu a alteração do artigo 3º-A referente às ações de arborização e rearboração com espécies do género *Eucalyptus sp*, salientando que o ICNF, I.P. é responsável pela gestão nacional da área global destas espécies, com o intuito de aproximar os valores de ocupação desta espécie em relação aos fixados na atual estratégia Nacional para as Florestas. Ocorreram ainda modificações no artigo 13º estabelece que independentemente da responsabilidade contraordenacional, o INCF, I.P. pode determinar a reconstituição da situação anterior às ações de arborização ou rearboração, de realçar ainda no número 2 deste artigo que a decisão de reconstituição é proferida no prazo de 6 meses a contar da data de conhecimento dos factos. Por último, sucederam-se modificações no artigo 15º referente às

contraordenações, nomeadamente o incumprimento da decisão prevista no número 2 do artigo 13º (43).

5.8.2. Normas técnicas

A Lei nº 77/2017 de 17 de agosto, estabeleceu no seu artigo 10º que tanto a comunicação prévia como os processos de análise e decisão das ações de arborização e rearborização devem ter por base, entre outros aspetos, as normas e boas práticas de preparação de solo bem como as condicionantes de técnicas de instalação de povoamentos florestais e as demais disposições orientadoras dos programas regionais de ordenamento florestal, dos Planos Específicos de Intervenção Florestal e dos Planos de Gestão Florestal (44).

As normas técnicas pelas quais os técnicos responsáveis pelos RJAAR se devem guiar, dizem respeito às distâncias de arborização e rearborização a salvaguardar em relação aos prédios confinantes no momento da instalação de novos povoamentos florestais, independentemente do seu uso e sem prejuízo da aplicação de todas as demais decorrentes de legislação específica. São igualmente importantes as normas que incluem a seleção adequada das operações de preparação de terreno a aplicar nas ações de arborização e rearborização de forma a salvaguardem o solo (44). Sendo assim a Portaria nº 15-A/2018 de 12 de janeiro de 2018 definiu as normas técnicas essenciais a considerar no âmbito da elaboração de projetos de arborização e de rearborização, do respetivo processo de análise e decisão, e da sua execução (44).

5.8.3. *Habilitações exigidas para proceder a um RJAAR*

A Lei nº 77/2017 de 17 de agosto, prevê no nº 5 do seu artigo 7º que só os técnicos legalmente habilitados nos termos a definir por portaria podem subscrever projetos (45). Sendo necessário definir as habilitações mínimas exigidas para a elaboração e subscrição de projetos no âmbito dos RJAAR com recurso a espécies florestais para efeitos da autorização e da comunicação prévia assim como é essencial criar um registo centralizado de técnicos (45).

Com este intuito foi publicada a Portaria 15-B/2018 de 12 de janeiro, que definiu as habilitações mínimas exigidas (técnicos mestres, licenciados, bacharéis ou equiparados) nas áreas das ciências silvícolas/florestais ou equiparados, nas áreas das ciências agronómicas, desde que possuam experiência profissional mínima comprovada de três anos na área florestal para a elaboração e subscrição de projetos RJAAR com recurso a espécies florestais para efeitos da autorização e da comunicação prévia. Adicionalmente, esta portaria criou um registo centralizado de registo de técnicos habilitados para elaborar projetos (45).

No período estudado foram publicados vários diplomas com a Lei que procedeu à primeira alteração ao regime jurídico aplicável às ações de arborização e rearborização, mais concretamente ao artigo 2, 6 e 7. Adicionalmente, ocorreu uma segunda alteração do regime jurídico das ações de arborização e rearborização com a modificação dos artigos 3-A, 13 e 15 com o intuito de minimizar as arborizações ilegais.

De forma a evitar que grande parte da biodiversidade fosse perdida, fruto dos grandes incêndios que ocorreram previamente à execução da lei anteriormente referida (apenas entrou em vigor 180 dias após a sua publicação), e que provocaram danos irreparáveis na floresta portuguesa, foi publicado o Decreto-lei que estabeleceu um regime transitório em que ficavam sujeitas as ações de arborização e rearborização com espécies do género *Eucalyptus sp.*, para que não seja autorizada a plantação desta espécie em áreas anteriormente ocupadas por outras espécies.

5.9. Ordenamento florestal

Ao conjunto de normas que regulamentam as intervenções nos espaços florestais com vista a garantir de uma forma sustentável o fluxo regular de bens e serviços proporcionados, é atribuído o termo de ordenamento florestal (46).

O Ordenamento florestal é essencial para a obtenção de uma floresta condigna com as diversas condições do território. Neste contexto, foram publicados diversos diplomas, entre janeiro de 2017 e março de 2019, de forma a possibilitar o ordenamento como se pode verificar na Figura 6.

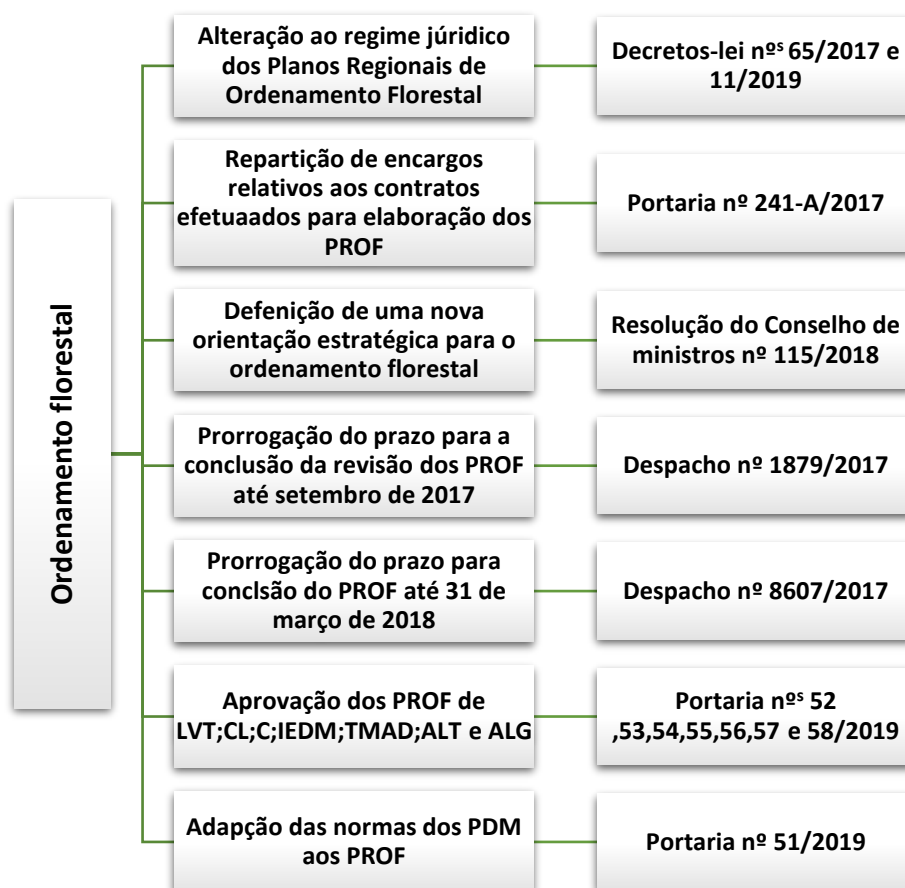


Figura 6-Legislação referente ao Ordenamento florestal de janeiro de 2017 a março de 2019

5.9.1. Revisão Programas Regionais Ordenamento Florestal

Os Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) concebem normas específicas de utilização e exploração florestal dos espaços florestais indo ao encontro do referido anteriormente no que diz respeito a garantir uma produção sustentável do conjunto e bens e serviços associados aos espaços florestais. Estas normas devem *à posteriori* ser integradas nos Planos Diretores Municipais (PDM), nos Planos de Gestão Florestal (PGF), entre outros, dada a sua importância como legislação de base (47). Os PROF vêm previstos na Lei de Bases da Política Florestal (Lei n.º 33/96, de 17 de agosto) e desde de 2007 que o território continental

os possui (48). O seu regime jurídico foi aprovado em 2009 regulado pelo Decreto-Lei n.º 16/2009 de 14 de janeiro, o qual já sofreu 4 alterações. A primeira e segunda alteração sucedeu por meio dos Decretos-Leis n.ºs 114/2010 de 22 de outubro e 27/2014 de 18 de fevereiro, enquanto que a terceira alteração, ocorreu em 2017 pelo Decreto-lei 65/2017 de 12 de junho (47). Por último, a quarta alteração ocorreu já em 2019 com a publicação do Decreto-lei n.º 11/2019 de 21 de janeiro no qual consta a modificação dos artigos 4º e 25º (49).

Sob outro ponto de vista, os PROF sofreram uma revisão não só ao nível do seu regime, mas também na sua globalidade, tendo em conta que a atualização da informação de base sobre os recursos florestais e o enquadramento fitossanitário e também alterações silvoindustriais e dos mercados de biomassa para energia, o que permitiu atualizar e rever as diversas metas estabelecidas nos planos. Todavia, algumas das quais já não se adequam à realidade atual dos espaços florestais (50).

Neste contexto, o Despacho n.º 782/2014 de 17 de janeiro, determinou a revisão da área territorial dos programas regionais de ordenamento florestal (PROF) em vigor, prevendo-se assim ganhos de eficiência na utilização dos recursos públicos e privados a envolver no processo de revisão destes planos pois passou de 21 a 7 PROF (51). Contudo, foi necessária a alteração do prazo de conclusão dos PROF, pelo Despacho n.º 1879/2017 de 6 de março, até setembro de 2017 o qual foi novamente alterado pelo Despacho 8607/2017 de 29 de agosto, sendo o prazo de conclusão da revisão dos PROF até 31 de março de 2018 (52).

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 115/2018 de 14 de julho, instaurou uma nova orientação estratégica baseada nos novos PROF (os quais se encontravam em revisão). Esta define os seguintes objetivos:

- a) “Reduzir o número médio de ignições e de área ardida anual”;
- b) “Reduzir a vulnerabilidade dos espaços florestais aos agentes bióticos nocivos”;
- c) “Recuperar e reabilitar ecossistemas florestais afetados”;
- d) “Garantir que as zonas com maior suscetibilidade à desertificação e à erosão apresentam uma gestão de acordo com as corretas normas técnicas”;
- e) “Assegurar a conservação dos habitats e das espécies da fauna e flora protegidas”;
- f) “Aumentar o contributo das florestas para a mitigação das alterações climáticas”;
- g) “Promover a gestão florestal ativa e profissional”;

h) “Modernizar e capacitar as empresas florestais”;

i) “Promover novos produtos e mercados através da modernização e capacitação das empresas florestais”

Em suma, com a nova orientação estratégica pretendeu-se realçar o contributo da gestão florestal para promoção da utilização do espaço florestal, de forma a garantir a satisfação das necessidades atuais da sociedade em bens e serviços sem comprometer a sua disponibilidade no futuro, assim como contribuir para a manutenção e a promoção da biodiversidade dos serviços dos ecossistemas relacionados, promovendo desta forma a integração de medidas de biodiversidade nos instrumentos de ordenamento e gestão florestal, nos termos dos compromissos decorrentes da Estratégia da União Europeia para a Biodiversidade até 2020 bem como da Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade até 2030 (53).

5.9.2. Aquisição de serviços

A elaboração dos PROF cabe ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P (ICNF, I.P.), dada a necessidade de documentação estratégica e peças gráficas e respetiva avaliação ambiental estratégica (54).

Para elaboração dos documentos acima referidos, foi publicada a Portaria 241-A/2017 de 25 de agosto para efetuar a repartição de encargos relativos aos contratos n.ºs 5, 6 e 7 de 2016, nos anos económicos de 2016 e 2017 até ao montante de 448.000,00 euros, a que acresce IVA à taxa legal em vigor (54).

Os encargos orçamentais decorrentes dos contratos anteriormente referidos são repartidos da seguinte forma:

- a) “Ano de 2016 - foram executados 134.400,02 (euro) (cento e trinta e quatro mil quatrocentos euros e dois cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor”;
- b) “Ano de 2017 - 313.600,17 (euro) (trezentos e treze mil e seiscentos euros e dezassete cêntimos), acrescido de IVA à taxa legal em vigor”.

5.9.3. Aprovação e publicação dos Programas Regionais de Ordenamento Florestal

Em 2019 foram aprovados e publicados os 7 PROF pelas Portarias n.ºs 52/2019; 53/2019; 54/2019; 55/2019; 56/2019; 57/2019 e 58/2019 de 11 de fevereiro, que correspondem

respetivamente aos PROF de Lisboa e Vale do tejo; do Algarve; do Alentejo; do Centro; do Centro Litoral; de Trás-os-Montes e Alto Douro e o P de Entre Douro e Minho.

Estes novos PROF estão em linha com a Estratégia Nacional para as Florestas, assumindo a visão para as Florestas Europeias 2020 que defende “Um futuro onde as florestas sejam vitais, produtivas e multifuncionais, que contribuam efetivamente para o desenvolvimento sustentável, por via da promoção e incremento dos bens e serviços providos pelos ecossistemas, assegurando o bem-estar humano, um ambiente saudável e o desenvolvimento económico e onde o potencial único das florestas permita apoiar uma economia verde, providenciar meios de subsistência, mitigação das alterações climáticas, conservação da biodiversidade, melhorando a qualidade da água e combate à desertificação” (55).

5.9.3. Adaptação das normas dos Planos Diretores Municipais

Como referido anteriormente, as normas presentes nos Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) devem ser incluídas nos Planos Diretores Municipais (PDM) e nos Planos de Gestão Florestal (PGF), uma vez que os PROF são uma legislação de base para os instrumentos legislativos (47). Logo, após a aprovação e publicação dos novos PROF, foi necessário adaptar as normas dos Planos Diretores Municipais incompatíveis com o Programa Regional de Ordenamento Florestal de Entre Douro e Minho, com o Programa Regional de Ordenamento Florestal de Trás-os-Montes e Alto Douro e com o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Litoral através da publicação da Portaria nº 51/2019 de 11 de fevereiro (56)

No período em estudo foram publicados diversos diplomas sobre o ordenamento florestal, dando origem a uma quarta alteração ao regime jurídico dos Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), onde se verificou a alteração do artigo 4º referente à definição de Plano Regional de Ordenamento Florestal, isto é, que os PROF vinculam direta e imediatamente a elaboração dos Planos de Gestão Florestal, as normas de intervenção em espaços florestais e os limites de área a ser ocupada por eucaliptos. Ocorreu ainda uma modificação do artigo 25º denominada norma transitória ficando determinado que até à aprovação dos novos PROF os restantes se mantinham em vigor.

Posto isto e em linha com a Estratégia Nacional para as Florestas, foram revistos os 21 PROF, sendo reduzidos para 7 de forma a aumentar a eficiência na implementação mantendo ainda assim o conceito de sub-regiões homogéneas e as funções dos espaços florestais. Face à necessidade de obter documentação estratégica e peças gráficas novas, o ICNF foi autorizado

a repartir os encargos para a obtenção desses dados pelos anos económicos de 2016 e 2017. Contudo, só foram aprovados e publicados pelas portarias acima referidas no decorrer deste ano.

Outra legislação de elevada importância, foi a que determinou que após a aprovação dos novos PRFO as normas presentes nos mesmo deveriam ser incluídas quer nos PDM, quer no PGF, uma vez que os PROF servem de base para os restantes instrumentos referidos.

5.10. Recursos cinegéticos

Consideram-se recursos cinegéticos as aves e mamíferos terrestres que estejam num estado de liberdade natural (sejam estes sedentários no território nacional ou que migrem através deste), os provenientes de processos de reprodução em meios artificiais ou cativo e os que figurem na lista de espécies a ser publicada com vista à sua exploração através da caça, considerando assim o seu valor cinegético em conformidade com as convenções internacionais e diretivas comunitárias transpostas para a legislação portuguesa (57).

Os recursos cinegéticos são outra forma de recurso que podemos encontrar nas florestas do território nacional, tanto a nível social como económico. Logo, para assegurar uma gestão cada vez melhor destes recursos foram publicados diplomas sobre esta temática entre janeiro de 2017 e março de 2019, conforme se pode verifica na Figura 7.

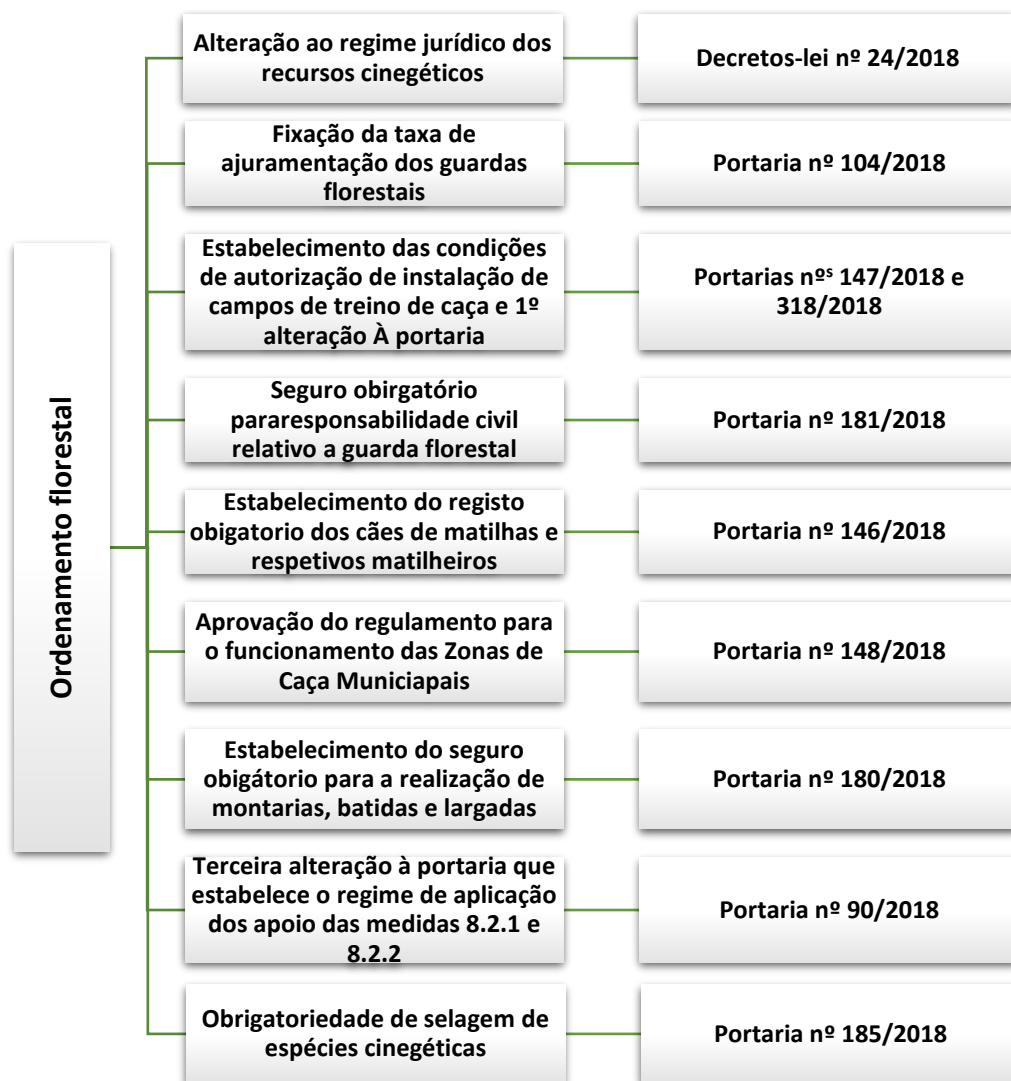


Figura 7-Legislação referente aos Recursos cinegéticos de janeiro de 2017 a março de 2019

5.10.1. Regulamentação de base

O Decreto-lei nº 202/2004 de 18 de agosto, definiu o regime jurídico da conservação, fomento e exploração dos recursos cinegéticos e dos princípios reguladores da atividade cinegética com vista à sua gestão de forma sustentada. Este Decreto-lei foi alterado 8 vezes: Decretos-lei nºs 201/2005 de 24 de novembro; 159/2008 de 8 de agosto; 214/2008 de 10 de novembro; 9/2009 de 9 de janeiro; 2/2011 de 6 de janeiro; 81/2013 de 14 de junho; 167/2015 de 21 de agosto e mais recentemente ocorreu a oitava alteração pelo Decreto-lei nº 24/2018 de 11 de abril que modificou os artigos 2º, 15º 19º, 23º, 27º, 28º, 42º, 48º, 55º, 60º, 65º, 77º, 79º, 84º, 90º 107º, 108º, 128º, 137º, 148º, 159º, 166º 168º (58).

5.10.2. Zonas de caça

As zonas de caça surgem estabelecidas na Lei nº 173/99 de 21 de setembro e dividem as zonas de caça nacional (ZCN), de caça turística (ZCT), de caça associativa (ZCA) e de caça municipais (ZCM), sendo estas últimas as que ocorrem em maior número totalizando 37% da área total envolvida (59).

As ZCM proporcionam o exercício da caça organizado a um número máximo de caçadores em condições acessíveis, representando um papel fulcral no ordenamento de todo o território cinegético. Devida às alterações introduzidas pelo Decreto-lei nº 202/2004 de 18 de agosto, que regulamenta a caça e toda a atividade cinegética, importa estabelecer uma regulamentação do funcionamento das zonas de caça municipais (ZCM), o que se verificou pela publicação da Portaria n.º 148/2018 de 22 de maio (59).

5.10.3. Campos de treino de caça

A constituição dos campos de treino de caça encontra-se prevista no Decreto-lei nº 202/2004 de 18 de agosto na sua redação atual. Estes são destinados à prática de atividades de carácter cinegético, sobretudo do exercício de tiro com armas de fogo que se encontram legalmente classificadas como de caça, arco ou besta, o treino de cães de caça e de aves de presa e ainda as provas de cães de Santo Huberto sobre espécies cinegéticas criadas em cativeiro. Adicionalmente nestes campos de treino os indivíduos inscritos para o exame da carta de caçador realizam formação (60).

Para a determinação das condições de autorização para a instalação de campos de treino de caça surgiu a Portaria nº 147/2018 de 22 de maio (60). Porém, houve a necessidade de proceder a alterações à Portaria nº 147/2018 de 22 de maio, dando origem à Portaria nº 318/2018 de 11 de dezembro para adequar a natureza temporária dos campos de treino destinados à realização de provas de cães e provas de Santo Huberto ao tempo estritamente necessário à realização da prova e estender a possibilidade de atribuição de campos de treino de caça a todas as entidades titulares e gestoras de Zonas de Caça (61).

5.10.4. Guardas florestais

O Decreto-lei nº 9/2009 de 9 de janeiro alterado pelo Decreto-lei nº 114/2011 de 30 de novembro, decretou o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade dos guardas dos recursos florestais, Neste diploma no artigo 9º é referido que o ajuramento dos guardas dos recursos florestais é realizado pelo Presidente da então Autoridade Florestal Nacional (AFN), todavia, dada a extinção da AFN, a ajuramentação dos guardas dos recursos florestais foi transferida para o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF, I.P.) (62).

Perante esta mudança foi procedida à fixação da taxa devida pela ajuramentação dos guardas dos recursos florestais e do regime de atualização anual do seu montante através da Portaria nº 104/2018 de 18 de abril, num valor de 50 euros quer sejam contratados por entidades privadas gestoras ou concessionárias de zonas de caça ou de pesca (62).

Ainda no âmbito dos guardas dos recursos florestais contratados pelas entidades privadas gestoras ou concessionárias de zonas de caça ou de pesca, foi publicada a Portaria nº 181/2018 de 22 de junho que implementou os capitais mínimos e as condições mínimas a que deve obedecer o seguro obrigatório de responsabilidade civil relativo à atividade desenvolvida pelos guardas dos recursos florestais conforme previsto no Decreto-lei nº 9/2009 de 9 de janeiro alterado pelo Decreto-lei nº 114/2011 de 30 de novembro, no nº 2 do artigo 4º (63).

5.10.5. Matilhas de caça maior

Uma matilha de caça maior é considerada quando é utilizado um conjunto de 20 a 25 animais numa montaria, sendo este conduzido por um matilheiro (58).

Com a crescente expansão das populações de caça maior no território continental, a adesão por parte dos caçadores a este tipo de caça tem sido cada vez maior principalmente mediante montarias com a utilização de matilhas. Posto isto, tem igualmente crescido o número de proprietários de matilhas e de matilhas existentes(64).

Assim com a publicação da Portaria nº 146/2018 de 22 de maio estabeleceu-se a obrigatoriedade de registo dos cães que fazem parte integrante das matilhas de caça maior, bem como dos respetivos proprietários e matilheiros, este registo deve ser atualizado até ao final de cada época venatória sempre que ocorra alteração de algum dos elementos referido no nº 2 do artigo 3º, onde consta o Nome da matilha, Identificação dos cães que a compõem, o local de instalação com referência à freguesia ou município e ainda Identificação dos titulares dos cães e dos matilheiros (64).

5.10.6. Realização de caçadas

De acordo com o Decreto-lei nº 202/2004 de 18 de agosto, alterado pelo Decreto-lei nº 24/2018 de 11 de abril no 2º do artigo 76º, para que se possa realizar montarias batidas e largadas as entidades responsáveis pelas mesmas devem celebrar um seguro de responsabilidade civil, em condições a definir por portaria dos membros do Governo competentes em razão da matéria - Portaria nº 180/2018 de 22 de junho (65).

5.10.7. Selagem de espécies cinegéticas

O uso racional dos recursos cinegéticos é um dos princípios orientadores da Lei de Bases Gerais da Caça. O controlo dos exemplares abatidos é um dos instrumentos de grande utilidade na sustentabilidade dos recursos cinegéticos alvo de exploração. Neste contexto, a Portaria nº 185/2018 de 26 de junho definiu que é obrigatória a selagem das espécies de caça maior especialmente do veado, corço, javali e muflão (66).

5.10.8. Medidas de apoio

A melhoria do ordenamento dos recursos cinegéticos em espaços florestais só é possível com intervenções à escala territorial que sejam relevantes na preservação e melhoria de habitats.

A Portaria nº 188/2016 de 13 julho introduziu o regime de aplicação do “apoio 8.2.1, «Gestão de Recursos Cinegéticos» e do apoio 8.2.2, «Gestão de Recursos Aquícolas», ambas inseridas na ação 8.2, «Gestão de Recursos Cinegéticos e Aquícolas» da Medida 8, «Proteção e Reabilitação dos Povoamentos Florestais» do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020”, tendo a mesma sofrido 3 alterações pelas Portarias nºs 249/ 2016 de 15 de setembro e 46/2018 de 12 de fevereiro e mais recente pela Portaria nº 90/2018 de 29 de março que procedeu à alteração dos artigos 2º, 3º, 7º, 9º, 11º, 14º, 16º, 18º, 19º, 21º, 25º, e ainda dos Anexos I, II e III (67).

Com estas alterações pretendeu-se promover a biodiversidade, a resiliência, o valor ambiental e social dos espaços florestais, bem como desenvolver ofertas de bens e serviços relacionados com o turismo em espaço rural (ligados à caça e à pesca) e contribuir para a recuperação e conservação das espécies cinegéticas e dos seus habitats (67).

Resumidamente, em relação aos Recursos cinegéticos o Decreto-lei publicado definiu, o regime jurídico dos recursos cinegéticos e dos princípios reguladores de forma da atividade cinegética de modo a atingir-se uma gestão sustentada dos mesmos. Relativamente às zonas de caça foi publicada uma Portaria que regulamenta o seu funcionamento. Houve também a necessidade de estabelecer através de uma Portaria condições em que permitiam a instalação de campos de treino de caça, podendo igualmente ser utilizados para provas de cães de Santo Huberto ou inclusive para exames relativos à parte prática para obtenção da carta de caçador.

Outra legislação de primordial importância são as Portarias relativas aos guardas dos recursos florestais, que determinaram qual o valor da taxa que as entidades providas gestoras ou concessionárias de zonas de caças teriam de pagar pela ajuramentação dos guardas florestais contratados. Ainda neste âmbito foram publicadas as condições que teriam de obedecer ao seguro obrigatório de responsabilidade civil relativo aos recursos florestais.

Ainda relativamente aos recursos cinegéticos, a primeira portaria é referente ao registo que tem de englobar os cães que fazem parte das matilhas de caça uma vez que este número tem aumentado devido à expansão das espécies de caça maior. Contudo para que se realizem as montarias onde são utilizadas estas matilhas ou outras formas de caça como batidas ou largadas surgiu a segunda portaria que estabeleceu que as entidades responsáveis por estas formas de

caça tinham de possuir um seguro de responsabilidade civil de forma a cobrir quaisquer danos decorrentes das mesmas. A terceira portaria refere-se à selagem sendo que todos os animais abatidos de caça maior são obrigados a serem selados principalmente veados, corço, javali e muflão.

Por último, ocorreu uma modificação ao regime de aplicação das operações 8.2.1, 8.2.2 do Programa de Desenvolvimento Rural do Continente, abreviadamente designado por PDR 2020.

5.11. Organização administrativa das florestas

A organização administrativa das florestas possui um papel fundamental na defesa e valorização da floresta. Existe um conjunto de organismos públicos que possuem competências sobre o sector florestal e espaços florestais, atuando em várias áreas: a conceção de políticas, do planeamento, da gestão florestal, da proteção florestal, pragas e doenças (1).

De forma a incorporar as atualizações destes organismos com competências na organização das florestas, foram publicados diversos diplomas (Figura 8), entre janeiro de 2017 e março de 2019.

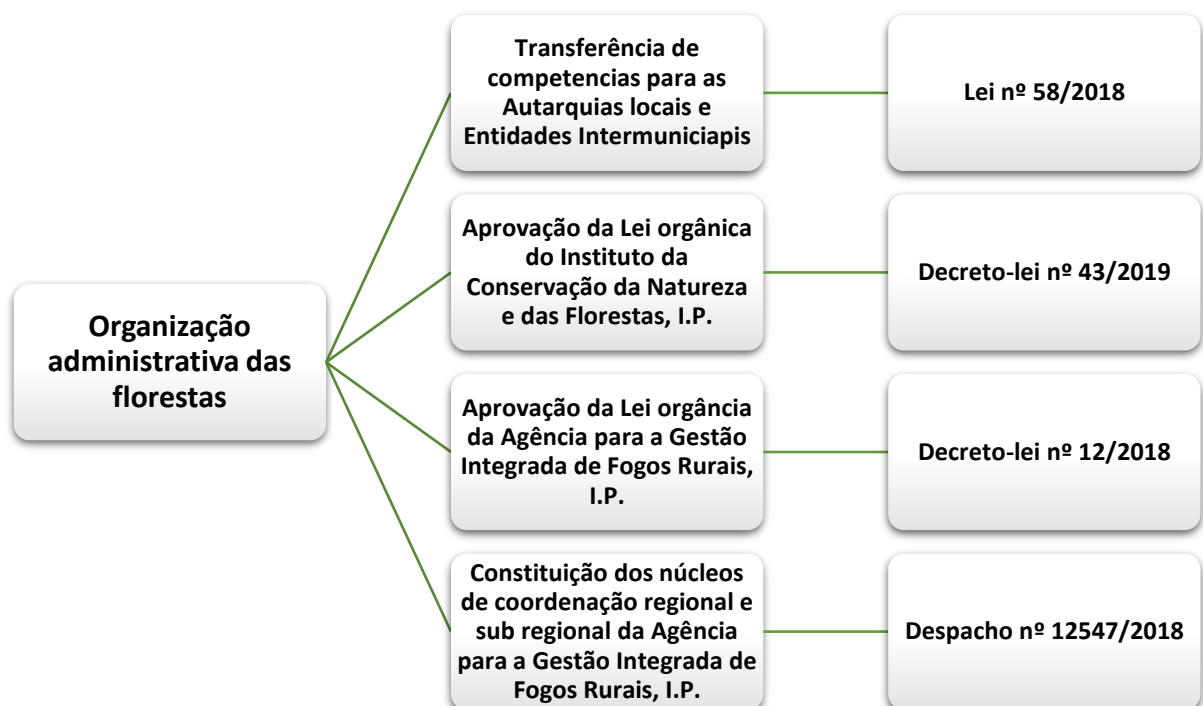


Figura 8-Legislação referente à Organização administrativa das florestas de janeiro de 2017 a março de 2019

5.11.1. Lei orgânica da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais

Com a reformulação dos princípios do sistema de defesa da floresta contra incêndios, o conceito de Defesa da Floresta contra Incêndios (DFCI) foi alterado para a Defesa contra Incêndios Rurais (DCIR) este assenta no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) (68).

O Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) foi criado de forma a garanti quer a defesa e sustentabilidade das florestas quer a proteção das pessoas e seus bens.

Assim sendo, a Resolução do Conselho de Ministros nº 157-A/2017 de 27 outubro estipulou a criação da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF), para lhe atribuir a missão de realizar a análise integrada, o planeamento, a avaliação e a coordenação estratégica do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) e a intervenção qualificada em eventos de elevado risco (68).

De forma complementar o Decreto-lei nº12/2018 de 16 de fevereiro criou a AGIF através da aprovação da sua lei orgânica, esta é um instituto público com responsabilidades ao nível do SGIFR, e composta por um conselho diretivo responsável pela criação de políticas e estratégias de gestão integrada de fogos rurais, coordenar, preparar e executar o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, avaliar o SGIFR a cada ano e ainda colaborar no planeamento e na estratégia de prevenção de incêndios. Sob outro ponto de vista, o conselho de coordenação organiza as entidades públicas envolvidas no SGIFR e por fim o conselho consultivo possui a função de ouvir as várias entidades envolvidas no SGIFR nomeadamente, a Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC), a Guarda Nacional Republicana (GNR) e o Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas, I.P. (ICNF) (68).

5.11.2. Núcleos de coordenação regional e sub-regional da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais I. P

Com a criação da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Ruais (AGIF), pelo Decreto-lei nº 12/2018 de 16 de fevereiro, ficou previsto no artigo 19º da sua lei orgânica que o Presidente da AGIF teria de criar núcleos de coordenação de âmbito regional e sub-regional (68). Assim, e de forma a cumprir o anteriormente referido, o Despacho nº 12547/2018 de 31 de dezembro estabeleceu a constituição de coordenação e a duração do seu mandato de acordo com os objetivos a prosseguir (69).

Tendo por base o nível de risco de incêndio rural e os critérios populacionais, administrativos e geográficos foram fixados dois níveis de unidades administrativas, ou seja, núcleos de coordenação regional que terão incidência ao nível da NUT II e núcleos de coordenação sub-regional com incidência ao nível da NUT III (69).

5.11.3 Transferência de competências para as autarquias locais e entidades intermunicipais

A descentralização da administração direta e indireta do Estado é uma medida de elevada importância para uma coesão territorial eficaz, garantindo uma universalidade e igualdade de oportunidades no acesso aos serviços públicos (70) .

Neste sentido, a Lei nº 50/2018 de 16 de agosto inseriu a lei-quadro para a transferência de competências para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais, onde estão concretizados os princípios de subsidiariedade, da descentralização administrativa e da autonomia do poder local (70).

A temática florestal encontra-se igualmente no leque de competências transferidas, isto é, no artigo 14º da presente lei é referido que cabe aos órgãos municipais (autarquias locais e entidades intermunicipais) participarem na gestão dos sistemas de videovigilância e de vigilância móvel, no âmbito da defesa da floresta contra incêndios, e a participação na informação cadastral das propriedades na gestão florestal e das áreas protegidas (70).

5.11.4. *Lei orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P (ICNF, I.P.),*

O Decreto-lei nº 135/2012 de 29 de junho, aprovou a lei orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P (ICNF, I.P.), que surgiu da fusão da Autoridade Florestal Nacional com o Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I. P. (71)

O território nacional tem vindo a sofrer profundas alterações, especialmente devido aos incêndios que tem deflagrado. Portanto, de forma a tentar combater estes acontecimentos a Resolução do Conselho de Ministros nº 157-A/2017 de 27 de outubro concebeu alterações estruturais na prevenção e combate a incêndios rurais e definiu que deve ser feita a revisão e um reforço da estrutura orgânica do ICNF, através da criação de unidades orgânicas a nível central e regional. Este diploma aponta ainda para a necessidade de providenciar programas de intervenção territorial, geridos pelo ICNF, com impacto na defesa do território contra incêndios (72).

Além do mais, a criação destas unidades proporcionou um aumento da presença do ICNF junto das autarquias e populações e demais agentes que, por sua vez, facilitará a adoção de modelos de cogestão das áreas protegidas (como previsto na Estratégia Nacional da Conservação da Natureza e da Biodiversidade aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 55/2018 de 7 de maio) (73).

O ICNF, enquanto Autoridade Nacional de Conservação da Natureza e Autoridade Florestal Nacional, tem uma importância redobrada na atualidade devido à necessidade de criar políticas de gestão mais adequadas, tendo como parceiros as autarquias e as entidades intermunicipais (74). Consequentemente houve a necessidade de criar uma nova lei orgânica que possibilitava ao INCF assumir a forma de instituto público de regime especial, garantindo uma maior eficácia e agilidade no cumprimento das suas atribuições, estas “assentam num reforço da comunicação e sustentado nos quatro pilares da sua missão: (1) a preservação e a valorização do capital natural; (2) o ordenamento e a gestão integrada do território; (3) as florestas e promoção da competitividade das fileiras florestais; (4) a prevenção estrutural e gestão dos fogos rurais”, o que sucedeu através do Decreto-lei nº 43/2019 de 29 de março (74).

Resumidamente, entre janeiro de 2017 a março de 2019, ocorreu a publicação de diversa legislação referente à organização administrativa das florestas. Devido aos grandes incêndios de 2017, tornou-se necessário criar a Agência para a Gestão Integrada de Fogos Ruais (AGIF), e de núcleos de coordenação regional que terão incidência ao nível da NUT II e núcleos de coordenação sub-regional com incidência ao nível da NUT III, os quais transitam para o INCF, I.P, ATÉ 20121. Por outro lado, compete à AGFI a análise integrada, o planeamento, a avaliação e a coordenação estratégica do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) e a sua implementação por outras entidades e a intervenção qualificada em eventos de elevado risco.

Outra legislação de primordial importância é a Lei da descentralização da administração direta e indireta do Estado, que promove o acesso a serviços públicos pela população que se encontra em zonas do interior do nosso País.

Por último, ocorreu uma modificação fundamental na lei orgânica do ICNF, organismo responsável pela análise de diversas políticas, desde a preservação e da valorização do capital natural; ao ordenamento e à gestão integrada do território; das florestas e promoção da competitividade das fileiras florestais; e da prevenção estrutural e gestão dos fogos rurais, em parceria com outras entidades como a AGIF, competindo aos novos conselhos diretivos das unidades orgânicas a nível regional a cooperação e interlocução com a AGIF.

5.12. Fundo Florestal Permanente

O Fundo Florestal Permanente (FFP) nasceu em 2004 através do Decreto-lei nº 63/2004 de 22 de maio sendo alterado em 2014 pela Lei nº 82-D/2014 de 31 de dezembro (75)

O FFP tem como objetivos apoiar de forma integrada a gestão florestal, a prevenção dos fogos florestais, a viabilização de modelos sustentáveis de silvicultura, a valorização e promoção das funções ecológicas, sociais e culturais dos espaços florestais, ações específicas de investigação aplicada, demonstração e experimentação (76). Logo, é um organismo essencial para o aumento do investimento na melhoria da gestão florestal, tendo sido publicados vários diplomas (Figura 9) entre janeiro de 2017 e março de 2019.

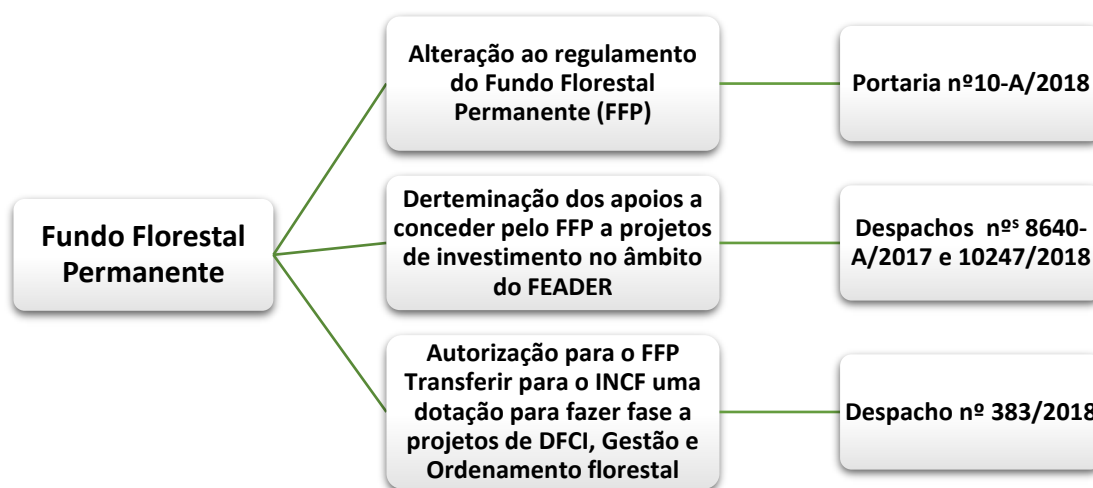


Figura 9-Legislação referente ao Fundo Florestal Permanente de janeiro de 2017 a março de 2019

5.12.1. Alteração ao Regulamento do Fundo Florestal Permanente

O Fundo Florestal Permanente (FFP), sofreu alterações nos artigos 6º, 7º, 9º, 16º, 19º, 20 e 33º pela Portaria nº 10-A/2018 de 5 de janeiro, com o objetivo da integração de um conjunto de normas e novas figuras jurídicas comuns a outros fundos (77).

Estas alterações preveem a possibilidade de apoiar o funcionamento dos Gabinetes Técnicos Florestais intermunicipais, tendo em vista a lógica administrativa. Aditivamente são previstos apoios às entidades de gestão florestal de forma a melhorar os modelos de gestão em zonas de minifúndio. Por outro lado, as ações de prevenção e defesa da floresta contra agentes bióticos

são apoiadas pelo FFP, sendo uma ajuda na resposta a esta ameaça crescente na floresta nacional (77). Outro dos apoios fornecidos pelo FFP é a elegibilidade dos custos com a denominada assistência técnica (gestão, apoio técnico e apoio administrativo) (77).

Por fim, de forma a aumentar a transparência e dando mais garantias de execução do FFP foi implementado um sistema de controlo interno para a prevenção e deteção de irregularidades no seu funcionamento, assim como foi criada a figura do Fiscal Único que será responsável pelo controlo da legalidade e da regularidade da gestão financeira e patrimonial do FFP, atuando com total independência (77).

5.12.2. Medidas de Apoio

No regulamento do Fundo Florestal Permanente (FFP) encontra-se estabelecido o regime de administração e o regime dos apoios a serem concedidos pelo mesmo (78). Os apoios que são concedidos pelo FFP estão enquadrados em vários eixos de intervenção. De salientar o eixo da “promoção do investimento da gestão e do ordenamento florestais” ao abrigo do disposto no artigo 5.º do Regulamento do FFP (78).

Dentro deste eixo de intervenção é elegível o financiamento de projetos de investimento florestal no “âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER), nos termos previstos na subalínea v) da alínea c) do nº1 do artigo 6º do Regulamento do FFP”. No nº 2 deste mesmo artigo encontra-se previsto que os apoios e o montante dos mesmos, a serem concedidos anualmente, sejam estabelecidos por despacho do membro do Governo responsável pela área das florestas (78).

Ao abrigo do disposto no nº2 do artigo 6º do Regulamento do Fundo Florestal Permanente foi determinado pelo Despacho nº 8640-A/2017 de 29 de setembro que o FFP conceda um montante máximo de 3 milhões de euros para fazer face ao reforço da contrapartida nacional disponível para o financiamento de projetos de investimento florestal no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) (78).

No seguimento do descrito no ano de 2018 foi publicado o Despacho nº 10247/2018 de 6 de novembro que determinou que o FFP concedesse um montante máximo de 2.440.096,62 euros face ao reforço da contrapartida nacional disponível para o financiamento de projetos de investimento florestal no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) (27) .

Adicionalmente, foi autorizado através do Despacho nº 383/2018 de 9 de janeiro a transferência para o orçamento do ICNF de uma dotação no montante de 5.000.000, para que este possa auxiliar nos encargos assumidos com projetos apresentados no eixo da defesa da floresta contra incêndios e da promoção do investimento, da gestão e do ordenamento florestais (27).

Em suma, ao longo do período em estudo ocorreram diversas publicações de legislação referente ao Fundo Florestal Permanente, de modo a possibilitar apoios à gestão florestal e a elegibilidade dos custos com a denominada assistência técnica, e a criar um sistema de controlo interno para a deteção de irregularidades. Por último, foram publicados dois Despacho, com o intuito de apoiar projetos de valorização florestal no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e projetos apresentados pelo ICNF no âmbito da defesa da floresta contra incêndios.

5.13. Gestão Florestal

A floresta nacional encontra-se recorrentemente ameaçada na vertente da sustentabilidade da gestão florestal, quer por agentes bióticos e abióticos quer pela sua extensão e recorrência de incêndios (79). Posto isto, tenciona-se fomentar a gestão florestal profissional e sustentável, potenciando os ativos florestais e a melhoria do ordenamento dos espaços florestais (79).

De forma a incorporar as atualizações anteriormente referidas, foram publicados diversos diplomas, como se pode observar na Figura 10, entre janeiro de 2017 e março de 2019.

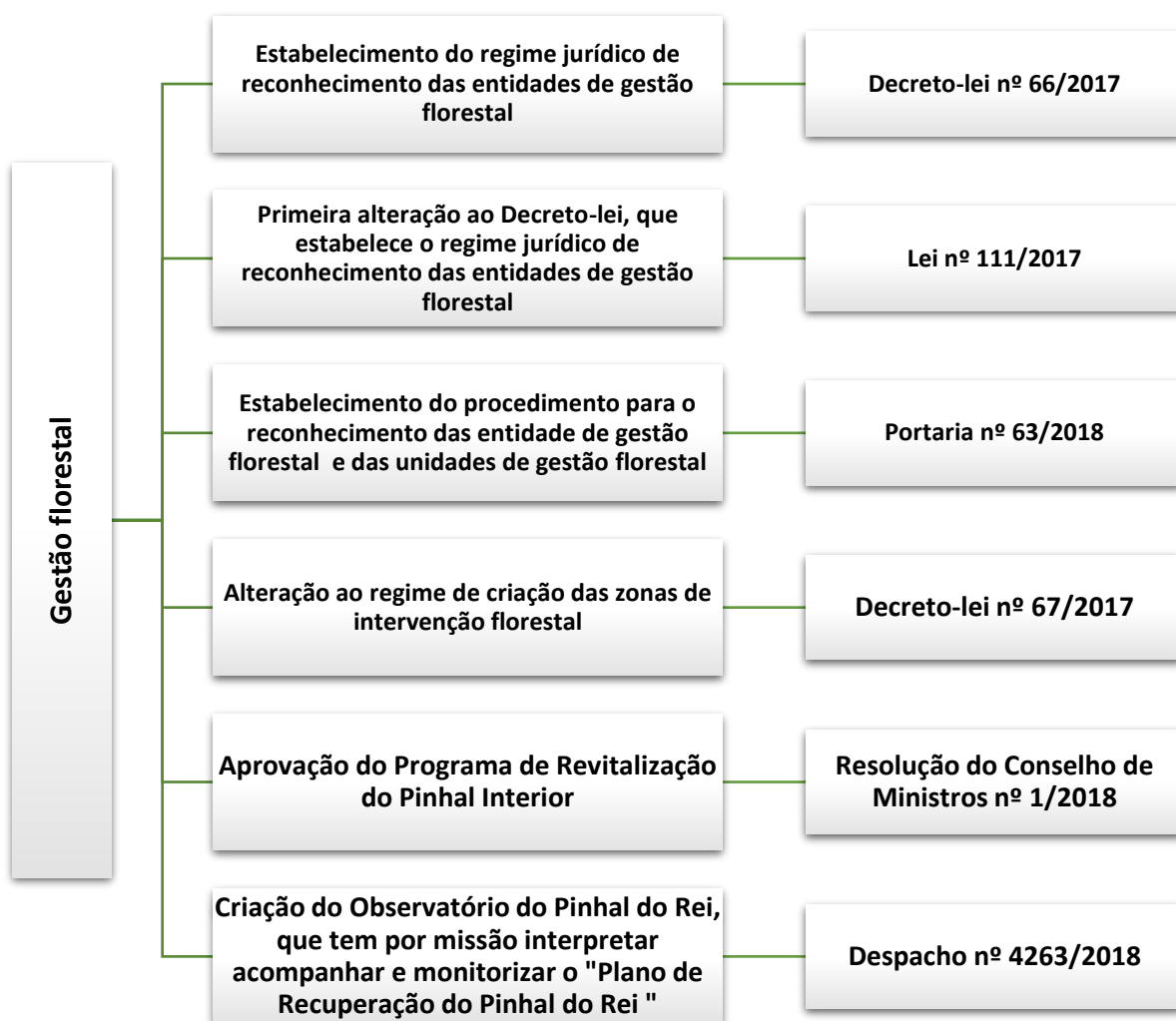


Figura 10-Legislação referente à Gestão Florestal de janeiro de 2017 a março de 2019

5.13.1. Regime jurídico de reconhecimento das entidades de gestão florestal

Um dos principais entraves à gestão profissional e sustentável dos espaços florestais é a alta fragmentação da propriedade privada, ou seja, é fulcral criar incentivos à gestão conjunta dos espaços florestais no minifúndio sem que obriguem à transmissão da propriedade (79).

Esses incentivos devem ainda assentar num modelo capaz de proporcionar uma valorização dos ativos florestais e uma rendibilidade adequada, quer para os proprietários quer para os produtores florestais (79).

Para que seja possível atingir estes objetivos, foi necessário incentivar a adesão por parte dos proprietários florestais a modelos cooperativos ou societários, com uma gestão profissionalizada. Assim sendo, o Decreto-lei nº 66/2017 de 12 de junho estabeleceu o regime jurídico de reconhecimento de entidades de gestão florestal (EGF) e criando o enquadramento normativo de suporte das mesmas EGF (79).

O reconhecimento das EGF nos espaços florestais no minifúndio só é possível se for assegurado que uma parte da área sujeita à gestão conjunta seja constituída por prédios rústicos de pequena dimensão. De seguida, as EGF ficam habilitadas a aceder a apoios públicos direcionados e a obter incentivos a nível fiscal (79).

De modo a incorporar as unidades de gestão florestal (UGF) nas formas de gestão florestal conjunta, a Lei nº 111/2017 de 19 de dezembro, procedeu à primeira alteração Decreto-lei nº 66/2017 de 12 de junho, através da modificação de múltiplos artigos, salientando-se o artigo 1º e 2º e 3º referente aos objetivos e definições das EGF E UGF que passam a integrar as UGF (80). No artigo 6º ocorre também uma modificação dos requisitos de reconhecimento das EGF que exhibe como objeto social a silvicultura, a gestão e exploração florestais e, no caso das associações, a prestação de serviços aos seus associados nessas áreas. Por outro lado, o artigo 8º relativo à certificação florestal, determina que as EGF dispõem de 5 anos a contar da data de reconhecimento das mesmas para dar início ao processo de certificação podendo englobar-se no âmbito do *Programme for the Endorsement of Forest Certification* (PEFC) ou *do Forest Stewardship Council* (FSC) (80). Foram ainda alterados o artigo 9º referente aos incentivos e apoios a atribuir às EGF e às UGF reconhecidas permitindo inclusivamente beneficiar de um regime específico de benefícios fiscais, e no caso do artigo 13º referente à plataforma digital a obrigatoriedade da criação da mesma num prazo máximo de 60 dias a contar da data de entrada em vigor do referido Decreto-lei (80). Fruto das alterações descritas foi necessário criar um procedimento para o reconhecimento das referidas formas de gestão e dos critérios para a avaliação da respetiva capacidade de gestão, o que se sucedeu pela publicação da Portaria 63/2018 de 2 de março (81).

5.13.2 Regime de criação das Zonas de Intervenção florestal

A floresta detêm um papel essencial na criação de emprego e no desenvolvimento económico do País, para que assim se mantenham importa criar condições para fomentar a gestão florestal (82).

Nessa perspetiva, o Decreto-lei nº 67/2017 de 12 junho procedeu à quarta alteração ao Decreto-lei 127/2005 de 5 agosto, realçando-se as modificações do artigo 5º que definiu como área mínima 500ha e máxima 20,000ha, a qual deverá ser formada por 50 prédios e pelo menos 25 proprietários, reduzindo assim para metade os valores quando comparados com o Decreto-lei 127/2005 (82).

Quanto ao artigo 6º, este clarificou que é da responsabilidade do município ou municípios abrangidos pela ZIF prestar apoio técnico. Além do mais, no caso do artigo 10º este refere que o pedido de criação de ZIF deverá ser formalizado através de um requerimento do núcleo fundador, apresentado no ICNF, I.P., o qual deverá ser subscrito pelos proprietários ou produtores florestais que representem pelo menos metade dos espaços florestais existentes na ZIF, no prazo máximo de três anos a contar da realização da primeira consulta prévia (82).

Por fim, o artigo 19º é relativo aos Planos de Gestão Florestal (PGF), o qual deverá ser elaborado e apresentado para aprovação do ICNF, I.P. num prazo máximo de três anos a contar da data de criação (82).

Outra forma de fomentar a criação de novas ZIF passa pela incorporação das autarquias nos núcleos fundadores das ZIF, podendo estas atuar como entidade gestora, tendo em vista uma maior proximidade com os destinatários da informação e um maior acompanhamento dos seus procedimentos, em estreita colaboração com o Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I. P (82).

5.13.3 Pinhal interior

Face aos incêndios de junho de 2017 que afetaram alguns dos municípios que constituem o pinhal interior, o Governo determinou através da Resolução do Conselho de Ministros nº 101-A/2017, de 12 de julho, a adoção de medidas de carácter extraordinário face aos danos provocados pelos incêndios e a elaboração de um programa que visasse medidas de reordenamento sustentado e prevenção estrutural da floresta (83).

Neste contexto, a Resolução do Conselho de Ministros nº 1/2018, de 3 de janeiro, aprovou o programa-piloto denominado Programa de Revitalização do Pinhal Interior (PRPI), que engloba os objetivos estabelecidos na Resolução do Conselho de Ministros nº 101-A/2017, de 12 de julho e as resoluções do Conselho de Ministros proferidas na sequência dos incêndios de outubro (83).

O PRPI, foi concebido para de forma a ser um instrumento de orientação para a administração central e local, o qual se encontra vigente até 2022 que assume uma visão clara do Pinhal Interior (região resiliente e empreendedora), a qual assenta em três objetivos principais(83):

- a) “Promover o ordenamento sustentado do espaço rústico”;
- b) “Reforçar a segurança das populações e a proteção dos espaços florestais, através da implementação de estratégias de redução de riscos coletivos”;
- c) “Desenvolver uma estratégia de desenvolvimento económico e social das regiões afetadas”.

Contudo a cada ano existe uma avaliação dos resultados alcançados de forma a que se possa proceder a eventuais ajustes programáticos de forma a atingir os objetivos referido acima.

5.13.4 Plano de Recuperação do Pinhal do Rei

O incêndio de 15 de outubro de 2017 consumiu 86% do Pinhal do Rei, tornando-se o incêndio florestal mais grave ocorrido na Mata Nacional de Leiria (84). Consequentemente o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P (ICNF, I.P.), procedeu, no prazo de quatro meses, à elaboração de um relatório das ocorrências do incêndio “com avaliação rigorosa da execução dos Planos de Gestão Florestal em vigor, bem como dos acontecimentos ocorridos e danos no património florestal, natural e edificado” conforme foi determinado no Despacho nº 9224-A/2017 de 19 de outubro (84).

Este relatório incluiu um programa de intervenção para o conjunto das matas nacionais com medidas de estabilização de emergência e de reabilitação dos ecossistemas a serem executadas a curto-médio prazo, nas áreas ardidas, as quais pretendem a prevenção da erosão, proteção de recursos hídricos, conservação de espécies protegidas, o controlo e erradicação de espécies invasoras e o controlo fitossanitário. Sendo de realçar também a recuperação de infraestruturas, rede viária (84). Assim, foi criado através do Despacho nº 4263/2018 de 27 de abril o Observatório do Pinhal do Rei com o objetivo de interpretar, acompanhar e monitorizar o Plano de Recuperação do Pinhal do Rei (84).

Existe cada vez mais uma consciencialização que a gestão dos espaços florestais é essencial para que uma floresta possa perpetuar. Desta forma, foi procedido à publicação de diversa legislação referente à gestão florestal entre janeiro de 2017 a março de 2019 nomeadamente em relação a alterações no regime jurídico das entidades de gestão florestal (EGF) e as unidades de gestão florestal (UGF).

De igual importância foi a criação de novas zonas de intervenção florestal (ZIF), incentivando a adesão por parte de proprietários a estas formas de gestão.

Relativamente ao pinhal interior, após os incêndios de 2017 foi criado um Programa de Revitalização do Pinhal Interior, onde constam medidas de gestão florestal para tornar a região mais resiliente aos incêndios de forma a atingir uma coesão territorial e sustentável.

Por último, no mesmo período dos incêndios referidos no parágrafo acima, dado que afetou distintas matas nacionais, entre as quais a Mata Nacional de Leiria, o ICNF foi elegido como responsável pela formulação de um relatório acerca destas ocorrências. Com base neste relatório foi criado um Plano de Recuperação do Pinhal do Rei podendo ser assim designado ao invés de Mata Nacional de Leiria. Posto isto, foi necessário criar um Observatório de forma a interpretar, acompanhar e monitorizar a implementação do referido plano.

5.14. Incêndios

A floresta esta na base de desenvolvimento sustentável de uma País. Em Portugal onde a floresta ocupa (36,2%) do solo (26), tem-se verificado uma perda de rentabilidade e competitividade da floresta devido aos incêndios florestais (36).

5.14.1. *Análise dos incêndios*

5.14.1.1. *Comissão Técnica Independente*

A lei nº 49-A/2017 de 10 julho criou uma Comissão Técnica Independente (CTI) para proceder a um apuramento dos factos relativos aos incêndios que ocorreram em Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertão entre 17 e 24 de junho de 2017 (85). Dos referidos incêndios foi consumido um total de 46435ha, provocando 64 vítimas mortais (86).

A CTI, procedeu à análise e avaliação das características e dinâmicas dos incêndios acima referidos bem como da atuação de todas as entidades do sistema de proteção civil, do dispositivo de combate a incêndios, dos sistemas de comunicação e informações e dos serviços públicos relevantes. A Lei determinava que toda a informação e esclarecimentos adicionais necessários teriam de ser fornecidos por todas as entidades públicas e privadas quando solicitados. Após concluída toda a análise, a comissão apresentou um relatório da sua atividade o qual continha todas as conclusões e recomendações para aplicar no futuro (85).

A referida Comissão, era constituída por 12 técnicos de mérito nacional e internacional foram designados pelo Presidente da Assembleia da República dos quais 6 com base na análise dos Grupos Parlamentares e os restantes foram indicados pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas, estes usufruíram de um período de 60 dias a contar da data da sua constituição, prorrogáveis por mais 30 dias até à conclusão dos seus trabalhos. Sendo composta por doze técnicos especialistas com reconhecimento nacional e internacional, com competências ao nível da proteção civil; prevenção e combate dos incêndios florestais, ciências climáticas, ordenamento florestal, comunicações e análise de risco (85).

5.14.1.2. Observatório técnico independente

O observatório técnico independente foi criado através da Lei nº56/2018 de 20 de agosto, para que se procedesse a uma análise, acompanhamento e avaliação dos incêndios florestais e rurais que ocorram no território nacional. Este observatório era composto por 10 técnicos especialistas de mérito nacional e internacional designados pelo Presidente da Assembleia da República, à semelhança do sucedido na criação da Comissão Técnica Independente, após ouvir os Grupos Parlamentares foram selecionados 6 elementos, auxiliamente 2 elementos foram indicados pelos Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas e por fim os últimos dois membros foram recomendados pelo Conselho Coordenador dos Institutos Politécnicos Portugueses. De salientar que os membros tinham direito a ajudas de custo e despesas de transporte por reunião (87).

O observatório, tinha como missão prestar apoio científico às comissões parlamentares com competência em matéria de gestão integrada de incêndios rurais, proteção civil, ordenamento do território, floresta e conservação da natureza (87).

Para o observatório cumprir os objetivos acima descritos, foi necessário aceder à informação de todas as entidades públicas e privadas. Posto isto, era indispensável apresentar semestralmente à Assembleia da República um relatório da sua atividade, com as conclusões sobre a monitorização do impacto das medidas públicas desenvolvidas, bem como as recomendações que se consideraram pertinentes em termos de prevenção, mecanismos de proteção civil e planeamento da época de combate a incêndios (87).

O Observatório teve a vigência de um ano sem prejuízo da possibilidade de prorrogação, sendo que o apoio administrativo, logístico e financeiro era assegurado pela Assembleia da República (87). Porém a lei anteriormente descrita, teve a sua primeira alteração através da Lei nº 1/2019 de 9 de janeiro a qual modificou os artigos 7º e 9º, referentes aos estatutos dos membros que foram equiparados a dirigentes superiores de 1º grau para efeitos remuneratórios. Além do mais, referente ao apoio administrativo, logístico e financeiro do observatório este passou a ser assegurado pelos serviços a disponibilizar pela Assembleia da República, incluindo a remuneração dos respetivos membros (88).

5.14.2. Sistema Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios

5.14.2.1. Plano de trabalho no âmbito da Defesa da Floresta Contra Incêndios

O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P (ICNF, I.P.) e as Forças Armadas, têm cooperado com grande sucesso no âmbito da prevenção e combate aos incêndios em espaço rural. Posto isto e de acordo com o nº4 do artigo 34 do Decreto-lei 124/2006, determinou-se pelo Despacho nº 7136/2017 de 4 de Agosto, que o INCF enquanto autoridade florestal nacional e as Forças Armadas através do Estado Maior General das Forças Armadas (EMGFA) teriam de elaborar um plano de trabalho com um horizonte de 3 anos (89).

O referido plano de trabalho deveria prever e identificar geograficamente as atividades a serem desenvolvidas no âmbito do plano de defesa da floresta contra incêndios. Sendo que as ações prioritárias seriam (89):

- a) “Abertura de faixas de gestão de combustível, nomeadamente da rede primária”;
- b) “Vigilância de espaços florestais”;
- c) “Vigilância armada de espaços florestais”;
- d) “Sensibilização das populações”;
- e) “Primeira intervenção em fogos nascentes”.

5.14.2.2. Alteração ao Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra incêndios

O Decreto-lei nº 124/2006 de 28 de junho, que se encontra ainda em vigor é constituído por 9 capítulos, nos quais estão estabelecidas as medidas e ações no âmbito do sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (SNDFCI). Neste contexto, o SNDFCI implementou um conjunto de medidas e ações estruturais relativas à prevenção e proteção das florestas contra incêndios, as quais passam pela “sensibilização, planeamento, conservação e ordenamento do território florestal, silvicultura, vigilância, deteção, combate, rescaldo, vigilância pós-incêndio e fiscalização”, de realçar ainda que as referidas medidas devem ser efetuadas pelas entidades públicas e privadas com competências na defesa da floresta contra incêndios (90).

Contudo, verificou-se a necessidade de proceder a algumas alterações ao Decreto-lei nº 24/2006 de 28 de junho, por meio dos Decretos-Leis nº 15/2009 e 17/2009 de 14 de janeiro, 114/2011, de 30 de novembro, 83/2014 de 23 de maio, correspondendo à primeira, segunda terceira quarta alterações respetivamente.

Por último, a Lei nº 76/2017 de 17 de agosto procede à quinta alteração, destacando-se as modificações ao nº 3 do artigo 2º referente ao Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, no qual foram atribuídas ao ICNF, I.P., as ações de prevenção estrutural nas vertentes de “sensibilização, planeamento, organização do território florestal, silvicultura e infraestruturação de defesa da floresta contra incêndios” (91).

De igual modo, evidenciou-se o artigo 7º alusivo ao planeamento da defesa da floresta contra incêndios, referente ao enquadramento do planeamento distrital nos objetivos definidos no Plano Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios (PNDFCI) à escala distrital, orientando desta forma as ações por níveis de prioridade identificadas a nível municipal (91).

Ainda no contexto do planeamento municipal de defesa da floresta contra incêndios, o nº 2 do artigo 10º estabeleceu que os Planos Municipais de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI) são elaborados pelas câmaras municipais, as quais necessitam de ter um parecer prévio da Comissão Municipal de Defesa da Floresta (CMDf) e um vinculativo do ICNF, I.P., devendo esta encontrar-se em consonância com o PNDPCI. As regras de elaboração, consulta pública, aprovação e a sua estrutura tipo são estabelecidas pelo regulamento do ICNF, I. P., homologado pelo membro do Governo responsável pela área das florestas (91).

À *posteriori*, no âmbito do nº 2 do artigo acima referido, foi publicado o Despacho n.º 443-A/2018 de 5 de janeiro que homologou o regulamento do Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios (PMDFCI), cabendo ao ICNF disponibilizá-lo em formato digital no seu site (92). O referido despacho sofreu a primeira alteração pelo Despacho nº 1222-B/2018 de 2 de fevereiro, realçando-se o nº 11 do artigo 4º relativo à elaboração, aprovação e publicação dos PMDCFI, sendo assim estabelecido que após a aprovação dos referidos PMDFCI estes são publicados no Diário da República e publicitados conforme previsto no n.º 12 do artigo 10.º da Lei 76/2017 de 17 de agosto, tendo que ser referido o período de vigência (que corresponde aos dez anos de planeamento) (93).

Os nºs 1 e 2 do artigo 5º referentes à revisão, atualização e monitorização dos PMDFCI são alvos de revisão sempre que se justifiquem alterações quer aos objetos quer às metas preconizadas nos elementos estruturantes do mesmo, inclusive na carta de perigosidade, no desenho das redes de defesa da floresta contra incêndios e nas regras relativas à dimensão das faixas de gestão de combustível do artigo 16º da Lei nº 76/2017, sendo a elaboração destas alterações responsabilidade dos municípios de acordo com os procedimentos de aprovação dos PMDFCI, salvo em exceção de ajustamentos do PMDFCI, nomeadamente a “recalendarização das ações a realizar e o ajustamento pontual do desenho das redes de defesa

da floresta contra incêndios, sendo estes aprovados em sede de Comissão Municipal de Defesa da Floresta, por unanimidade”.

Por último, foram procedidas a alterações no artigo 8º relativo às disposições finais e transitórias tendo sido acrescentado o nº4, no qual é referido que para “efeitos do n.º 6 do artigo 153.º da Lei n.º 114/2017, de 29 de dezembro, considera-se que o PMDFCI se encontra aprovado quando obtidos os pareceres favoráveis da CMDF e do ICNF, I. P., previstos nos n.os 3 e 4 do artigo 4.º do presente Regulamento, não podendo a conclusão do processo previsto no n.º 10 do artigo 4.º ultrapassar 60 dias”.

Sob outro ponto de vista no artigo 11º, relativo à relação entre instrumentos de planeamento, definiu-se que todos os instrumentos de gestão florestal devem esclarecer para além das ações de silvicultura bem como a integração e compatibilização dos instrumentos de planeamento florestal de nível superior, nomeadamente os PMDFCI e os PROF (91).

No âmbito do condicionalismo à edificação, o artigo 16º estabeleceu que a construção de novos edifícios ou a ampliação dos existentes só é permitida nas áreas classificadas na cartografia de perigosidade de incêndio rural definida em PMDFCI como de média, baixa e muito baixa perigosidade e desde que garantam uma distância à extrema de 50 m no caso de terrenos confinantes ocupados por floresta. Além do mais, existe a necessidade de ter um parecer vinculativo do ICNF, o qual se aplica à “construção de novos edifícios ou o aumento da área de implantação de edifícios existentes, destinados exclusivamente ao turismo de habitação, ao turismo no espaço rural, à atividade agrícola, silvícola, pecuária, aquícola ou atividades industriais conexas e exclusivamente dedicadas ao aproveitamento e valorização dos produtos e subprodutos da respetiva exploração” (91).

Todavia, foi necessário tornar o regime de edificação mais claro e com uma melhor gestão para possibilitar o exercício de atividades económicas essenciais para o desenvolvimento local, em locais de perigosidade alta ou muito alta. Posto isto, foi publicado o Decreto-lei nº 14/2019 de 21 de janeiro, que alterou o artigo 16º em que foi definido a necessidade de parecer vinculativo das comissões de defesa da floresta (CMDF), substituindo os dos ICNF, I. P., quer seja para autorização de construção de edifícios quer para a redução da área de distância obrigatória entre edifícios construídos, destinados a atividades turísticas, agrícolas, entre outras, em áreas que façam fronteira com espaços florestais (94).

Ainda no âmbito das modificações realizadas ao Decreto-lei nº 124/2006 de 28 de junho pela Lei nº 76/2017 de 17 de agosto, o artigo 33º relativo aos sistemas de vigilância estabeleceu que os “sistemas de vigilância móvel compreendem as brigadas de vigilância móvel que o

Estado constitua, os sapadores florestais, os Corpos de Bombeiros quando preposicionados, os elementos do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente e os militares do Grupo de Intervenção de Proteção e Socorro da GNR, dos municípios e das freguesias e outros grupos que para o efeito venham a ser reconhecidos pela GNR”. Complementarmente, o Despacho nº 3070/2018 de 26 de março determinou os requisitos a cumprir nos sistemas de videovigilância para a proteção florestal e deteção de incêndios (95).

Por último, destaca-se a alteração ao nº 3 do artigo 36º referente à recuperação de áreas aridas, no qual se estabeleceu que devem ser tomadas medidas de mitigação de impactos ambientais, particularmente no combate à erosão, de correção torrencial e impedimento de contaminação das linhas de água por detritos. Adicionalmente, foi publicado o Despacho nº 9716-A/2017 de 7 de novembro, que homologou a estrutura da Ficha de Identificação de Necessidades de Intervenção de Estabilização de Emergência Pós-Incêndio (96).

5.14.2.3. Alterações estruturais na prevenção e combate a incêndios florestais

Durante o período em estudo verificou-se que ocorreu o reconhecimento por parte do estado que os incêndios florestais constituem uma séria ameaça à segurança das populações e ao desenvolvimento do País, estando na sua origem problemas estruturais tais como o do ordenamento do território. Posto isto, de forma a dar resposta às causas estruturais foi aprovada uma reforma florestal. No entanto os efeitos desejados desta reforma não foram eficazes a curto prazo, sendo necessário promover a reforma do modelo de prevenção e combate a incêndios rurais (72).

O relatório produzido pela Comissão Técnica Independente (CTI) acima referida relativo aos incêndios de grandes dimensões que deflagraram em Portugal Continental (nos dias 17 de junho e 15 de outubro de 2017), apontou para a ocorrência de falhas estruturais e operacionais no modelo de prevenção e combate aos incêndios florestais e ao Sistema de Proteção Civil. Adicionalmente, o relatório apresentou um conjunto de reflexões e recomendações que visam a defesa contra incêndios (72). Com base neste relatório e em outros trabalhos desenvolvidos, como o estudo sobre a rede SIRESP elaborado pelo Instituto das Telecomunicações, o governo aprovou através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 157-A/2017 de 27 de outubro alterações estruturais de prevenção e combate a incêndios florestais (72).

Numa primeira categoria, as alterações são referentes à reformulação do atual conceito de Defesa da Floresta contra Incêndios (DFCI) para o conceito de Defesa contra Incêndios Rurais (DCIR), assente no Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR), o qual se encontra subdividido em duas componentes interdependentes e uma autónoma: a “Gestão de Fogos

Rurais (GFR), orientada para a defesa dos espaços florestais; a Proteção contra Incêndios Rurais (PCIR) orientada para a salvaguarda dos aglomerados populacionais, incluindo as pessoas e bens” e a Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais (AGIF) a quem compete para além da análise, planeamento e coordenação estratégia do SGIFR as seguintes competências (72):

- a) “Coordenar a elaboração e execução de um novo Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais, com base na vertente de gestão de fogos rurais e na vertente de proteção de pessoas e bens contra incêndios rurais, a aprovar até 30 de abril de 2018”;
- b) “Coordenar um grupo de especialistas com competências multidisciplinares, nomeadamente em meteorologia, análise do fogo e comunicações e sistemas de apoio à decisão, envolvendo-os sempre que necessário na resolução de eventos complexos ou com risco acrescido”;
- c) “Criar uma bolsa de peritos, junto da AGIF, que possa ser mobilizada em casos de operações de socorro de extrema gravidade”;
- d) “Rever o plano de formação para todas as entidades do dispositivo, designadamente nos seguintes âmbitos: SIOPS (Sistema Integrado de Operações de Proteção e Socorro), SGO (Sistema de Gestão de Operações) e NOPS (Normas Operacionais Permanentes); gestão de salas de operações; emprego operacional de meios aéreos; logística; gestão de comunicações e de sistemas; auditoria, supervisão e liderança”;
- e) “Proceder à avaliação anual global do sistema, integrando a análise da eficácia e da eficiência dos investimentos efetuados no âmbito do SGIFR”.

Neste contexto surgiu uma primeira subcategoria, tendo como objetivo criar até ao final de 2017 uma diretiva única de prevenção e de combate, sendo este um documento estratégico para a campanha de 2018. Esta foi criada de forma a obter uma maior coordenação de todos os dispositivos operacionais ao longo do ano envolvendo as “autoridades nacionais, os municípios, as freguesias, as forças de proteção civil, as Forças Armadas, as organizações de produtores florestais ou de agricultores, as organizações não-governamentais, outros gestores do território e a sociedade civil”, sendo aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 20/2018 de 1 de março (97).

De igual forma era previsto até ao final do primeiro trimestre de 2018, o reforço da estrutura orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e Florestas, I. P. (ICNF, I. P.), criando as unidades orgânicas a nível central e regional “numa estrutura de dependência hierárquica,

dotando-as de um corpo dirigente e recursos humanos qualificados, bem como dos meios técnicos e materiais que se revelem necessários para a prevenção estrutural e apoio ao combate aos incêndios rurais, para a gestão do regime florestal, bem como para a gestão do Programa de Sapadores Florestais” (72).

Por outro lado, foi concebida uma segunda subcategoria referente à Profissionalização e capacitação, tendo sido abertos concursos para criar novas equipas de sapadores florestais, perfazendo um total de 500 até 2019 (72).

A segunda categoria refere-se ao reforço da segurança das populações, estabelecendo um Programa de Redução do Número de Ignições, gerido pelo ICNF, I. P., de modo a envolver a sociedade e os agentes do sistema no sentido de educar para a proteção da floresta e para o uso do fogo. Neste âmbito, foi realizada uma promoção dos programas de intervenção territorial, geridos pelo ICNF, I. P., através de iniciativas colaborativas de desenvolvimento local, que possibilitaram gerir o território no sector da defesa da floresta contra incêndios nomeadamente através da pastorícia, da gestão cinegética, da produção e colheita de produtos silvestres, da resinagem ou outras (72).

A terceira categoria tange o aumento da resiliência do território através da criação de Gabinetes Técnicos Florestais Intermunicipais e das Brigadas Especiais de Sapadores Florestais, bem como os Programas Regionais de Ordenamento Florestal de segunda geração. Foi ainda criado um Plano Nacional de Gestão de Combustíveis numa perspetiva multinível e integrada, dando concretização ao Plano Nacional do Fogo Controlado e promovendo similarmente o apoio à cinegética e à pastorícia, “passando da escala do mosaico à escala da paisagem, avançando de forma determinada para a abertura e manutenção de toda a Rede Primária de DCIR” (72).

Existiram outras medidas de igual importância nesta categoria, como o reforço das redes de defesa da floresta contra incêndios, a celebração de contratos-programa com as organizações de produtores florestais (OPF) e com os órgãos de administração de baldios para a sensibilização das populações (no que diz respeito à silvicultura), a gestão de combustíveis, a conservação e manutenção de infraestruturas e a recuperação de áreas ardidas (72).

Ademais foi estabelecido um Programa para o Estímulo ao Financiamento da Floresta (PPF - Plano Poupança Florestal) com enquadramento fiscal e apurado em sede de IRS e IRC para ações de gestão de combustíveis e reflorestação e um incentivo à gestão dos combustíveis em terrenos florestais, “criando uma contribuição sobre a limpeza das florestas (CLF), que incidirá sobre os sujeitos passivos de IVA nas transações comerciais de madeira na mata,

prevendo-se a respetiva isenção ou a recuperação do montante pago quando os sujeitos passivos apresentem certificados de limpeza ou comprovativos de despesas realizadas com a limpeza das florestas na exploração florestal até ao corte da madeira, sendo esta receita consignada ao Fundo Florestal Permanente (FFP)”. Dotou-se ao FFP a capacidade financeira e orçamental para suportar as medidas presentes nesta resolução (72) .

Na quarta e última categoria referente à qualificação e capacitação dos agentes de proteção civil integrados no SGIFR, houve a necessidade de englobar conhecimentos nas diversas componentes do sistema, através do envolvimento das instituições de ensino superior e promoção da investigação científica aplicada no âmbito do SGIFR através da definição de áreas prioritárias para projetos de investigação aplicada, “beneficiando da criação de um Laboratório Colaborativo, que deverá funcionar em estreita articulação com a AGIF” (72).

Foram ainda adotadas como elemento de suporte à eficácia do sistema de comunicações de emergência as seguintes medidas:

- a) “A assunção pelo Estado de uma posição na estrutura acionista da SIRESP, S. A.”;
- b) “Dotar a Rede SIRESP de procedimentos e mecanismos de redundância, designadamente no âmbito da rede de transmissão (interligação entre as estações base e os comutadores) e de energia, tornando-a mais resistente a falhas decorrentes de situações de emergência e catástrofe”;
- c) “Adquirir quatro estações móveis, equipadas com módulo satélite, por forma a tornar o sistema mais eficaz na resposta a situações de catástrofe e emergência”;
- d) “Criar um plano de formação para os utilizadores da Rede SIRESP, coordenado pela Secretaria-Geral da Administração Interna (SGAI)”;
- e) “Avaliar o modelo contratual e as soluções tecnológicas para a continuidade de comunicações de emergência”.

5.14.2.4. Visão, objetivos Medidas de concretização do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais

A Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2019 de 21 de janeiro aprovou a visão, objetivos e medidas de concretização do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (98), evidenciando-se a aprovação da missão do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) (proteger o território, pessoas e bens dos incêndios rurais) e a aprovação da visão do

SGIFR “Portugal protegido de incêndios rurais graves” englobando a ambição do sistema e de todas as entidades que o integram (98).

Relativamente à coordenação estratégica do SGIFR esta foi atribuída à Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, I. P. (AGIF, I. P.), enquanto que a coordenação da prevenção em solo rústico ao Instituto de Conservação da Natureza e Florestas (ICNF, I. P.) e à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil (ANEPC) foi concebida a coordenação da prevenção em solo urbano e sua envolvente e, por fim, à Guarda Nacional Republicana (GNR) designada a coordenação da fiscalização, vigilância, deteção e o apoio às operações de prevenção e de supressão, de acordo com as orientações estratégicas do SGIFR e as necessidades identificadas pelo ICNF, I. P., e pela ANEPC (98).

Complementarmente foram aprovados como objetivos estratégicos de atuação no âmbito do SGIFR o Plano Nacional de Gestão Integrada de Fogos Rurais (PNGIFR), a entregar ao Governo até 30 dias após a publicação da presente resolução, definindo as grandes linhas de ação do SGIFR no horizonte 2019-2030, permanecendo sujeito a uma revisão anual, assim como foi estabelecido que todos os elementos de planeamento produzidos pelos municípios seriam submetidos em plataforma informática gerida pela AGIF, I. P. (98)

Por último foi confiada a coordenação da AGIF, I. P., de forma a obter uma estratégia uniforme e colaborativa de comunicação à população de informações relativas à sua segurança (98).

5.14.3. Gestão de combustíveis

5.14.3.1. Fogo controlado

De forma a alcançar uma defesa eficaz contra os incêndios, são necessárias ações de prevenção estrutural duráveis e sustentáveis através de redes de faixas e mosaicos de parcelas de gestão de combustíveis, estrategicamente localizadas, para apoiar o combate aos incêndios. Contudo a manutenção das redes de gestão de combustíveis requer elevados custos o que origina condicionalismos na sua execução, logo, a utilização de técnicas que permitem reduzir o custo como o fogo controlado são de privilegiar (99).

A ENF previa um Plano Nacional de Gestão Integrada do Fogo, onde as três componentes do uso do fogo: o uso do fogo pela população, o uso profissional do fogo na prevenção e o uso profissional do fogo se articulassem no âmbito da gestão de combustíveis. É a componente do uso profissional do fogo que integra o Programa Nacional de Fogo Controlado (PNFC),

aprovado pela Resolução do Conselho de Ministros nº 59/2017 de 8 de maio. De salientar que o PNFC foi inserido no primeiro eixo estratégico do PNDFCI, onde se pretende promover uma gestão ativa dos espaços silvestres e intervir preventivamente em áreas estratégicas, criando redes de gestão de combustível (99).

De modo a assegurar a execução da técnica de fogo controlado em território continental, dada a sua importância em áreas consideradas prioritárias na gestão de combustíveis, foi determinado pelo Despacho nº 674/2018 de 15 janeiro, um apoio em regime forfetário assegurado pelo Fundo Florestal Permanente (FFP) no valor de 120,00 euros/ha de acordo com a área de fogo controlado executada (100). Contudo, o valor do apoio concedido pelo FFP para a execução da técnica de fogo controlado nas áreas consideradas prioritárias sofreu uma alteração pelo Despacho nº 3394/2018 de 26 de março, fixando o valor de 100,00 euros/ha de acordo com a área de fogo controlado executada (101).

5.14.3.2. Apoio às zonas prioritárias

As alterações estruturais na prevenção e combate aos incêndios florestais foram aprovadas pela Resolução do Conselho de Ministros nº 157-A/2017 de 27 de outubro. Dos diversos objetivos presentes nesta resolução destacaram-se os que estão relacionados com a pastorícia (102). Compete assim ao ICNF o delineamento do Plano Nacional de Gestão de Combustíveis onde está integrado e implementado para além do Plano Nacional de Fogo Controlado já referido, as áreas prioritárias para a implementação do pastoreio extensivo. A pastorícia assume-se como um elemento estruturante do Plano Nacional de Gestão de Combustíveis, ao permitir manter os níveis de carga de combustível, e a uma consequente redução dos custos com a manutenção das redes de Defesa da Floresta contra Incêndios (102).

De modo a assegurar a execução da pastorícia nas áreas prioritárias, foi determinado pelo Despacho nº 3897/2018 de 26 de março, um apoio em regime forfetário assegurado pelo Fundo Florestal Permanente (FFP), para uma área máxima por candidatura de 1000ha sendo que o valor é de 120 euros/ha na área de pastoreio no primeiro ano de pastoreamento e diminuindo nos anos seguintes para “25 euros/ha na área de manutenção, ao que acresce 20 euros/ha no ano da instalação de pastagem” (102).

5.14.3.3. Aquisição de serviços

A proteção da floresta é um dos objetivos estabelecidos na Lei de Bases da política florestal, sendo da responsabilidade do ICNF I.P., que desempenham funções de autoridade nacional para a conservação da natureza, biodiversidade e de autoridade florestal nacional, a gestão de

cerca de 523,500 hectares de espaços florestais. Logo, é necessário dar início ao procedimento contratual de forma garantir a instalação de redes de defesa da floresta contra incêndios conforme previsto no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios (PNDFCI), aprovado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2006, de 26 de maio e previstas no Sistema Nacional de Defesa da Floresta contra Incêndios, nos termos do Decreto-Lei n.º 124/2006, de 28 de junho, na sua redação atual (103).

Neste contexto foi publicada a Resolução do Conselho de Ministro nº 164/2017 de 31 de outubro, que autorizou o INCF a realizar despesas para celebrar contratos para a instalação de redes de defesa da floresta contra incêndios até ao montante de 3.249 716,05 euros, divididos por três anos (2018,2019 e 2020), não podendo exceder por cada ano económico os seguintes valores: 1500 000,00 euros (2018 e 2019) e de 249 716,05 euros em 2020 (103).

Estes trabalhos consistiam na “abertura de 407 hectares de rede primária de faixas de gestão de combustível, de 37,7 hectares de rede secundária, de 2 474,9 hectares de mosaicos de parcelas de gestão de combustível e na adaptação de 41,6 km de caminhos de acesso a pontos de água de primeira ordem por rede viária florestal fundamental, procedimento este cofinanciado no quadro da Operação POSEUR-02-1810-FC-000422 inserida no Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos” (103).

5.14.3.4. Limpeza das bermas e faixas de gestão de combustível da rodoviária e da ferrovia

Face aos prejuízos inoportáveis causados pelos incêndios florestais que afetaram o nosso País, houve a necessidade de estabelecer a prevenção de incêndios como área prioritária, implementado diversas medidas que assegurem e protegessem pessoas e bens (104).

Obrigatoriamente foi necessário adotar medidas específicas por parte de todas as entidades gestoras das infraestruturas rodoviárias e ferroviárias “que combinem a celeridade procedimental exigida pela conjuntura atual com a defesa dos interesses do Estado e a rigorosa transparência nos gastos públicos”. Neste contexto, a Resolução do Conselho de Ministros nº 161/2017 de 31 do outubro aprovou um plano de atuação para Limpeza das Bermas e Faixas de Gestão de Combustível da Rodovia e da Ferrovia, que visa contribuir eficazmente para o Sistema de Defesa da Floresta contra Incêndios (104).

Este plano determina que cabe à Infraestruturas de Portugal, S. A. (IP, S. A.) efetuar a limpeza das faixas de gestão de combustíveis relativas à rede rodoviária com uma extensão total 16 000 km da qual é concessionária. Por outro lado, a limpeza das faixas de gestão de

combustíveis relativas à rede ferroviária com uma extensão de 2.500 km é da responsabilidade da IP, S. A, sendo que ambas terão de desenvolver estas ações até ao verão de 2018 (104).

5.14.3.5. Regime contraordenacional

O Decreto-lei 124/2006 de 28 junho na sua redação atual e a lei 114/2017 de 29 de dezembro, determina que seja feita a gestão de combustíveis nas faixas secundárias, caso os proprietários e outros produtores florestais não as realizem, ou seja, os municípios teriam de garantir até 31 maio de 2018 a realização desses trabalhos (105). Todavia as condições climáticas adversas que se verificaram prejudicaram a concretização dos referidos trabalhos, o que levou a um incumprimento dos prazos limite previsto na lei, havendo a necessidade de adaptar pelo Decreto-lei nº 19-A/2018 de 15 de março, o prazo até 31 de maio, assim os autos de contraordenação levantados ficam sem efeito se o responsável proceder à gestão de combustível a que está legalmente obrigado (105).

5.14.3.6. Projeto Cabras Sapadores

As atividades desenvolvidas na prevenção estruturável, durável e sustentável, bem como as que envolvam desde os proprietários de efetivos de pequenos ruminantes (caprinos e ovinos) aos proprietários e ainda gestores de terrenos, possuem uma elevada importância. Procurando deste modo promover a implementação sustentada de uma estratégia de defesa da floresta contra incêndios. Posto isto, o ICNF I.P., procedeu à abertura do concurso nº 03/0127/2018, do Fundo Florestal Permanente, com o objetivo de realizar a gestão de combustível com recurso à pastorícia no vulgarmente designado “projeto piloto das Cabras Sapadoras” (106).

Assim e considerando a necessidade de um acompanhamento próximo desta iniciativa, de forma a potenciar quer as sinergias de diferentes atividades que se desenvolvem nos espaços florestais, quer o contributo destas para uma melhor resiliência e sustentabilidade dos espaços florestais, foi criado um grupo de trabalho pelo período de três anos através do Despacho 5260/2018 de 15 de maio, com o intuito de apoiar e monitorizar o processo de atribuição do apoio e respetiva execução e ainda propor medidas que visassem aumentar a eficácia do projeto (106). Esta medidas englobam a elaboração de um relatório com as primeiras conclusões até 30 dias a contar da data de publicação do referido despacho e a elaboração de relatórios semestrais, referentes aos trabalhos de apoio e monitorização e sempre que se ache pertinente com eventuais recomendações de melhoria (106).

5.14.3.7. Aquisição de maquinaria

O Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P (ICNF, I.P.) é o responsável por gerir uma grande área da Rede Primária de Faixas de Gestão de combustível (RPFGC). Estas RPFGC são preponderantes na defesa da população e dos bens e na defesa dos espaços florestais (107).

As RPFGC têm como missão diminuir a superfície percorrida por grandes incêndios, possibilitar e facilitar a intervenção direta no combate aos incêndios rurais, reduzir os efeitos da passagem de incêndios e ainda isolar potenciais focos de ignição de incêndios. Neste enquadramento é assim necessário proceder-se à aquisição de maquinaria nova, de forma a dotar o ICNF, I. P., de um conjunto de máquinas, equipamentos e veículos pesados, para que possa impulsionar a área instalada de RPFGC e a respetiva manutenção da mesma (107).

Neste contexto, a Resolução do Conselho de Ministros n.º 29/2019 de 31 de janeiro autorizou o ICNF, I. P., a realizar despesas no ano de 2019 até ao montante de 7 964 601,77 euros, ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor para a aquisição de maquinaria pesada para utilização em operações de prevenção e de defesa da floresta contra incêndios (107).

5.14.4. Equipas de Sapadores

5.14.4.1. Regime jurídico aplicável ao Sapadores Florestais

O Decreto-lei nº 109/2009 de 15 de maio revogado pelo Decreto-lei nº 8/2017 de 9 de janeiro, decretou o regime jurídico aplicável ao exercício da atividade dos sapadores florestais e das equipas de sapadores florestais no território continental português. Neste diploma, no número 2 do artigo 1º, é referido que a atividade desenvolvida por estas equipas desenvolve-se no âmbito do programa nacional de sapadores florestais, indo ao encontro do que está estabelecido no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios e na Estratégia Nacional para as Florestas (108).

Ainda no âmbito deste diploma, no artigo 4º referente à formação dos sapadores florestais foi instituída a certificação de sapador florestal a qual apenas é obtida após a conclusão das unidades de formação de curta duração. Compete ao ICNF, I.P., juntamente com as entidades titulares de equipas de sapadores florestais e as entidades formadoras que integram o Sistema Nacional de Qualificações (SNQ) efetuar planos plurianuais de formação (108).

Relativamente às entidades titulares de equipas de sapadores florestais, no artigo 9º foi estipulado que podem ser titulares das mesmas as Entidades gestoras de zonas de intervenção Florestal (ZIF), as Associações e cooperativas reconhecidas como organizações de produtores florestais (OPF) registadas no ICNF, I. P., os Órgãos de gestão dos baldios e suas associações, as Cooperativas de interesse público, as Autarquias locais e entidades intermunicipais e os Órgãos e serviços da administração direta e indireta do Estado (108).

Por outro lado, no âmbito da criação de equipas de sapadores florestais surge o artigo 11º, o qual possibilitou que as equipas fossem criadas por deliberação do conselho diretivo do ICNF, I. P. Além do mais segundo o artigo 12º, o reconhecimento das equipas de sapadores florestais é efetuado por despacho do membro do Governo responsável pela área das florestas, mediante proposta do ICNF, I. P., podendo no caso das equipas não reconhecidas pelo despacho serem reconhecidas por deliberação do conselho diretivo do ICNF (108).

Em relação ao registo das equipas de sapadores florestais, de acordo com o artigo 14º, onde é referido no nº 1, as equipas criadas ou reconhecidas pelo ICNF, I.P., possuem uma identificação própria e ficam sujeitas a registo nacional bem como, segundo o nº 2, a atividade desenvolvida pelas equipas de sapadores florestais deve ser inscrita no Sistema de Informação do Programa de Sapadores Florestais (SISF) pelas entidades titulares das mesmas (108).

Por último no artigo 19º encontram-se os diversos tipos de apoios que as equipas de sapadores podem ter acesso. Salientando-se que o Estado concede um apoio para a formação profissional, mas também para aquisição de equipamento e funcionamento das equipas de sapadores florestais, preferencialmente através do Fundo Florestal Permanente (FFP) tendo um valor máximo de 40 000,00 euros (108). Consequentemente, no Despacho 6526/2017 de 11 de julho estabeleceu-se o montante de apoio a atribuir pelo FFP, em função das atividades a serem desenvolvidas pela equipa de sapadores e de acordo com o plano de atividades onde consta a área de atuação e o elenco de atividade a desenvolver que é aprovado pelo ICNF, I. P. As atividades de serviço público onde se incluem os dias utilizados no curso de formação profissional de certificação e 50% dos dias utilizados na formação contínua realizadas pelas equipas num total de 110 dias de trabalho corresponde a um valor em regime forfetário de 364,00 euros por dia até ao limite anteriormente referido (109).

5.14.4.2. Constituição de equipas de Sapadores florestais

Um dos objetivos estratégicos do nosso País é a proteção da floresta, para que seja possível concretizar esse objetivo é prioritário o reforço e a expansão das equipas de sapadores florestais que desenvolvem atividades de silvicultura preventiva, sensibilização e de vigilância armada, primeira intervenção e apoio a operações de rescaldo e vigilância ativa pós-rescaldo. Posto isto, o Decreto-Lei nº 8/2017, de 9 de janeiro, que regulamenta a criação e funcionamento de equipas de sapadores florestais, define os apoios públicos de que podem beneficiar (108).

Devido às dificuldades económico-financeiras do País, a constituição de equipas de sapadores florestais esteve suspensa, logo, só existiam 272 equipas no território continental. Portanto, a Estratégia Nacional para as Florestas planeava a integração e coordenação de 500 equipas de sapadores florestais até 2020, de entidades públicas e privadas. Neste contexto, foi determinado pelo Despacho nº 2434-B/2017 de 21 de março, a abertura do concurso para a constituição de 20 equipas de sapadores florestais no território do continente, sendo a data de abertura e a data de fecho definidas no respetivo aviso do concurso (110).

Neste sentido e de acordo com os objetivos definidos na Estratégia Nacional para as Florestas e no Plano Nacional de Defesa da Floresta Contra Incêndios, em 2018 foram abertos mais dois concursos para a constituição das respetivas equipas, nos quais o Despacho nº 730-B/2018 de 6 de janeiro era referente à constituição de 100 equipas, enquanto que Despacho nº 6532-A/2018 de 29 de junho destinava-se à constituição de 30 equipas (111).

5.14.4.3. Aquisição de veículos para as equipas de sapadores

A Estratégia Nacional para as Florestas, que se encontra aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 6-B/2015 de 4 de fevereiro, previa como meta a existência e operacionalidade de 500 equipas de sapadores florestais até 2020, meta essa que foi antecipada para o ano 2019 onde já foram garantidas as 500 equipas. Indicando a extrema importância da aquisição de veículos e equipamentos para as novas equipas e para substituição dos veículos existentes. Contudo, existiam outras equipas em renovação como as Corpo de Vigilantes da Natureza e do Corpo Nacional de Agentes Florestais que necessitavam de igual forma de meios de vigilância de primeira intervenção e de apoio ao combate de incêndios florestais (112).

Sendo que compete ao Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P (ICNF, I.P.), a coordenação das ações de prevenção estrutural e a organização e coordenação do dispositivo de prevenção estrutural em que estão envolvidas as equipas acima referidas e cujo equipamento e enquadramento operacional são assegurados pelo ICNF, I. P. (112), verificou-se através da publicação da Resolução do Conselho de Ministros nº 165/2017 de 21 de outubro, a autorização ao INCF a realizar despesa com a aquisição de veículos imprescindíveis para o normal funcionamento das equipas de sapadores florestais, de vigilantes da natureza, do corpo nacional de agentes florestais e de coordenadores de prevenção estrutural até ao valor máximo de 16.260160,60 euros a dividir por 2 anos (2018 e 2019), sendo que estas despesas não podem exceder por cada ano económico os seguintes valores (112).

a) “2018 - (euro) 8 130 081,30 “;

b) “2019 - (euro) 8 130 081,30”.

5.14.5. Medidas extraordinárias

5.14.5.1. Fundo de apoio à revitalização das áreas afetadas pelos incêndios

Os grandes incêndios ocorridos nos concelhos de Castanheira de Pêra, Figueiró dos Vinhos e Pedrógão Grande, para além das graves consequências anteriormente mencionadas salienta-se a irreparável perda de vidas humanas e os elevados prejuízos materiais (113).

Com o intuito de atenuar os prejuízos sofridos pelas populações destes concelhos, os portugueses realizaram inúmeros donativos que se destinavam às reconstruções de habitações e para ajudar a estabelecer a vida das pessoas afetadas. Adicionalmente, foram realizados donativos por parte de várias entidades internacionais com o mesmo fim. Posto isto, o Governo decidiu criar através do Decreto-lei nº 81-A/2017 de 7 julho, um fundo de âmbito social para gerir os donativos entregues de uma eficiente e que certificando que chegariam às populações de uma forma mais célere (113).

O fundo tem como finalidade a recolha de donativos em dinheiro, em espécie de bens móveis não sujeitos a registo ou prestações de serviços. Estes donativos destinam-se para além das finalidade anteriormente referidas a outros propósitos, desde que devidamente identificados e que não estejam cobertos por medidas de política pública dirigidas às áreas afetadas pelos incêndios (113).

5.14.5.2. Medidas de carácter extraordinário

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro procedeu à avaliação dos danos e prejuízos ao nível das habitações particulares, atividade económica, floresta, agricultura, infraestruturas e equipamentos municipais frutos dos incêndios de grandes dimensões acima referidos. Após essa avaliação foi elaborado um relatório com a identificação de um conjunto de prejuízos imediatos e necessidades de reconstrução, medidas a implementar destinadas a reparar os respetivos danos causados pelos incêndios nas habitações, nas atividades económicas e nas infraestruturas e de apoio à reflorestação das áreas ardidas (114).

Neste âmbito, o Governo reconheceu como condições excecionais os incêndios ocorridos, nos concelhos acima referidos, proporcionando a adoção de medidas de carácter extraordinário, como a atribuição de apoio financeiro, por parte do Fundo de Emergência Municipal através das Resoluções do Conselho de Ministros nºs 101-A/2017 e 101-B/2017 ambas de 12 de julho de forma a fazer face aos danos provocados (114).

5.14.5.3. Medidas de apoio às populações, empresas e autarquias

Os grandes incêndios que deflagraram no dia 15 de outubro de 2017, afetaram vários concelhos do nosso País tendo a sua especial incidência nas regiões Centro e Norte (115).

Neste contexto foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 167-B/2017 de 21 de outubro a adoção de medidas de apoio imediato às populações, empresas e autarquias locais. No que se refere às populações destacam-se as medidas relativas à reconstrução ou reabilitação das habitações. Em relação às empresas criou-se um apoio ao restabelecimento da capacidade produtiva através de subsídios não reembolsáveis para a compra de máquinas, equipamentos e material. Além do mais, foi criado um programa excecional e temporário, especificamente dirigido às empresas e trabalhadores de forma a prevenir o risco de desemprego (115).

Será também atribuído apoio financeiro extraordinário, através do Fundo de Emergência Municipal, com vista à reparação urgente de equipamentos públicos municipais danificados.

Por último, existiram medidas de apoio à agricultura e florestas envolvendo a concessão de apoios aos agricultores e a criação de duas linhas de crédito: uma de comercialização da madeira e outra para a instalação de parques de receção de madeira ardida (115).

De formar a regulamentar os termos e as condições de atribuição destes apoios imediatos previstos nas alíneas a) e b) do n.º 3 da resolução acima referida, foi publicada a Portaria n.º 347-A/2017 de 13 de novembro (116).

5.14.5.4. Medidas de apoio às vítimas dos incêndios florestais

As medidas de apoio às vítimas em matéria de saúde, habitação, acesso a prestações e apoios sociais de carácter excecional, proteção e segurança, bem como a reposição do potencial produtivo e de reforço na prevenção e combate dos incêndios florestais ocorridos entre 17 e 24 de junho de 2017, nos concelhos de Pedrógão Grande, Castanheira de Pêra, Ansião, Alvaiázere, Figueiró dos Vinhos, Arganil, Góis, Penela, Pampilhosa da Serra, Oleiros e Sertão encontram-se estabelecidas na Lei n.º 108/2017 de 23 de novembro (117).

De realçar que as medidas não prejudicam as anteriormente tomadas que se encontram na Resolução do Conselho de Ministros n.º 101-A/2017, de 12 de julho (117). Verificando-se a primeira alteração à Lei n.º 108/2017 de 23 de novembro, pela Lei n.º 13/2018 de 9 de março, tendo sido alterado o artigo 1 (118).

5.14.5.5. Apoio do Fundo Ambiental

O Fundo Ambiental criado pelo Decreto-lei n.º 42-A/2016 de 12 de agosto tem um papel fundamental no apoio às políticas ambientais, que contribuíram para cumprir os objetivos nacionais e internacionais relativos aos recursos hídricos e proteção e conservação da natureza e da biodiversidade. Sob outro ponto de vista, o Fundo Ambiental pode apoiar outras intervenções urgentes e inadiáveis, considerando a dimensão do incêndio florestal que em agosto afetaram os municípios de Monchique, Silves e Portimão, tais como (119):

- a) Regularização da rede hidrográfica;
- b) Reposição do funcionamento do Centro Nacional de Reprodução do Lince-Ibérico (CNRLI);
- c) Execução de trabalhos de intervenção urgente de reposição das estruturas e equipamentos de recolha de resíduos urbanos, garantindo a proteção e conservação da natureza;
- d) Elaboração do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem para Serra de Monchique.

Considerando que estas intervenções se enquadram nos objetivos e finalidades do Fundo Ambiental, foi aprovado pelo Despacho n.º 8934-A/2018 de 20 de setembro um apoio no valor

de 1.988.307,50 euros para uma recuperação imediata das infraestruturas, equipamentos e bens essenciais à vida das populações localizadas nas áreas dos municípios de Monchique, Silves e Portimão (119).

5.14.5.6. Linha de crédito para parque de madeira queimada de resinosas

Os incêndios de grandes dimensões ocorridos em junho bem com os de 15 de outubro de 2017, provocaram graves prejuízos nos espaços florestais em particular nos povoamentos compostos por espécies resinosas, nomeadamente o pinheiro-bravo. A remoção destas árvores queimadas é de elevada importância para a recuperação socioeconómica e ecológica das áreas afetadas. Porém, a disponibilização de elevadas quantidades de matéria-prima tem um forte impacto no mercado devido à dificuldade de armazenamento e de conservação, dificuldades estas enfrentadas pelos operadores das fileiras silvoindustriais que não estavam preparados para parqueamento e processamento de tão grandes volumes de matéria-prima lenhosa (120).

Por meio do Decreto-lei nº 135-C/2017 de 3 de novembro, o governo criou uma linha de crédito num total de 5 milhões de euros para parqueamento de madeira queimada de resinosas, destinada a apoiar os operadores das fileiras silvoindustriais que instalem parques de receção de madeira queimada de resinosas provenientes das regiões mais afetadas pelos incêndios florestais de 2017 (120).

A referida linha de crédito permite por um lado incentivar a célere retirada de madeira queimada dos povoamentos ardidos, ajudando o fomento e recuperação desses espaços, e por outro lado, contribuir para o escoamento faseado desta madeira parqueada com consequente aproveitamento económico de matérias-primas com interesse industrial. Podem beneficiar desta linha de crédito as Organizações de produtores florestais (OPF), as Entidades gestoras de zonas de intervenção florestal (ZIF); Órgãos de gestão dos baldios; Municípios e as comunidades intermunicipais e ainda outros operadores das fileiras silvoindustriais (120).

Dada a necessidade de indicar as regiões afetadas por incêndios de grandes dimensões e também a fixação do montante individual de crédito garantido a que se referem os artigos 3º, 4º e 5º do Decreto-lei nº 135-C/2017 de 3 de novembro, foi publicado o Despacho nº 10404/2017 de 13 de novembro, que refere as regiões afetadas no anexo I e o montante individual de crédito, o qual é de 25 por tonelada de madeira de resinosas queimada proveniente das regiões identificadas no referido anexo (121). De forma a apoiar as necessidades de tesouraria dos operadores das fileiras silvoindustriais, que adquiram madeira queimada de resinosas, foi criada pela Portaria nº 359-B/2017 de 21 novembro, uma linha de crédito no valor total 3 milhões de euros (122).

5.14.5.7. Medidas excecionais de contratação pública

O incêndio de 3 de agosto de 2018 que afetou com gravidade os concelhos de Monchique, Silves, Portimão e Odemira, causou prejuízos consideráveis em habitações, explorações agrícolas, empreendimentos turísticos, estruturas camarárias e em áreas florestais (123).

Neste contexto o Governo entendeu este acontecimento como uma situação excecional que exigia a adoção e aplicação de medidas extraordinárias, considerando como prioritário o apoio à recuperação imediata das infraestruturas, dos equipamentos e dos bens localizados nas áreas afetadas desde que seja essencial à vida das populações ou cuja reposição do funcionamento revista de caráter urgente, nomeadamente as comunicações, abastecimento de água e energia. Imediatamente, foi necessário adotar um “regime excecional de contratação de empreitadas de obras públicas, de locação ou aquisição de bens e de aquisição de serviços de forma a conseguir ter a celeridade procedimental exigida pela gravidade” dos prejuízos causados (123) sendo publicado o Decreto-lei nº 70/2018 de 30 de agosto onde foram estabelecidas as medidas excecionais de contratação pública aplicáveis aos procedimentos acima referido (123).

6. Considerações Finais

Logo em 2016, o Primeiro Ministro do XXI Governo Constitucional, António Costa, afirmou que na década passada se tinha realizado a reforma da proteção civil e da política de prevenção e combate aos fogos florestais mas que não se tinha concretizado o ordenamento florestal, declarando a necessidade e o objetivo político de realizar uma reforma da floresta (124). Concluiu depois afirmando que «A floresta tem de ser gerida, tratada, ordenada e certificada para que seja uma fonte de riqueza, e não uma ameaça para pessoas, bens e habitações».

No mesmo mês o Conselho de Ministros (125) cria um grupo de trabalho, interministerial, composto pelas Finanças, Defesa Nacional, Administração Interna, Justiça, Economia, Ambiente e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural, com o objetivo de estudar e propor medidas de reordenamento da floresta visando nomeadamente:

- a) acelerar a conclusão do registo cadastral da propriedade rústica;
- b) reforçar o ordenamento florestal;
- c) dinamizar as zonas de intervenção florestal (ZIFs) e outros modelos de exploração florestal;
- d) avaliar regimes de intervenção em património rústico privado abandonado ou sem dono;
- e) rever e aperfeiçoar o modelo de sapadores florestais;
- f) incentivar o uso de biomassa florestal, em especial, aquela proveniente de resíduos resultantes de limpezas, desbastes e desmatamentos.

Este pacote de medidas, designado por “Reforma Florestal”, viria a ser discutido e aprovado na generalidade num Conselho de Ministros realizado em outubro de 2016, dedicado exclusivamente a este tema (126).

No âmbito do ordenamento florestal, destacam-se:

- a) Propostas relativas à titularidade da propriedade florestal com a Criação do «Banco de Terras» e do Fundo de Mobilização de Terras;
- b) Criação do Sistema de Informação Cadastral Simplificada, a propor à Assembleia da República;
- c) Criação do regime de reconhecimento das Sociedades de Gestão Florestal;
- d) Simplificação das normas de funcionamento das Zonas de Intervenção Florestal (ZIFs);

- e) Alteração do regime jurídico dos planos de ordenamento, de gestão e de intervenção de âmbito florestal;
- f) Novo quadro de incentivos e isenções fiscais para o setor florestal;
- g) Plano-Piloto de prevenção de incêndios florestais e de valorização e recuperação de habitats naturais no Parque Natural da Peneda Gerês;

Já em matéria de defesa da floresta aprovaram-se as seguintes medidas:

- a) Reestruturar o Sistema de Defesa da Floresta Contra Incêndios;
- b) Estabelecimento do regime jurídico aplicável à criação e funcionamento das equipas de sapadores florestais e definição dos apoios públicos de que estas podem beneficiar;
- c) Revisão do regime jurídico das ações de arborização e de rearborização,
- d) Adoção do Programa Nacional de Fogo Controlado.

O conjunto de 12 diplomas correspondentes à Reforma Florestal foi posto em discussão pública entre 1 de novembro de 2016 e 31 de janeiro de 2017. De acordo com declarações feitas na altura pelo Ministro da Agricultura Capoulas Santos (127) pretendeu-se com este processo envolver toda a sociedade na reforma da floresta para conseguir a consensualização das medidas e assim garantir a sua execução num horizonte temporal que ultrapasse a legislatura.

Da discussão pública organizada pelo Executivo, que passou pela realização de 10 iniciativas, pela disponibilização dos diplomas no Portal do Governo, e ainda pela participação dos membros da tutela em iniciativas paralelas, resultou a recolha de mais de 600 participações por escrito, cerca de metade das quais foram remetidas por produtores e operadores florestais, associações e organizações representativas do setor, confederações agrícolas e organizações ambientalistas. As restantes participações foram enviadas por cidadãos, municípios e especialistas académicos.

A informação foi analisada pela Comissão Interministerial que preparou a Reforma da Floresta (128) e a versão definitiva dos diplomas foi aprovada no Conselho de Ministros realizado no dia da floresta, 21 de março de 2017.

Alguns destes diplomas, dada a sua natureza, tiveram que ser submetidos a aprovação da Assembleia da República

Dos 12 diplomas que constituíam o pacote no fim do ano de 2017, estavam aprovados 11. A Assembleia da República não aprovou a criação do Banco de Terras, onde se pretendia colocar todo o património rústico do Estado e os terrenos sem dono conhecido, para atribuir, por arrendamento, a agricultores, preferentemente jovens, e

a Entidades de Gestão Florestal, preferentemente cooperativas de produtores florestais, no caso dos terrenos com aptidão florestal.

No final do ano de 2018, foi o ano de consolidação da Reforma da floresta, sendo o ano em que entraram em vigor de novas regras decorrentes da legislação aprovada pelo Governo e pela Assembleia da República. Esta regras estavam centradas no ordenamento e gestão florestal neste capítulo podemos destacar que o cadastro simplificado aplicado em 2017 nos 10 municípios acima referidos já tinha sido desenvolvido numa área que representa 51,31% da área total dos 10 municípios tendo sido registadas 104.848 matrizes no BUPi. Igualmente é de realçar a aprovação dos 7 novos Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF) cuja regras terão de ser obrigatoriamente aplicadas pelos Municípios nos seus Planos diretores Municipais (PDM), contudo esta aprovação gerou bastante discussão tendo mesmo sido dado um parecer negativo pelas Comunidades Intermunicipais pela forma como estão estruturados os referidos PROF.

Ainda durante o ano de 2018 foi possível verificar um decréscimo de 44% no número de incêndios rurais o que levou também a uma redução de 68% da área ardida, esta diminuição é reflexo das várias medidas decretadas pelo Governo na prevenção dos incêndios. Esta medidas passaram instalação de redes primárias e secundárias de defesa, de forma a que se possa efetuar depois a manutenção foram criados o projeto piloto denominado Cabras Sapadoras e o Programa Nacional de Fogo Controlado. Foram igualmente tomadas medidas que geraram muita discussão como a controlo de vegetação e a limpeza de caminhos e aceiros que levou ao corte de espécies autóctones como sobreiros por parte da população com devido ao receio das multas por não efetuar a limpeza dos seus terrenos e Outra medida bastante importante foi a criação da Agência para a Gestão Integrada de Fogos Rurais, como o objetivo de efetuar o planeamento e coordenação do Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR) e quando necessário entrever em situações de alto risco, assim pretendeu-se colmatar as principais lacunas no que diz respeito da integração e interação entre entidades e intervenções, da estratégia na prevenção e combate aos incêndios. Houve por parte do estado um esforço de investimento na criação de equipas de novas “Equipas de Sapadores Florestais, criando também as primeiras 7 Brigadas Intermunicipais, num total de 100 novas equipas. Com a contratação dos 500 efetivos que compõem estas equipas, o Executivo prossegue a trajetória definida para o Programa de Sapadores Florestais, visando atingir o número de 500 equipas e de 2.500 sapadores florestais até 2019”.

No ano de 2019 nos três primeiros meses, surgiu a nova lei orgânica do ICNF que surge no âmbito do novo Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais, esta permitiu uma aproximação da organização com as autarquias e população em geral, com consequente melhoria da gestão

territorial. O ICNF tem como missão incorporar a valorização de uma parte significativa do capital natural do País e a capacidade de adaptação às novas condições climáticas que passam pela contenção dos processos de perda de biodiversidade e a transformação da matriz florestal, para se obter um território mais resiliente. A nova estrutura orgânica do ICNF .O Governo quis assim “afirmar um caminho de prestígio junto dos diversos agentes do território, assente num reforço da comunicação e sustentado nos quatro pilares da sua missão»,ou seja, a preservação e a valorização do capital natural, o ordenamento e a gestão integrada do território, as florestas e promoção da competitividade das fileiras florestais e a prevenção estrutural e gestão dos fogos rurais”.

Neste período entraram em vigor os sete Programas Regionais de Ordenamento Florestal (PROF), a entrada em vigor do referidos PROF constitui um passo fundamental para a implementação de um dos eixos fundamentais da Reforma da Floresta, o ordenamento.

No âmbito dos recursos cinegéticos, que tal como foi possível verificar ao longo deste relatório representam uma fonte de rendimento associada às florestas, no caso em particular das zonas de caça (as quais representam 37% do total das zonas envolvidas) são fulcrais no ordenamento do território cinegético. Por outro lado, destaca-se a ampliação de matilhas de caça maior fruto do aumento do número populacional de espécies de caça maior especialmente do veado, corço, javali e muflão, os quais após abate é obrigatória a selagem da respetiva carne.

Durante o período estudado verificou-se ainda um aumento substancial de investimentos, nomeadamente em apoios para a sanidade florestal, como o Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR 2020), com o intuito de controlar o problema do Nemátodo da Madeira do Pinheiro, apoiar/melhorar o aconselhamento florestal e de igual forma os recursos cinegéticos e consequentemente a gestão dos mesmos, tendo sido desenvolvidas diversas operações (8.2.1 e 8.2.2) para promover uma maior biodiversidade e a reabilitação dos povoamentos florestais.

Adicionalmente foi procedida à criação do Fundo Florestal Permanente (FFP) que permitiu a atribuição de apoios para os Gabinetes Técnicos florestais (GTF) efetuarem a destruição dos ninhos de Vespa Velutina. O Fundo Florestal Permanente (FFP), apoia ainda projetos de investimento florestal no “âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) e projetos assumidos pelo ICNF relativos à floresta contra incêndios e à promoção do investimento, da gestão e do ordenamento florestal. Além do mais, de modo a possibilitar a realização do novo Inventário Florestal Nacional, uma vez ser fulcral a obtenção de imagens aéreas para o processo de produção de cartografia-base, o FFP disponibilizou um apoio para obter as mesmas.

Por outro lado, no que diz respeito aos PROF foram realizados investimentos por parte do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I.P (ICNF, I.P.), para a sua elaboração da documentação estratégica e peças gráficas e ainda para a avaliação ambiental estratégica.

No entanto, apesar do anteriormente descrito, a grande fatia dos investimentos incidiu nas medidas extraordinárias devido aos grandes incêndios que afetaram o território nacional, com o apoio às vítimas através da criação de um fundo para a gestão dos donativos entregues face aos prejuízos causados. Identicamente foram criadas medidas de apoio às vítimas em matéria de saúde, habitação, acesso a prestações e apoios sociais de caráter excecional, proteção e segurança, bem como a reposição do potencial produtivo. Relativamente aos apoios fornecidos às empresas e autarquias foram atribuídos subsídios não reembolsáveis para a compra de máquinas, equipamentos e material e apoios temporários, para evitar o desemprego.

Em relação às autarquias surgiu um apoio financeiro extraordinário, por meio do Fundo de Emergência Municipal, com vista à reparação urgente de equipamentos públicos municipais danificados. Foi ainda, criada uma linha de crédito para parqueamento de madeira queimada de resinosas, com o objetivo de apoiar a instalação dos referidos parques, para as Organizações de produtores florestais (OPF), as Entidades gestoras de zonas de intervenção florestal (ZIF); Órgãos de gestão dos baldios; Municípios e as comunidades intermunicipais e ainda outros operadores das fileiras silvoindustriais.

Por último, ainda no âmbito do investimento realizado, surgiu um apoio por parte do Fundo ambiental para a regularização da rede hidrográfica, assim como para a elaboração do Programa de Reordenamento e Gestão da Paisagem para a Serra de Monchique e a reposição do funcionamento do Centro Nacional de Reprodução do Lince-Ibérico (CNRLI).

No futuro, será necessária a formulação de inquéritos de modo a consolidar as conclusões referidas bem como melhorar a informação disponibilizada face à dificuldade em obter os motivos das diversas alterações descritas na legislação.

Bibliografia

1. Oliveira, António Cândido; Pinho, João; Alves, Rosário; Tavares, António; Gomes JP. Coletânea de Legislação Florestal (Portugal Continental). Associação. Braga; 2018.
2. Coelho, Celeste de Oliveira Alves; Ribeiro, Cristina; Valente, Sandra; Figueiredo, Elisabete; Roebeling P. Política florestal em Portugal das visões nacionais às práticas locais. 2013.
3. Fundação Francisco Manuel dos Santos. Direito e deveres dos cidadãos [Internet]. 2019. Available from: <https://www.direitosedeveres.pt/sobre-o-projecto>
4. Fidalgo B. Política_legislação_conceitos fundamentais- Aula 2. 2017.
5. Ministros P do C de. Resolução do Conselho de Ministros nº 114/2006 15 de setembro [Internet]. Diário da República, 1.ª série — N.º 179; 2006. Available from: <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/114/2006/09/15/p/dre/pt/html>
6. Ministros P do C de. Resolução do Conselho de Ministros nº 6-B/2015 de 4 de fevereiro [Internet]. Diário da República, 1.ª série — N.º 24; 2015. Available from: <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/6-b/2015/02/04/p/dre/pt/html>
7. República A da. Lei nº 173/99 de 21 de setembro [Internet]. Diário da República, 1.ª série - A - N.º 221; 1999. Available from: <https://data.dre.pt/eli/lei/173/1999/09/21/p/dre/pt/html>
8. ICNF I da C da N e das FIP. Programa Operacional de Sanidade Florestal [Internet]. 2019. Available from: <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/prag-doe/posf>
9. Finanças e Agricultura F e DR-G dos S de E do O e das F e do DR. Portaria nº 75/2017 de 30 de março. Diário da República, 2.ª série — N.º 64; 2017 p. 23594–5.
10. Agricultura F e DR-G do S de E das F e do DR. Despacho nº 9865-A/2017 de 14 de novembro. Diário da República, 2.ª série — N.º 219; 2017.
11. Ambiente e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas IP. Despacho nº 9935-A/2017 de 16 de novembro. Diário da República, 2.ª série — N.º 221; 2017.
12. Mar M da A e do. Portaria nº 134/2015 de 18 maio [Internet]. Diário da República, 1.ª série - N.º 95; 2015. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/134/2015/05/18/p/dre/pt/html>
13. Agricultura F e DR. Portaria nº 15-C/2018 de 12 de janeiro [Internet]. Diário da República, 1.ª série — N.º 9; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/15-c/2018/01/12/p/dre/pt/html>
14. Agricultura F e DR. Portaria nº 46/2018 de 12 de fevereiro [Internet]. Diário da República, 1.ª série — N.º 30; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/46/2018/02/12/p/dre/pt/html>
15. Agricultura F e DR. Portaria nº 105-A/2018 de 18 de abril [Internet]. Diário da República, 1.ª série — N.º 76; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/105-a/2018/04/18/p/dre/pt/html>

16. Agricultura F e DR. Portaria nº 237-B/2018 de 28 de agosto [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 165; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/237-b/2018/08/28/p/dre/pt/html>
17. Agricultura F e DR. Portaria nº 303/2018 de 26 de novembro [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 227; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/303/2018/11/26/p/dre/pt/html>
18. Agricultura F e DR. Portaria nº 42-B/2019 de 30 de janeiro [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 21; 2019. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/42-b/2019/01/30/p/dre/pt/html>
19. Agricultura F e DR-G do S de E das F e do DR. Despacho n.º 1147/2019 de 1 de fevereiro. Diário da República, 2.^a série — N.º 23; 2019.
20. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA. Decreto-lei nº 205/2003 de 12 de setembro [Internet]. Diário da República, 1.^a série - A - N.º 211; 2003. Available from: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/205/2003/09/12/p/dre/pt/html>
21. Ministros P do C de. Decreto-Lei n.º 13/2019 de 21 de janeiro [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 14; 2019. Available from: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/13/2019/01/21/p/dre/pt/html>
22. Agricultura F e DR. Portaria nº 151/2016 de 25 de maio [Internet]. Diário da República, 1.^a série - N.º 101; 2016. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/151/2016/05/25/p/dre/pt/html>
23. AGRICULTURA FED. Portaria nº 324-A/2016 de 19 de dezembro [Internet]. Diário da República, 1.^a série - N.º 241; 2016. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/324-a/2016/12/19/p/dre/pt/html>
24. Agricultura F e DR. Portaria nº 92/2018 de 2 de abril [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 64; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/92/2018/04/02/p/dre/pt/html>
25. Agricultura F e DR. Portaria nº 343/2017 de 10 de novembro [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 217; 2017. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/343/2017/11/10/p/dre/pt/html>
26. ICNF I da C da N e das FIP. 6.º inventário florestal nacional. 2019.
27. Agricultura F e DR. Despacho nº 10247 e 10248/2018 de 6 de novembro. Diário da República, 2.^a série — N.º 213; 2018.
28. Alves, Rosário; Bateira, Joana ; Cunha, Jorge; Valle, Francisco Dans del ; Enes, Patrícia ;Estevens, Sandra; Suárez, Diego Fernández ; Fernández, Manuel Guaita; García, Alejandro Martínez ;Santos, Bruno de Miranda ; Martínez, Braulio Molina ; Torres, Luis NV. Silvaplus-Promoção do uso sustentável da biomassa florestal para fins energéticos no norte de Portugal e sul da Galiza [Internet]. 2014. Available from: <http://www.silvaplus.com/pt/>
29. Justiça. Decreto-Lei nº 85/2017 de 27 de julho [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 144; 2017. Available from: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/85/2017/07/27/p/dre/pt/html>
30. República A da. Lei nº 78/2017 de 17 de agosto [Internet]. Diário da República, 1.^a

- série — N.º 158; 2017. Available from:
<https://data.dre.pt/eli/lei/78/2017/08/17/p/dre/pt/html>
31. Ministros P do C de. Decreto-Lei nº 15/2019 de 21 de janeiro [Internet]. Diário da República, 1.ª série — N.º 14; 2019. Available from: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/15/2019/01/21/p/dre/pt/html>
 32. Constitucional XG. Agricultura E Florestas Balanço De 2018 de 31 de dezembro. 2018;
 33. República A da. Lei nº 75/2017 de 17 de agosto [Internet]. Diário da República, 1.ª série — N.º 158; 2017. Available from:
<https://data.dre.pt/eli/lei/75/2017/08/17/p/dre/pt/html>
 34. Economia. Decreto-Lei nº 64/2017 de 12 de junho [Internet]. Diário da República, 1.ª série — N.º 113; 2017. Available from: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/64/2017/06/12/p/dre/pt/html>
 35. Ministros P do C de. Resolução do Conselho de Ministros nº 163/2017 de 31 de outubro [Internet]. Diário da República, 1.ª série — N.º 210; 2017. Available from:
<https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/163/2017/10/31/p/dre/pt/html>
 36. Ministério da Agricultura e do Mar. Decreto-Lei nº 77/2015 de 12 de maio [Internet]. Diário da República, 1.ª série - Nº 91; 2015. Available from:
<https://data.dre.pt/eli/dec-lei/77/2015/05/12/p/dre/pt/html>
 37. Agricultura F e DR-G do S de E das F e do DR. Despacho nº 9510/2017 de 27 de outubro [Internet]. Diário da República, 2.ª série — N.º 208; 2017. Available from:
<https://dre.pt/home/-/dre/114109543/details/maximized>
 38. Agricultura F e DR-G do S de E das F e do DR. Despacho nº 3339/2018 de 4 de abril. Diário da República, 2.ª série — N.º 66; 2018.
 39. Agricultura F e DR. Despacho nº 4309/2018 de 30 de abril. Diário da República, 2.ª série — N.º 83; 2018.
 40. Ministério da Agricultura, do Mar do A e do O do T. Decreto-Lei nº 96/2013 de 19 de julho [Internet]. Diário da República, 1.a série — Nº 138; 2013. Available from:
<https://data.dre.pt/eli/dec-lei/96/2013/07/19/p/dre/pt/html>
 41. República A da. Lei nº 77/2017 de 17 de agosto [Internet]. Diário da República, 1.ª série — N.º 158; 2017. Available from:
<https://data.dre.pt/eli/lei/77/2017/08/17/p/dre/pt/html>
 42. Agricultura F e DR. Decreto-Lei nº 148/2017 de 5 de dezembro [Internet]. Diário da República, 1.ª série — N.º 233; 2017. Available from: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/148/2017/12/05/p/dre/pt/html>
 43. Ministros P do C de. Decreto-Lei nº 12/2019 de 21 de janeiro [Internet]. Diário da República, 1.ª série — N.º 14; 2019. Available from: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/12/2019/01/21/p/dre/pt/html>
 44. Agricultura F e DR. Portaria nº 15-A/2018 de 12 de janeiro [Internet]. Diário da República, 1.ª série — N.º 9; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/15-a/2018/01/12/p/dre/pt/html>

45. Agricultura F e DR. Portaria nº 15-B/2018 de 12 de janeiro [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 9; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/15-b/2018/01/12/p/dre/pt/html>
46. FLORESTAS SRDAE, FLORESTAIS DRDR. Ordenamento florestal [Internet]. 2019. Available from: http://drrf-sraa.azores.gov.pt/areas/silvicultura/Paginas/Ordenamento_Florestal.aspx
47. Ambiente. Decreto-Lei nº 65/2017 de 12 de junho [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 113; 2017. Available from: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/65/2017/06/12/p/dre/pt/html>
48. ICNF I da C da N e das FIP. PROF - Programas Regionais de Ordenamento Florestal [Internet]. 2019. Available from: <http://www2.icnf.pt/portal/florestas/profs/obj>
49. Ministros P do C de. Decreto-Lei nº 11/2019 de 21 de janeiro [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 14; 2019. Available from: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/11/2019/01/21/p/dre/pt/html>
50. Ministérios da Agricultura do DR e das P e do A e do O do T. Portaria nº 62/2011 de 2 de fevereiro [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 23; 2011. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/62/2011/02/02/p/dre/pt/html>
51. Rural M da A e do M-G do S de E das F e do D. Despacho nº 782/2014 de 17 de janeiro [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 12; 2013. Available from: <https://dre.pt/application/file/a/1274202>
52. Agricultura F e DR-G do S de E das F e do DR. Despacho nº 1879/2017 de 6 de março. Diário da República, 2.^a série — N.º 46; 2017.
53. Ministros P do C de. Resolução do Conselho de Ministros nº 115/2018 de 6 de setembro [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 172; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/115/2018/09/06/p/dre/pt/html>
54. Finanças e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinetes do Ministro da Agricultura F e DR e do S de E do O. Portaria nº 241-A/2017 de 25 de agosto. Diário da República, 2.^a série — N.º 164; 2017.
55. Ambiente e Transição Energética e Agricultura F e DR. Portaria nº 52/2019 de 11 de fevereiro [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 29; 2019. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/52/2019/02/11/p/dre/pt/html>
56. Administração Interna, Ambiente e Transição Energética e Agricultura F e DR. Portaria nº 51/2019 de 11 de fevereiro [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 29; 2019. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/51/2019/02/11/p/dre/pt/html>
57. Ministério da Agricultura DR e P. Decreto-lei nº 202/2004 de 18 de agosto [Internet]. Diário da República, 1.^a série - A - N.º 194; 2004. Available from: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/202/2004/08/18/p/dre/pt/html>
58. Agricultura F e DR. Decreto-Lei nº 24/2018 de 11 de abril [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 71; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/24/2018/04/11/p/dre/pt/html>
59. Agricultura F e DR. Portaria nº 148/2018 de 22 de maio [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 98; 2018. Available from:

<https://data.dre.pt/eli/port/148/2018/05/22/p/dre/pt/html>

60. Agricultura F e DR. Portaria nº 147/2018 de 22 de maio [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 98; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/147/2018/05/22/p/dre/pt/html>
61. Agricultura F e DR. Portaria nº 318/2018 de 11 de dezembro [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 238; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/318/2018/12/11/p/dre/pt/html>
62. Agricultura F e DR. Portaria nº 104/2018 de 18 de abril [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 76; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/104/2018/04/18/p/dre/pt/html>
63. Finanças e Agricultura F e DR. Portaria nº 181/2018 de 22 de junho [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 119; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/181/2018/06/22/p/dre/pt/html>
64. Agricultura F e DR. Portaria nº 146/2018 de 22 de maio [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 98; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/146/2018/05/22/p/dre/pt/html>
65. Finanças e Agricultura F e DR. Portaria nº 180/2018 de 22 de junho [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 119; 2019. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/180/2018/06/22/p/dre/pt/html>
66. Agricultura F e DR. Portaria nº 185/2018 de 11 de julho [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 121; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/205/2018/07/11/p/dre/pt/html>
67. Agricultura F e DR. Portaria nº 90/2018 de 29 de março [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 63; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/90/2018/03/29/p/dre/pt/html>
68. Adjunto. Decreto-Lei nº 12/2018 de 16 de fevereiro [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 34; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/12/2018/02/16/p/dre/pt/html>
69. Ministros P do C de. Despacho nº 12547/2018 de 31 de dezembro. Diário da República, 2.^a série — N.º 251; 2018.
70. República A da. Lei nº 50/2018 de 16 de agosto [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 157; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/lei/50/2018/08/16/p/dre/pt/html>
71. MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, DO MAR DA EDO. Decreto-Lei nº 135/2012 de 29 de junho [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 125; 2012. Available from: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/135/2012/06/29/p/dre/pt/html>
72. Ministros P do C de. Resolução do Conselho de Ministros nº 157-A/2017 de 27 de outubro [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 208; 2017. Available from: <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/157-a/2017/10/27/p/dre/pt/html>
73. Ministros P do C de. Resolução do Conselho de Ministros nº 55/2018 de 7 de maio [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 87; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/55/2018/05/07/p/dre/pt/html>

74. Ministros P do C de. Decreto-Lei nº 43/2019 de 29 de março [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 63; 2019. Available from: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/43/2019/03/29/p/dre/pt/html>
75. Assembleia da República. Lei nº 82-D/2014 de 31 de dezembro [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 252; 2014. Available from: <https://data.dre.pt/eli/lei/82-d/2014/12/31/p/dre/pt/html>
76. Ministério da Agricultura DR e P. Decreto-lei nº 63/2004 de 22 de março [Internet]. Diário da República, 1.^a série - A - N.º 69; 2004. Available from: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/63/2004/03/22/p/dre/pt/html>
77. Agricultura F e DR. Portaria nº 10-A/2018 de 5 de janeiro [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 4; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/10-a/2018/01/05/p/dre/pt/html>
78. Agricultura F e DR-G do S de E das F e do DR. Despacho nº 8640-A/2017 de 29 de setembro. Diário da República, 2.^a série — N.º 189; 2017.
79. Agricultura F e DR. Decreto-Lei nº 66/2017 de 12 de junho [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 113; 2017. Available from: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/66/2017/06/12/p/dre/pt/html>
80. República A da. Lei nº 111/2017 de 19 de dezembro [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 242; 2017. Available from: <https://data.dre.pt/eli/lei/111/2017/12/19/p/dre/pt/html>
81. Agricultura F e DR. Portaria nº 63/2018 de 2 de março [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 44; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/63/2018/03/02/p/dre/pt/html>
82. Agricultura F e DR. Decreto-Lei nº 67/2017 de 12 de junho [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 113; 2017. Available from: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/67/2017/06/12/p/dre/pt/html>
83. Ministros P do C de. Resolução do Conselho de Ministros nº 1/2018 de 3 de janeiro [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 2; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/1/2018/01/03/p/dre/pt/html>
84. Administração Interna, Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, Educação e Agricultura F e DR. Despacho nº 4263/2018 de 27 de abril. Diário da República, 2.^a série — N.º 82; 2018.
85. República A da. Lei nº 49-A/2017 de 10 de julho [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 131; 2017. Available from: <https://data.dre.pt/eli/lei/49-a/2017/07/10/p/dre/pt/html>
86. Comissão Técnica Independente. Relatório Comunidade Independente. In 2017. Available from: https://www.parlamento.pt/Documents/2017/Outubro/RelatórioCTI_VF.pdf
87. República A da. Lei nº 56/2018 de 20 de agosto [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 159; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/lei/56/2018/08/20/p/dre/pt/html>
88. República A da. Lei n.º 1/2019 de 9 de janeiro [Internet]. Diário da República, 1.^a

série — N.º 6; 2019. Available from:
<https://data.dre.pt/eli/lei/1/2019/01/09/p/dre/pt/html>

89. Defesa Nacional e Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural - Gabinetes dos Ministros da Defesa Nacional e da Agricultura F e DR. Despacho nº 7136/2017 de 16 de agosto [Internet]. Diário da República, 2.ª série — N.º 157; 2017. Available from: <https://dre.pt/home/-/dre/108004238/details/maximized>
90. Conselho de Ministros. Decreto-lei nº 124 de 2006 de 28 de junho [Internet]. Diário da República, 1.ª série - A - N.º 123; 2006. Available from: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/124/2006/06/28/p/dre/pt/html>
91. República A da. Lei nº 76/2017 de 17 de agosto [Internet]. Diário da República, 1.ª série — N.º 158; 2017. Available from: <https://data.dre.pt/eli/lei/76/2017/08/17/p/dre/pt/html>
92. Agricultura F e DR-G do S de E das F e do DR. Despacho nº 443-A/2018 de 9 de janeiro. Diário da República, 2.ª série — N.º 6; 2018.
93. Agricultura F e DR-G do S de E das F e do DR. Despacho nº 1222-B/2018 de 2 de fevereiro. Diário da República, 2.ª série — N.º 24; 2018.
94. Ministros P do C de. Decreto-Lei nº 14/2019 de 21 de janeiro [Internet]. Diário da República, 1.ª série — N.º 14; 2019. Available from: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/14/2019/01/21/p/dre/pt/html>
95. Nacional D. Despacho nº 3070/2018 de 26 de março. Diário da República, 2.ª série — N.º 60; 2018.
96. Agricultura F e DR-G do S de E das F e do DR. Despacho nº 9716-A/2017 de 7 de novembro. Diário da República, 2.ª série — N.º 214; 2017.
97. Ministros P do C de. Resolução do Conselho de Ministro nº 20/2018 de 1 de março [Internet]. Diário da República, 1.ª série — N.º 43; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/20/2018/03/01/p/dre/pt/html>
98. Ministros P do C de. Resolução do Conselho de Ministros n.º 12/2019 de 21 de janeiro [Internet]. Diário da República, 1.ª série — N.º 14; 2019. Available from: <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/12/2019/01/21/p/dre/pt/html>
99. Ministros P do C de. Resolução do Conselho de Ministros nº 59/2017 de 8 de maio [Internet]. Diário da República, 1.ª série - N.º 88; 2017. Available from: <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/59/2017/05/08/p/dre/pt/html>
100. Agricultura F e DR. Despacho nº 674/2018 de 15 de janeiro. Diário da República, 2.ª série — N.º 10; 2018.
101. Agricultura F e DR. Despacho nº 3394/2018 de 5 de abril. Diário da República, 2.ª série — N.º 67; 2018.
102. Agricultura F e DR-G do S de E das F e do DR. Despacho nº 3897/2018 de 17 de abril. Diário da República, 2.ª série — N.º 75; 2018.
103. Ministros P do C de. Resolução do Conselho de Ministros nº 164/2017 de 31 de outubro [Internet]. Diário da República, 1.ª série — N.º 210; 2017. Available from: <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/164/2017/10/31/p/dre/pt/html>

104. Ministros P do C de. Resolução do Conselho de Ministros nº 161/2017 de 31 de outubro [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 210; 2017. Available from: <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/161/2017/10/31/p/dre/pt/html>
105. Administração Interna. Decreto-Lei nº 19-A/2018 de 15 de março [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 53; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/19-a/2018/03/15/p/dre/pt/html>
106. Agricultura F e DR-G do S de E das F e do DR. Despacho nº 5260/2018 de 25 de maio. Diário da República, 2.^a série — N.º 101; 2018.
107. Ministros P do C de. Resolução do Conselho de Ministros nº 29/2019 de 13 de fevereiro [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 31; 2019. Available from: <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/29/2019/02/13/p/dre/pt/html>
108. Agricultura F e DR. Decreto-Lei nº 8/2017 de 9 de janeiro [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 6; 2017. Available from: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/8/2017/01/09/p/dre/pt/html>
109. Agricultura F e DR-G do S de E das F e do DR. Despacho nº 6526/2017 de 27 de julho. Diário da República, 2.^a série — N.º 144; 2017.
110. Agricultura F e DR-G do S de E das F e do DR. Despacho nº 2434-B/2017 de 21 março. Diário da República, 2.^a série — N.º 57; 2017.
111. Agricultura F e DR-G do S de E das F e do DR. Despacho nº 730-B/2018 de 16 de janeiro. Diário da República, 2.^a série — N.º 11; 2018.
112. Ministros P do C de. Resolução do Conselho de Ministros nº 165/2017 de 2 de novembro [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 211; 2017. Available from: <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/165/2017/11/02/p/dre/pt/html>
113. Trabalho S e SS. Decreto-Lei nº 81-A/2017 de 7 de julho [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 130; 2017. Available from: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/81-a/2017/07/07/p/dre/pt/html>
114. Ministros P do C de. Resoluções do Conselho de Ministros nºs 101-A e 101-B /2017 de 12 de julho [Internet]. Diário da República, 1.^a série - N.º 133; 2017. Available from: <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/101-b/2017/07/12/p/dre/pt/html>
115. Ministros P do C de. Resolução do Conselho de Ministros nº 167-B/2017 de 2 de novembro [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 211; 2017. Available from: <https://data.dre.pt/eli/resolconsmin/167-b/2017/11/02/p/dre/pt/html>
116. Finanças, Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Agricultura F e DR. Portaria nº 347-A/2017 de 13 de novembro [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 218; 2017. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/347-a/2017/11/13/p/dre/pt/html>
117. Assembleia da República. Lei nº 108/2017 de 23 de novembro [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 226; 2017. Available from: <https://data.dre.pt/eli/lei/108/2017/11/23/p/dre/pt/html>
118. República A da. Lei nº 13/2018 de 9 de março [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 49; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/lei/13/2018/03/09/p/dre/pt/html>

119. Ambiente. Despacho nº 8934-A/2018 de 21 de setembro. Diário da República, 2.^a série — N.º 183; 2018.
120. Agricultura F e DR. Decreto-Lei nº 135-C/2017 de 3 de novembro [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 212; 2017. Available from: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/135-c/2017/11/03/p/dre/pt/html>
121. Agricultura F e DR-G do M. Despacho nº 10404/2017 de 29 de novembro. Diário da República, 2.^a série — N.º 230; 2017.
122. Finanças e Agricultura F e DR. Portaria nº 359-B/2017 de 21 de novembro [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 224; 2017. Available from: <https://data.dre.pt/eli/port/359-b/2017/11/21/p/dre/pt/html>
123. Ministros P do C de. Decreto-Lei nº 70/2018 de 30 de agosto [Internet]. Diário da República, 1.^a série — N.º 167; 2018. Available from: <https://data.dre.pt/eli/dec-lei/70/2018/08/30/p/dre/pt/html>
124. Costa A. É essencial valorizar a nossa floresta de 20 de agosto. 2016.
125. Constitucional XG. Governo cria grupo de trabalho para propor medidas de ordenamento da floresta de 11 de agosto. 2016.
126. Constitucional XG. Comunicado do Conselho de Ministros dedicado à reforma do setor florestal de 27 de outubro [Internet]. 2016. Available from: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/governo/comunicado-de-conselho-de-ministros?i=278>
127. Constitucional XG. Reforma da floresta deve envolver toda a sociedade para perdurar além da legislatura de 5 de dezembro. 2016.
128. Constitucional XG. Discussão pública da Reforma da Floresta chega ao fim com ampla participação 2 de fevereiro [Internet]. 2017. Available from: <https://www.portugal.gov.pt/pt/gc21/comunicacao/noticia?i=20170202-mafdr-reforma-floresta>

Anexos

